Fatos da Amazônia

Socioeconomia

AMAZÔNIA 2030

CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA

Imazon

53

Fatos da Amazônia

Socioeconomia

AMAZÔNIA 2030

CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA

Imazon

O que é Amazônia 2030

O projeto **Amazônia 2030**, conduzido por pesquisadores brasileiros, tem como objetivo elaborar um plano de ações para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. O projeto espera contribuir com esse objetivo por meio de estudos econômicos, sociais e ambientais orientados para conciliar desenvolvimento e conservação dos recursos naturais da Amazônia.

CONTATO

Assessoria de imprensa
O Mundo que Queremos
amazônia2030@omundoquequeremos.com.br

Amazônia 2030
contato@amazônia2030.org.br

Autor líder
Daniel Santos
danielsantos.86@outlook.com

Os dados e opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores deste estudo.

FICHA TÉCNICA

Autores
Daniel Santos
Consultor – Centro de Empreendedorismo da Amazônia

Manuele Lima dos Santos
Coordenadora de Projetos – Centro de Empreendedorismo da Amazônia

Beto Veríssimo
Co-fundador do Imazon, Diretor de Programas do Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Coordenador do Projeto Amazônia 2030

Edição e revisão de texto
Tatiana Corrêa Veríssimo
tativerissimo@uol.com.br

Ilustrações
Marco Vergotti – O Mundo que Queremos

Design Editorial, capa e diagramação
Luciano Silva
www.rl2design.com.br

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração de Rodney Salomão, Brenda Brito, Jayne Guimarães e os comentários de Juliano Assunção. Por fim, agradecemos o apoio na revisão dos dados por Ricardo Veríssimo e a arte das figuras e mapas feitos por Marco Vergotti.

Palavras-chave
Amazônia, Amazônia Legal, BNDES, Demografia, Economia, Desmatamento, Saúde, Educação, Cidades, Finanças Públicas, *Internet* Banda Larga, Mercado de Trabalho, Pobreza e Extrema Pobreza, Segurança Pública, Zona Franca de Manaus

Índice

Sumário de dados publicados **12**
- Principais fatos socioeconômicos da Amazônia Legal 14

Perfil da População Humana da Amazônia Legal **15**
- A Amazônia e sua população 15
- Divisões regionais na Amazônia Legal 17
- Evolução da população humana 19
- População e transição demográfica na Região Norte 21
- Migrações na Amazônia Legal 24
- Os dividendos demográficos 26
- Perfil da população por raça 28
- Pirâmide etária: população ainda jovem 30

Economia **31**
- Produto Interno Bruto (PIB) 31
- PIB *per capita* da Amazônia Legal 32
- Taxa de crescimento do PIB 35
- PIB por setores 37

A pobreza na Amazônia Legal **38**
- Aumento recorde da pobreza 38
- Pobreza e extrema pobreza no CadÚnico 39
- Despesas Públicas Correntes 44

Mercado de trabalho e geração de renda **45**
- O Estado como fonte crucial de renda 45
- Empregos no setor de serviços 46
- A informalidade no mercado de trabalho 48
- O fenômeno "*nem-nem*" entre os jovens adultos amazônicos 49
- Redução nas ocupações qualificadas e liderança 50
- A atuação do BNDES na Amazônia Legal 52

Economia e desmatamento da Amazônia Legal **54**
- Pouca contribuição para o PIB do Brasil, altas emissões 54
- Redução do PIB e empregos na agropecuária 55
- Lições para a Zona Franca de Manaus 57

Acessibilidade na Amazônia Legal **59**
- Calculando acesso ao mercado 59
- Delimitação da área de influência e riscos ambientais 60
- Soluções digitais para acesso ao mercado 61

Educação **63**
- A escolarização bruta na Amazônia 63
- Defasagem na educação profissional 64
- Ideb na Amazônia 67
- A disparidade entre a educação pública e privada 70
- Despesas com educação 70
- O Ensino Superior na Amazônia 73

Saúde **76**
- Expectativa de vida e mortalidade na Amazônia 76
- Gastos com saúde na Amazônia 78
- Profissionais de saúde na Amazônia 79
- Mortalidade por causas externas 81
- Análise qualitativa sobre desafios e boas práticas 81
- A saúde na Amazônia Legal: uma agenda para ação 85

Segurança pública **86**
- Homicídios 86
- Fatores de risco e violência 88

As cidades na Amazônia Legal **90**
- Aglomerados subnormais 90

O saneamento na Amazônia Legal **92**
- Abastecimento de água 92
- Esgotamento sanitário via rede coletora 94
- Esgotamento sanitário com fossa séptica 96
- Coleta de resíduos sólidos 98
- Situação das moradias 100

Referências bibliográficas **102**

Lista de figuras, tabelas e quadros

FIGURAS

Figura 1. Municípios da Amazônia Legal, cobertura vegetal e desmatamento até 2021 16
Figura 2. Mesorregiões da Amazônia Legal 18
Figura 3. Evolução da população da Amazônia Legal, 1970-2021 19
Figura 4. Evolução da população dos estados da Amazônia Legal, 1970-2021 . . 20
Figura 5. Tamanho da população nos municípios da Amazônia, 2021 21
Figura 6. Taxa de crescimento da população (%) da Região Norte e Brasil por períodos, 1872-2060 22
Figura 7. Taxa de fecundidade total, Brasil, Região Norte e países de baixa, média e alta renda, 1940 a 2060 23
Figura 8. Taxas líquidas de migração por estado da Amazônia Legal, 2005-2010 25
Figura 9. Saldos migratórios líquidos (número de habitantes) a partir do censo escolar nas cinco zonas da Amazônia Legal, 2010-2014 26
Figura 10. Variação no PIB *per capita* e primeiro dividendo demográfico (%): Região Norte, 1940-2020 27
Figura 11. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021 28
Figura 12. População por cor ou raça (%) nos estados da Amazônia Legal, 2021 29
Figura 13. Pirâmide etária (% em relação à população total) da Amazônia Legal por sexo, 2020 30
Figura 14. PIB Real (R$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2019 31
Figura 15. PIB Real *per capita* da Amazônia Legal, 2010-2019 33
Figura 16. PIB Real *per capita* dos estados da Amazônia Legal, 2010, 2015 e 2019 34
Figura 17. PIB Real *per capita* por municípios da Amazônia Legal, 2019 35
Figura 18. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior da Amazônia Legal, 2003-2019 36
Figura 19. Proporção (%) de pobres – linha abaixo de R$ 497 mensais – na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021 38

Figura 20. Proporção (%) de pobres – linha abaixo de R$ 497 mensais – por estado, Amazônia Legal e Brasil, 20211 39
Figura 21. Número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (milhões de habitantes) na Amazônia Legal, 2012-2021 40
Figura 22. Proporção de pessoas (% da população) em situação de pobreza ou extrema pobreza nos municípios da Amazônia Legal, 2021 41
Figura 23. População residente (milhões de habitantes) e proporção em pobreza e extrema pobreza (% da população) de acordo com o CadÚnico nos estados e Amazônia Legal, 2021 42
Figura 24. Pobreza e extrema pobreza (número de pessoas e % em relação à população total) por estado da Amazônia Legal, 2012 e 2021 43
Figura 25. Proporção da renda dos 20% mais pobres por origem da renda na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019. 45
Figura 26. Proporção da renda dos 20% mais ricos por origem da renda na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019. 46
Figura 27. Evolução do número de ocupados no setor de serviços por tipo na Amazônia Legal, 2012-2020 47
Figura 28. Taxa de informalidade (% dos ocupados) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020 48
Figura 29. Taxa de pessoas entre 25 e 29 anos de idade que nem trabalham e nem estudam (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020 49
Figura 30. Número de ocupados em cargos qualificados e de liderança na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020 50
Figura 31. Participação nos desembolsos totais do BNDES para os estados na Amazônia Legal, 2009 a 2019 52
Figura 32. Proporção (%) dos desembolsos do BNDES por detalhamento dos setores econômicos na Amazônia Legal, 2009 a 2019 53
Figura 33. Proporção (%) do PIB Real e de emissões de CO_2e da Amazônia Legal em relação ao Brasil, 2010-2020 55
Figura 34. Taxa de crescimento (%) do PIB da agropecuária em relação ao ano anterior na Amazônia Legal, 2010-2019 56
Figura 35. Evolução do número de ocupados no setor da agropecuária e do desmatamento (km²) na Amazônia Legal, 2012-2020 56
Figura 36. O que se espera da política industrial da ZFM? 58
Figura 37. Lições para a Zona Franca de Manaus 58
Figura 38. Comparação do acesso ao mercado no Brasil e na Amazônia Legal . . . 59
Figura 39. Média de acesso ao mercado na Amazônia e no restante do Brasil e por cenário 60

Figura 40. Acesso à *internet* banda larga e móvel (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil. 62
Figura 41. Proporção de matrículas (% da população da faixa etária) na Educação Básica, 2020. 64
Figura 42. Tipos de ações/programas desenvolvidos na educação profissional da Amazônia Legal 65
Figura 43. Desafios e propostas para a melhoria da educação profissional da Amazônia Legal 66
Figura 44. Ideb do Ensino Fundamental (anos finais da rede pública) nos municípios da Amazônia Legal, 2021. 67
Figura 45. Ideb do Ensino Médio da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2005-2021 68
Figura 46. Ideb total do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio nos estados da Amazônia Legal, 2021. 68
Figura 47. Ideb total do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021 69
Figura 48. Ideb em todos os níveis escolares para as redes de ensino pública e privada da Amazônia Legal, 2005-2021 71
Figura 49. Despesas com educação em proporção ao PIB total, *per capita* e por crianças de 0 a 14 anos nos estados da Amazônia, 2019 72
Figura 50. Instituições de Ensino Superior por tipo na Amazônia Legal, 2020 . . .73
Figura 51. Distribuição das universidades na Amazônia Legal, 2020 74
Figura 52. Taxa de concluintes em relação aos ingressantes (%) no Ensino Superior nos estados, Amazônia Legal e restante do Brasil, 2017. 75
Figura 53. Expectativa de vida ao nascer (ano) nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2019 76
Figura 54. Taxas brutas e ajustadas de mortalidade na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2010 e 2017-2019 77
Figura 55. Gastos municipais *per capita* (R$/hab.) em saúde na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019 78
Figura 56. Taxa de profissionais de saúde (taxa por mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2010 e 2017-2019. . .79
Figura 57. Taxas ajustadas de mortalidade por doenças crônicas na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019 80
Figura 58. Taxas ajustadas de mortalidade por causas externas na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019 82
Figura 59. Hábitos e comportamento: consumo de álcool, consumo abusivo de álcool e hábito de dirigir após beber na Amazônia Legal e no restante do Brasil, 2021 83

Figura 60. Percentual de menções nos três eixos de análise qualitativa sobre saúde na Amazônia Legal 84
Figura 61. Número de menções sobre aspectos específicos de gestão, planejamento e financiamento em saúde na Amazônia Legal 84
Figura 62. Proposta de agenda para ação na melhora da saúde na Amazônia Legal. 85
Figura 63. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (óbitos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 1991-2020 86
Figura 64. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2020. 87
Figura 65. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos estados da Amazônia Legal, 1991-2019 88
Figura 66. Taxas brutas de mortalidade por homicídios na Amazônia Legal por município com fatores de risco, 1991-2019 89
Figura 67. Proporção (%) de domicílios em aglomerados subnormais nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2019 90
Figura 68. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021 92
Figura 69. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021 93
Figura 70. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição nos municípios da Amazônia Legal, 2021 93
Figura 71. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021. . . 94
Figura 72. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021 95
Figura 73. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora nos municípios da Amazônia Legal, 2021 . 95
Figura 74. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021. . . 96
Figura 75. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica nos estados da Amazônia Legal, 2021 97
Figura 76. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica nos municípios da Amazônia Legal, 2021 . 97

Figura 77. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021 98
Figura 78. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021. 99
Figura 79. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta nos municípios da Amazônia Legal, 2021 99
Figura 80. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021 100
Figura 81. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021. 101
Figura 82. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas nos municípios da Amazônia Legal, 2021 101

TABELAS

Tabela 1. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2021 . .17
Tabela 2. Número de imigrantes, emigrantes, saldos migratórios por estado da Amazônia Legal, 2005-2010 24
Tabela 3. PIB Real (R$ bilhões) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2002-2019 32
Tabela 4. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior total nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2010-2019 36
Tabela 5. PIB Nominal por atividade econômica na Amazônia Legal e Brasil, 2019 37
Tabela 6. Despesas correntes anuais de 2019 dos estados e municípios da Amazônia Legal e restante do Brasil normalizados pelo PIB de 2018 e pela projeção populacional, 2019 44
Tabela 7. Rendimentos do trabalho e horas trabalhadas entre brancos, pardos e pretos na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019 51
Tabela 8. Taxa de Escolarização Bruta por etapa e modalidade escolar na Amazonia Legal, 2020 63
Tabela 9. Instituições de Ensino Superior por jurisdição por estado e Amazônia Legal, 2020 75
Tabela 10. Estimativa da população total, número de domicílios total e em aglomerados subnormais nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2019 91

Lista de siglas

AMZ2030	Projeto Amazônia 2030
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BCB	Banco Central do Brasil
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
Coalizão LEAF	Coalizão para Redução de Emissões por meio da Aceleração do Financiamento Florestal
CPI	*Climate Policy Initiative*
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
CO_2e	Dióxido de carbono equivalente
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNL	Plano Nacional de Logística
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral
PIM	Polo Industrial de Manaus
Prodes	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélite
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Seeg	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
Siops	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
ZE	Zonas Empresariais
ZF	Zonas Francas
ZFM	Zona Franca de Manaus

Sumário de dados publicados

Este relatório organiza as principais informações socioeconômicas da Amazônia Legal e sintetiza dados secundários de instituições públicas e da sociedade civil[1], além de resumir os principais fatos revelados pelos estudos do Projeto Amazônia 2030 (AMZ2030)[2] nas áreas de demografia, economia, educação, saúde, segurança e cidades urbanas.

Em relação à demografia, a população da Amazônia Legal triplicou desde a década de 1970, atingindo 28,4 milhões de habitantes em 2021.

Os habitantes da Amazônia estão distribuídos em 772 municípios. Um terço dessa população está concentrada nas nove capitais e nas regiões metropolitanas de Belém e Manaus (9,1 milhões de habitantes em 2021). Em relação aos estados, o Pará é o mais populoso, com 8,8 milhões de habitantes, seguido do Maranhão (5,9 milhões).

Em relação à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) Real da Amazônia Legal totalizou R$ 650 bilhões em 2019 (8,8% do PIB do Brasil). Já o PIB *per capita* da Amazônia Legal atingiu maior valor em 2014 (R$ 24,5 mil por habitante), sofreu queda em 2017 (R$ 22,7 mil por habitante) e atingiu R$ 23,4 mil por habitante em 2019. Há severa discrepância no PIB *per capita* entre os municípios amazônicos.

> "A população da Amazônia Legal atingiu 28,4 milhões de habitantes em 2021 e o seu PIB Real totalizou R$ **650 bilhões** em 2019 (8,8% do PIB do Brasil)"

A proporção da população pobre na Amazônia Legal aumentou de 37,8% em 2013 para 42,2% em 2021, valores percentuais acima à da brasileira. De acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o número

[1] A Amazônia Legal é definida pela área que corresponde ao território total dos estados da Região Norte do Brasil (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) à totalidade do estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão.

[2] Mais informações sobre o AMZ2030 em: https://www.amazonia2030.org.br

de pessoas incluídas nesse cadastro em situação de pobreza atingiu 1,8 milhão e o de extrema pobreza alcançou 11,8 milhões de pessoas.

Quanto à educação, a taxa de escolarização bruta dos ensinos infantil e médio da Amazônia Legal é inferior a do restante do Brasil. Outra questão é a defasagem na oferta de vagas na educação profissional para os jovens, o que se constata na baixa proporção de matrículas nessa modalidade de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mede a qualidade educacional das escolas de todo o Brasil. A nota média do Ideb da Amazônia Legal tanto nos anos finais do Ensino Fundamental (nota 4,6) como no Ensino Médio (3,8) estão abaixo da nota brasileira (5,1 e 4,2, respectivamente).

Quanto à saúde, a população da Amazônia Legal possui uma expectativa de vida menor que a do Brasil (73,3 e 76,6 anos, respectivamente). Além disso, a taxa de mortalidade ajustada atingiu 551,5 óbitos por 100 mil habitantes entre 2017-2019. Já a taxa de médicos por mil habitantes na Amazônia Legal (1,0) foi igual à metade da observada no restante do país (2,0) no triênio 2017-2019.

Em geral, as taxas de mortalidade por prevalência de doenças crônicas diminuíram ao longo do tempo na Amazônia. Entretanto, as taxas de mortalidade por causas externas (acidentes de trânsito, violência etc.) aumentaram na região ao longo do tempo e estão com números superiores em relação às taxas do restante do Brasil. Por exemplo, a taxa bruta de homicídios saltou de 18 assassinatos por 100 mil habitantes em 1991 para 31 assassinatos por 100 mil habitantes em 2020. Desse modo, a Amazônia tornou-se umas das regiões mais violentas do país.

As cidades da Amazônia Legal possuem em geral um padrão urbanístico irregular e uma oferta de serviço de saneamento deficitário. O abastecimento de água via rede pública avançou entre 2012 e 2021 na Amazônia Legal: de 54% para 62% domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico, respectivamente. Ainda assim, a região continua atrás do Brasil (77% dos domicílios com abastecimento de água). Já o esgotamento sanitário via rede coletora – serviço importante para a qualidade de vida da população – aumentou de 13% em 2012 para 17,5% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico em 2021 na Amazônia Legal. Contudo, esta proporção está muito abaixo da brasileira (52% dos domicílios). Por fim, a qualidade das moradias (proporção de domicílios com paredes de tijolos revestidas) da Amazônia Legal (49% de domicílios) em 2021 estava abaixo da proporção brasileira (75%).

Principais fatos socioeconômicos da Amazônia Legal

Tema	Indicador	Ano/período	Fatos
Demografia	População residente estimada	2021	28.419.712 de hab.
	Densidade demográfica (hab./km²)	2021	5,7
	Número total de imigrantes	2005-2010	711.122 pessoas
	Número total de emigrantes	2005-2010	817.257 pessoas
	Saldo migratório	2005-2010	-106.135 pessoas
	População parda (%)	2021	72%
	População branca (%)	2021	19%
	População preta (%)	2021	9%
Economia	PIB Real	2019	R$ 650 bilhões
	PIB Real *per capita*	2019	R$ 23.381,5
	Taxa de crescimento do PIB	2019	1,8%
	PIB Real setor de serviços	2019	R$ 232,4 bilhões
	PIB Real setor da indústria	2019	R$ 137,6 bilhões
	PIB Real setor da agropecuária	2019	R$ 66,6 bilhões
	População pobre (%) FGV	2021	42,2%
	População em extrema pobreza (%) CadÚnico	2021	31%
	Desembolsos do BNDES (% em relação ao total do Brasil)	2009-2019	12,4%
	Taxa de informalidade (% dos ocupados)	2020	56,1%
	Pessoas (25 e 29 anos) que nem trabalham e nem estudam (%)	2020	36,5%
	Emissões de CO_2e (% em relação ao total do Brasil)	2019	48%
	PIB Real (% em relação ao total do Brasil)	2019	8,8%
	Acesso à *internet* banda larga área urbana (% da população)	2022	54,1%
	Acesso à *internet* banda larga área rural (% da população)	2022	27,2%
Educação	Taxa de escolarização bruta Ensino Infantil (% de crianças)	2020	51,0%
	Taxa de escolarização bruta Ensino Médio (% de crianças)	2020	72,6%
	Nota Ideb Ensino Fundamental anos iniciais	2021	5,3
	Nota Ideb Ensino Fundamental anos finais	2021	4,6
	Nota Ideb Ensino Médio	2021	3,8
	Número de instituições de Ensino Superior	2020	300
	Taxa de concluintes no Ensino Superior (%)	2020	38%
Saúde e segurança	Expectativa de vida média	2019	73,3 anos
	Taxa ajustada de mortalidade (óbitos/100 mil hab.)	2017-2019	551,5
	Número de médicos por mil habitantes	2017-2019	1,0
	Número de enfermeiros por mil habitantes	2017-2019	4,3
	Taxa de óbitos doenças cardiovasculares (óbitos/100 mil hab.)	2019	155
	Taxa de óbitos diabetes mellitus (óbitos/100 mil hab.)	2019	33
	Taxa de homicídios (óbitos/100 mil hab.)	2020	31
Cidades	Abastecimento de água via rede pública (% domicílios)	2021	62,0%
	Esgotamento sanitário via rede de coleta (% domicílios)	2021	17,5%
	Coleta de lixo direta via serviço público (% domicílios)	2021	68,0%

Perfil da População Humana da Amazônia Legal

A Amazônia e sua população

A Amazônia Legal possui 5 milhões de km² de área[3] e compreende nove estados do Brasil – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e aproximadamente metade da área do Maranhão. Há um total de 772 municípios na região (Tabela 1). A Amazônia Legal representa 59% do território nacional e inclui todo o bioma Amazônia e parte dos biomas Cerrado e Pantanal no Mato Grosso (IBGE 2022a).

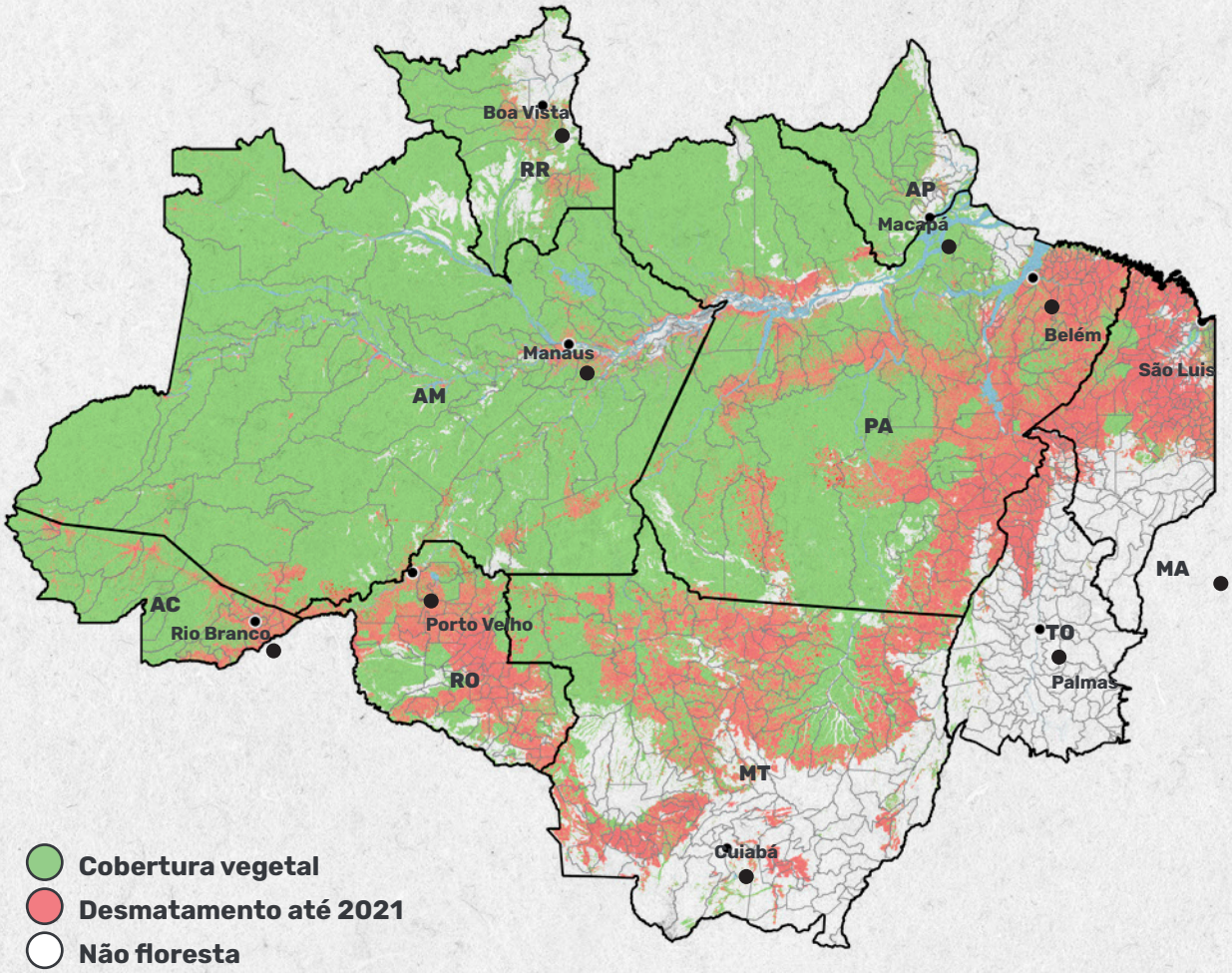
A população da Amazônia Legal atingiu 28,4 milhões de habitantes em 2021, o que representa 13% da população brasileira da Amazônia Legal (IBGE 2022b). Os estados mais populosos são Pará (8,7 milhões), Maranhão (5,9 milhões) e Amazonas (4,3 milhões).

Até 2021, cerca de 21% da floresta original havia sido desmatada. O desmate ocorre sobretudo no arco do desmatamento e também ao longo de rodovias como a Transamazônica e a BR-163[4] (Figura 1).

[3] A área total da Amazônia Legal varia conforme a fonte. Oficialmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possui atualmente 5.016.478 km² (IBGE 2022c).

[4] Mais detalhes sobre as divisões da Amazônia e suas características ambientais estão na publicação *Fatos da Amazônia - Meio ambiente e uso do solo*, disponível em: https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-meio-ambiente-e-uso-do-solo/

Figura 1. Municípios da Amazônia Legal, cobertura vegetal e desmatamento até 2021



Fonte: com base nos dados de biomas, limites estadual e municipal, IBGE

Tabela 1. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2021

ESTADO	ÁREA (KM)	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO EM 2021 (HABITANTES)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA EM 2021 (HABITANTES POR KM)
Acre	164.124	22	906.876	5,5
Amapá	142.471	16	877.613	6,2
Amazonas	1.559.168	62	4.269.995	2,7
Maranhão	261.989	181	5.945.516	22,7
Mato Grosso	903.208	141	3.567.234	3,9
Pará	1.245.759	144	8.777.124	7,1
Rondônia	237.765	52	1.815.278	7,6
Roraima	224.274	15	652.713	2,9
Tocantins	277.720	139	1.607.363	5,8
Amazônia Legal	**5.016.478**	**772**	**28.419.712**	**5,7**
BRASIL	**8.510.296**	**5.570**	**213.317.639**	**25,1**

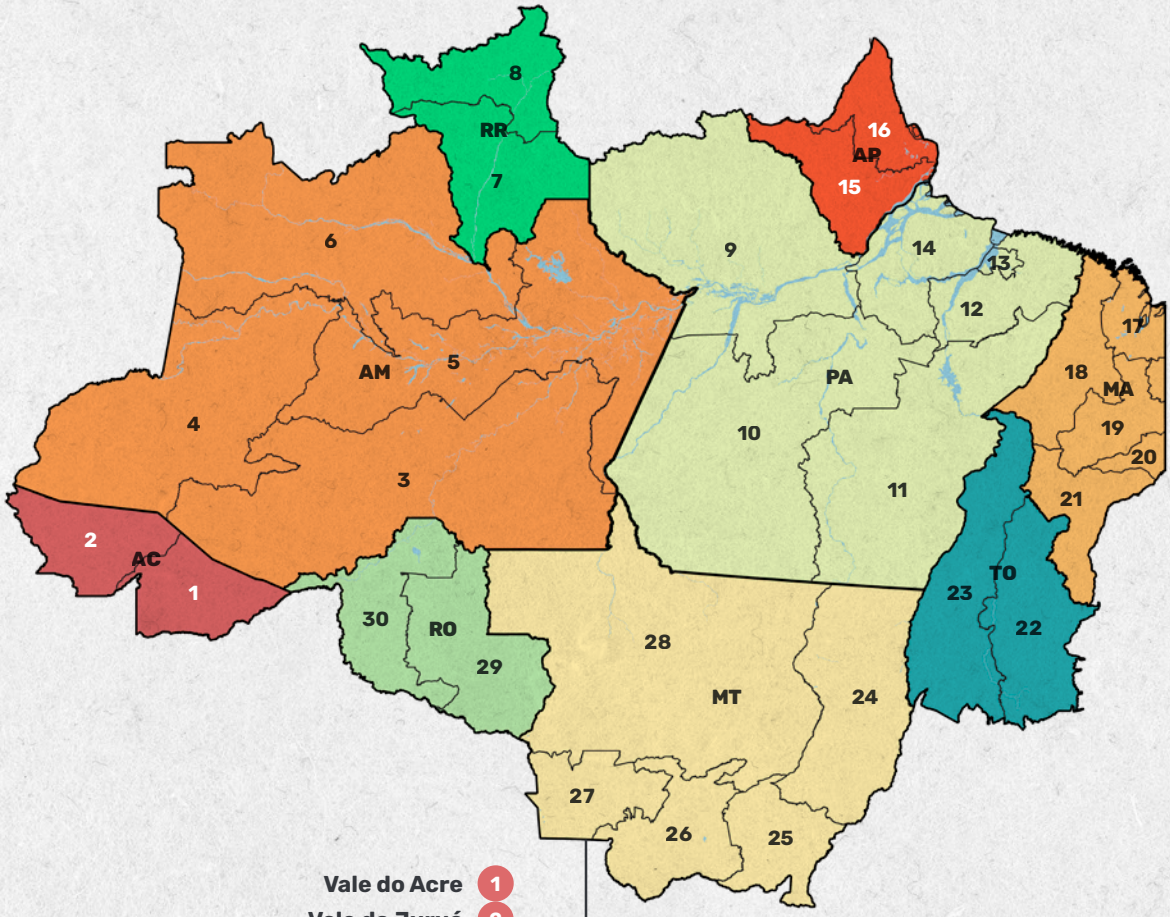
Fonte: com base nos dados de limites estadual e municipal e estimativas da população, IBGE

Divisões regionais na Amazônia Legal

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta diferentes formas de regionalização do território desde a década de 1940 (IBGE 2017)[5]. Além dos estados e municípios, as divisões mais utilizadas são as microrregiões e as mesorregiões. Na Amazônia Legal há 30 mesorregiões (Figura 2).

[5] Mais detalhes sobre as divisões regionais do Brasil em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao--produto

Figura 2. Mesorregiões da Amazônia Legal



1 Vale do Acre
2 Vale do Juruá

3 Sul Amazonense
4 Sudoeste Amazonense
5 Centro Amazonense
6 Norte Amazonense

7 Sul de Roraima
8 Norte de Roraima

9 Baixo Amazonas
10 Sudoeste Paraense
11 Sudeste Paraense
12 Nordeste Paraense
13 Metropolitana de Belém
14 Marajó

15 Sul do Amapá
16 Norte do Amapá

17 Norte Maranhense
18 Oeste Maranhense
19 Centro Maranhense
20 Leste Maranhense
21 Sul Maranhense

22 Oriental do Tocantins
23 Ocidental do Tocantins

24 Nordeste Mato-Grossense
25 Sudeste Mato-Grossense
26 Centro-Sul Mato-Grossense
27 Sudoeste Mato-Grossense
28 Norte Mato-Grossense

29 Leste Rondoniense
30 Madeira-Guaporé

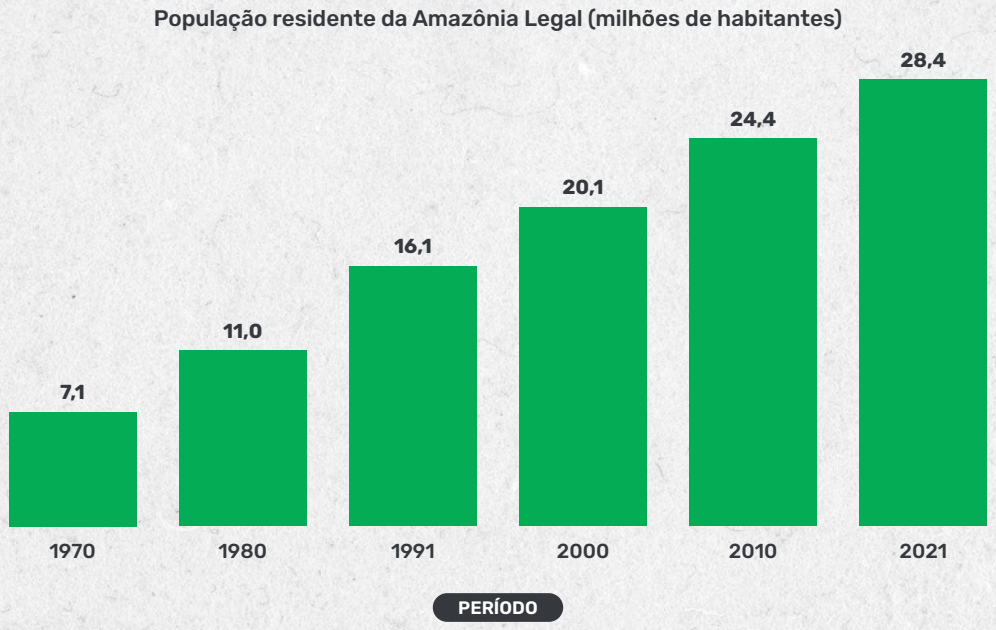
Evolução da população humana

A população da Amazônia Legal aumentou de 7,1 milhões em 1970 para 28,4 milhões de habitantes em 2021 (Tabela 1 e Figura 3), o que representa cerca de 13% da população brasileira. A densidade demográfica na região passou de apenas 1,4 habitante por km² em 1970 para 5,7 habitantes por km² em 2021 (IBGE 2022a; IBGE 2022b).

O Pará é o estado mais populoso da região (passou de 2,2 milhões em 1970 para 8,8 milhões de habitantes em 2021) seguido do Maranhão, cuja população alcançou 6,0 milhões de habitantes em 2021. Por outro lado, o Amapá (0,9 milhão) e Roraima (0,6 milhão) são os estados menos populosos da Amazônia (Figura 4).

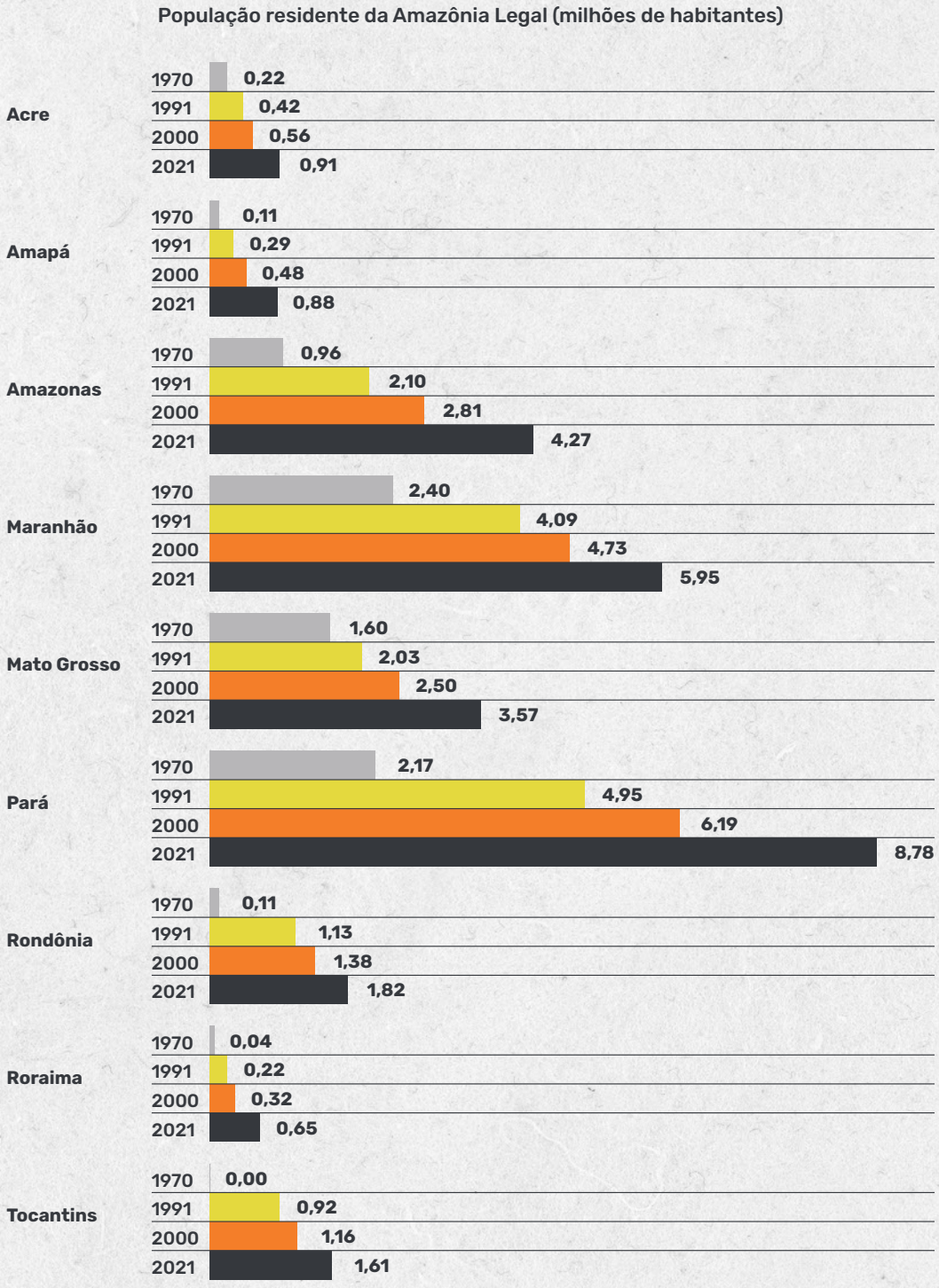
Apesar do expressivo aumento da população ao longo das décadas, a Amazônia Legal é uma região com baixa densidade demográfica. A maioria (76%) da população reside em áreas urbanas, nas quais as capitais e regiões metropolitanas concentram cerca de um terço da população total (Figura 5) (IBGE 2010; IBGE 2022b; IBGE 2022c).

Figura 3. Evolução da população da Amazônia Legal, 1970-2021



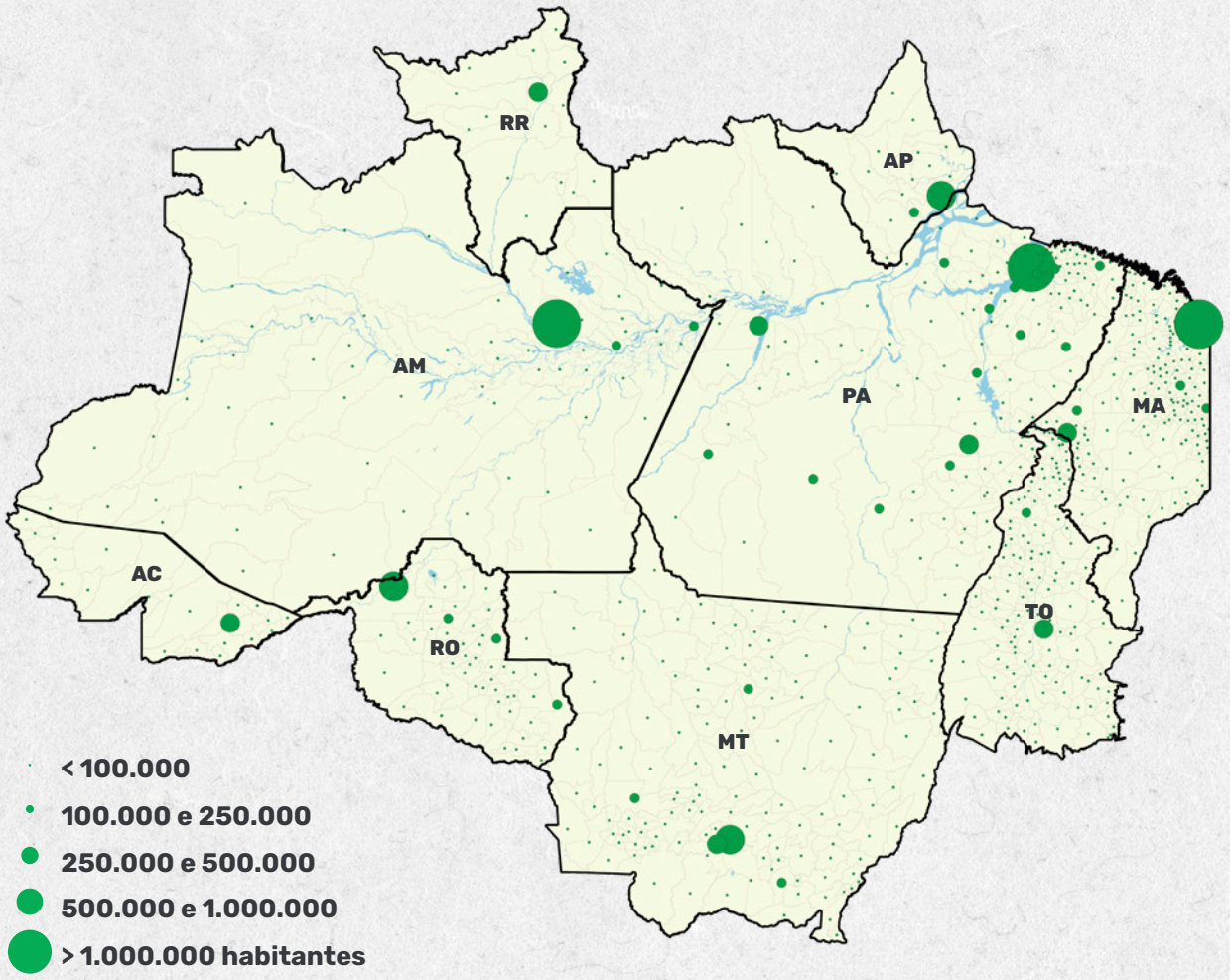
Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico e estimativas da população, IBGE

Figura 4. Evolução da população dos estados da Amazônia Legal, 1970-2021



Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico e estimativas da população, IBGE

Figura 5. Tamanho da população nos municípios da Amazônia Legal, 2021

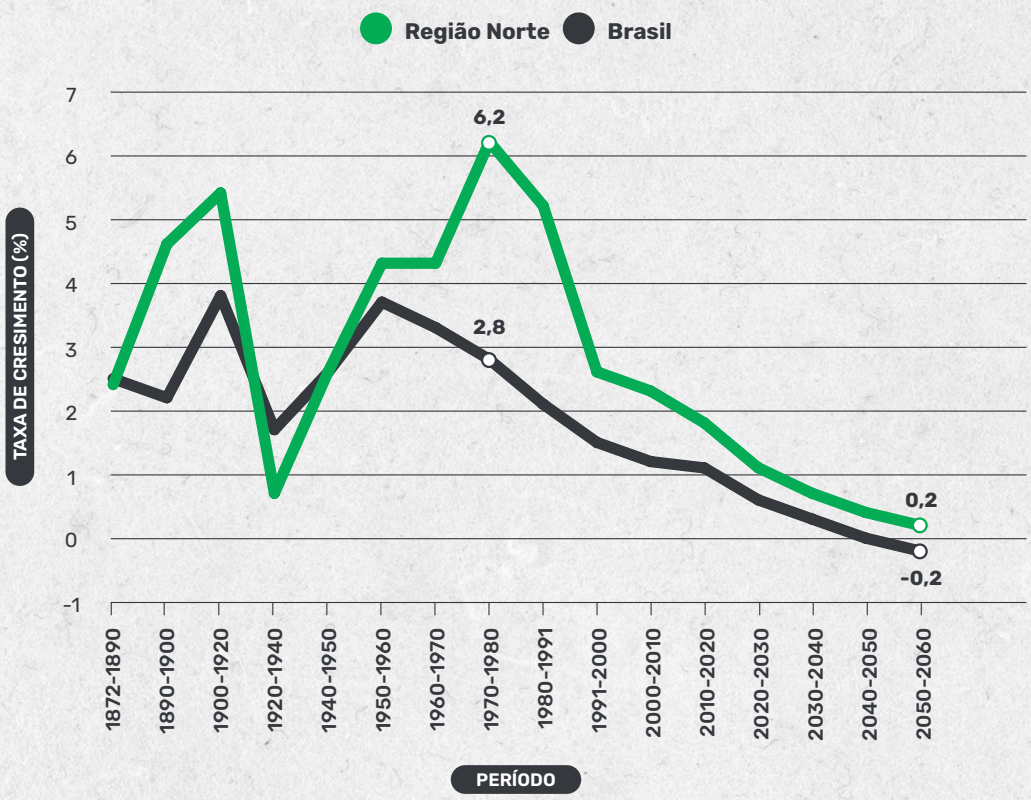


Fonte: com base nos dados de estimativas da população, IBGE

População e transição demográfica na Região Norte

O histórico da demografia da Região Norte (não foi possível usar dados históricos para a Amazônia Legal) revela que a população dessa região cresceu por ano o dobro da média do país a partir de 1872. Isso porque na época houve um aumento no fluxo de migrantes nordestinos atraídos pelo *boom* da borracha (Turra *et al.* 2022a). Com o fim do ciclo da borracha na década de 1910, o crescimento demográfico da região foi reduzido até as décadas de 1940 e voltou a crescer na década de 1950 e 1960 (Figura 6).

Figura 6. Taxa de crescimento da população (%) da Região Norte e Brasil por períodos, 1872-2060.

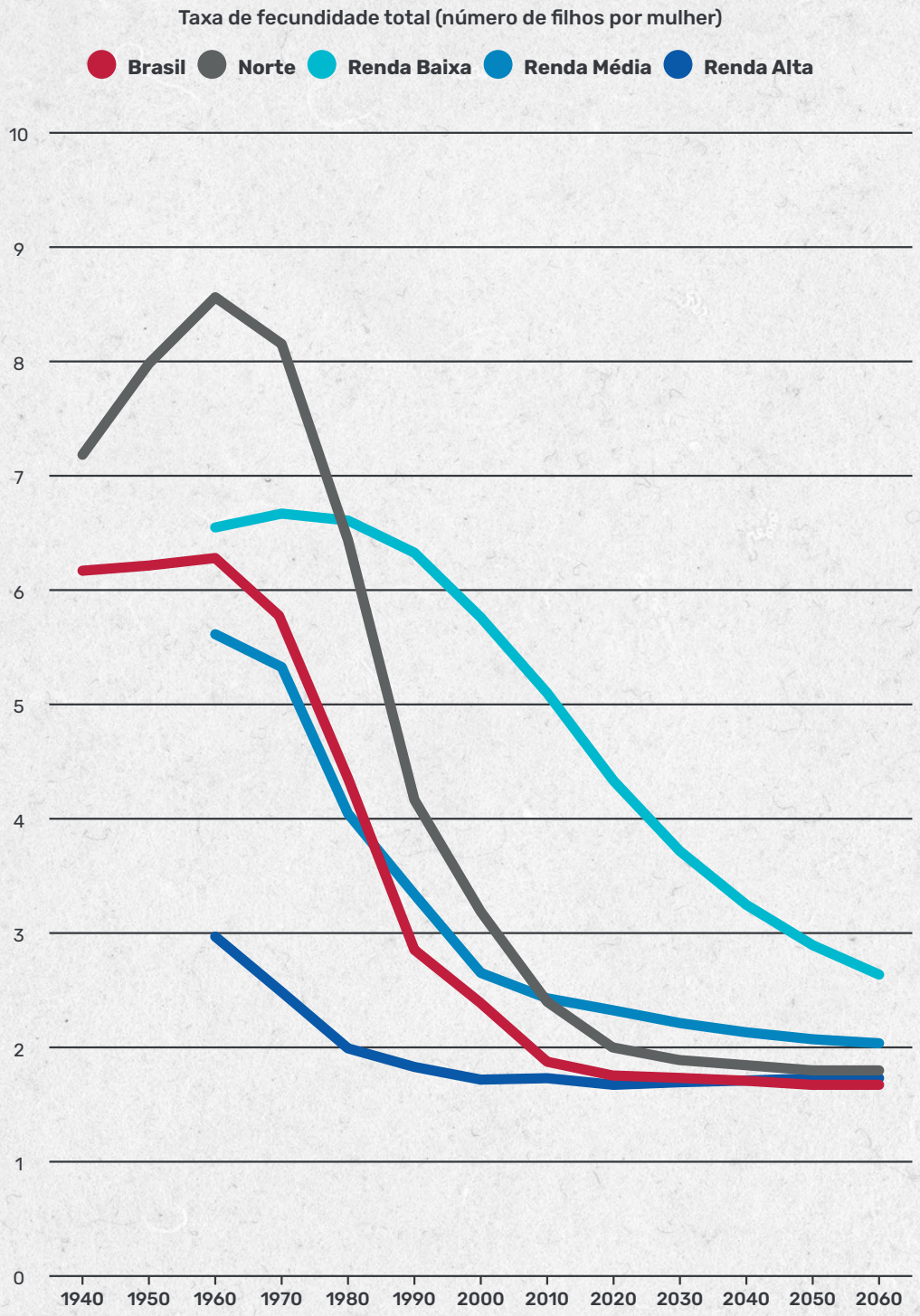


Fonte: Turra et al. (2022a) com base nos dados do Censo Demográfico e estimativas da população, IBGE

Entre 1970 e 1980, ocorreu um *boom* de crescimento populacional na Região Norte, incentivado por programas de ocupação do território. A taxa média de crescimento populacional da região aumentou de 3,5% para 4,8% na década de 1970 e atingiu pico na década de 1980 (Figura 6). Já a partir dos anos 1990, começa a transição demográfica para uma tendência de queda tanto na taxa de fecundidade quanto no crescimento populacional da região, o que deve perdurar até 2060 (Figuras 7)[6] (Turra *et al.* 2022a).

[6] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-dinamica--demografica-da-amazonia-legal-populacao-e-transicao-demografica-na-regiao-norte-do-brasil/

Figura 7. Taxa de fecundidade total, Brasil, Região Norte e países de baixa, média e alta renda, 1940 a 2060



Fonte: adaptado de Turra et al. (2022a) com base nos dados do Censo Demográfico e estimativas da população, IBGE

Migrações na Amazônia Legal

Entre 2005 e 2010, o número total de pessoas que migraram para a Amazônia foi igual a 711.122 pessoas, ao passo que o número de pessoas que deixaram a região atingiu 817.257 pessoas (Rigotti *et al.* 2022)[7]. Isso gerou um saldo migratório negativo de -106.135 pessoas e uma taxa líquida de migração de -0,42% na Amazônia Legal (Tabela 2). Os estados que mais contribuíram para esse saldo negativo foram Maranhão (-164.981 pessoas), Pará (-39.827) e Acre (-868). Já o Amapá e Roraima obtiveram as maiores taxas líquidas positivas de migração (Figura 8).

Tabela 2. Número de imigrantes, emigrantes[8], saldos migratórios por estado da Amazônia Legal, 2005-2010

ESTADO	IMIGRANTES	EMIGRANTES	SALDO MIGRATÓRIO
Acre	13.879	14.747	-868
Amapá	37.026	15.226	21.800
Amazonas	71.450	51.302	20.148
Maranhão	105.682	270.663	-164.981
Mato Grosso	143.956	121.589	22.367
Pará	162.005	201.832	-39.827
Rondônia	65.865	53.639	12.226
Roraima	25.555	11.207	14.348
Tocantins	85.704	77.052	8.652
Amazônia Legal	**711.122**	**817.257**	**-106.135**

Fonte: adaptado de Rigotti et al. (2022) com base nos dados do Censo Demográfico, IBGE

[7] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-dinamica-demografica-da-amazonia-legal-migracoes-na-amazonia-legal/

[8] Imigração é a entrada de pessoas em um município, estado, região ou país, enquanto emigracão é a saída de pessoas desses territórios. Migração, por sua vez, é o fluxo populacional em si, ou seja, saída e ou chegada de pessoas em um dado território.

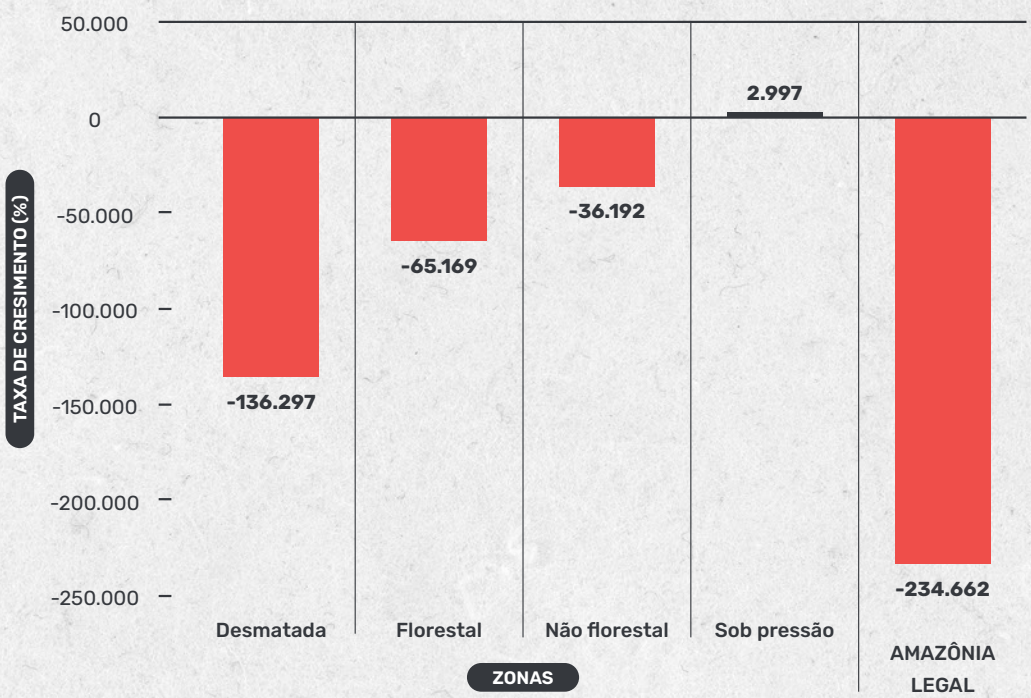
Figura 8. Taxas líquidas de migração por estado da Amazônia Legal, 2005-2010

Fonte: adaptado de Rigotti et al. (2022) com base nos dados do Censo Demográfico, IBGE

O fluxo migratório nas zonas de fronteira da região[9] com base em censos escolares (Rigotti *et al.* 2022) mostra que a Amazônia Legal perdeu mais população do que ganhou entre 2010 e 2014 (-235 mil pessoas). Somente na fronteira desmatada houve uma perda de 136.297 pessoas nesse período. A fronteira sob pressão foi a única com ligeiro ganho populacional: apenas 2.997 pessoas (Figura 9).

[9] Mais detalhes sobre as fronteiras de desmatamento nas publicações *Fatos da Amazônia - Meio ambiente e uso do solo* (https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-meio-ambiente-e-uso-do-solo/) e as *5 Amazônias* (https://amazonia2030.org.br/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/).

Figura 9. Saldos migratórios líquidos (número de habitantes) a partir do censo escolar nas cinco zonas da Amazônia Legal, 2010-2014



Fonte: adaptado de Rigotti et al. (2022) com base nos dados do Censo Demográfico, IBGE

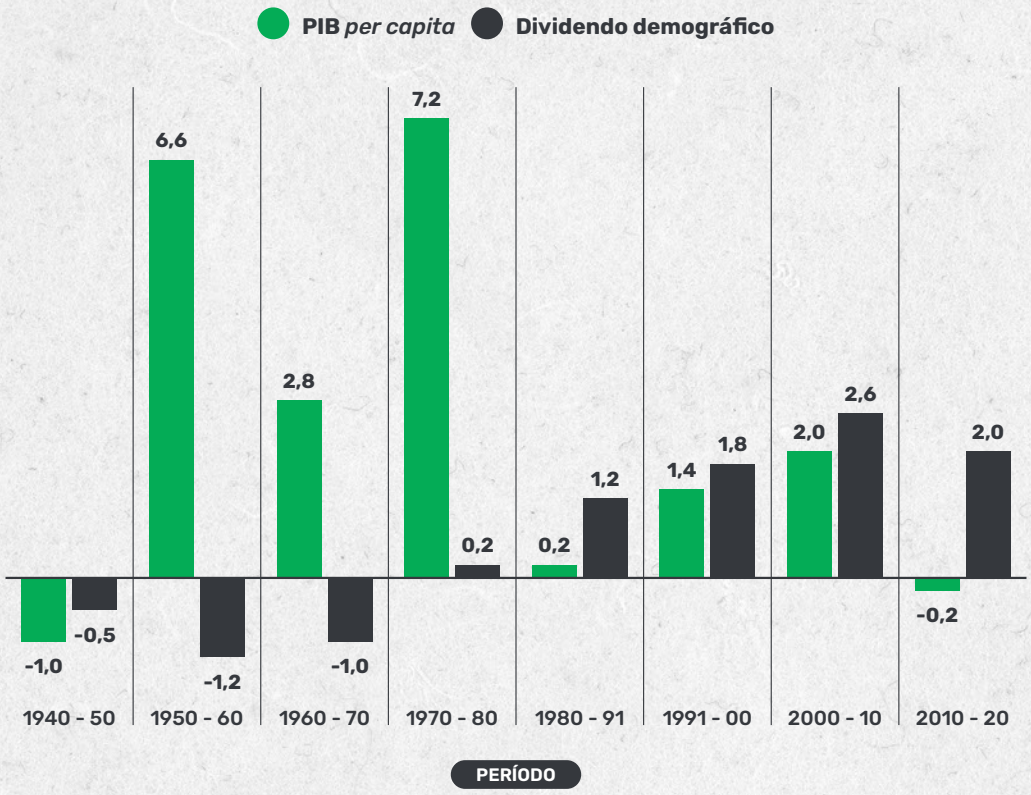
Os dividendos demográficos

Estudo de Turra *et al.* (2022b)[10] analisou o dividendo demográfico[11] da Região Norte desde a década de 1940. Essa região apresentou um forte crescimento do seu PIB *per capita* entre 1950 e 1980 com elevado aumento e rejuvenescimento da população. A partir de 1980, a economia da região tem crescido em menor taxa apesar do dividendo demográfico (Figura 10). Entre 1980 e 2020, a mudança na composição etária representou um crescimento potencial acumulado de 85% contra apenas 40% efetivamente realizados.

[10] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/os-dividendos-demograficos-na-amazonia-legal/

[11] Conceito que verifica o crescimento de uma economia como o resultado de uma mudança na estrutura de idade da população de um território.

Figura 10. Variação no PIB *per capita* e primeiro dividendo demográfico (%): Região Norte, 1940-2020

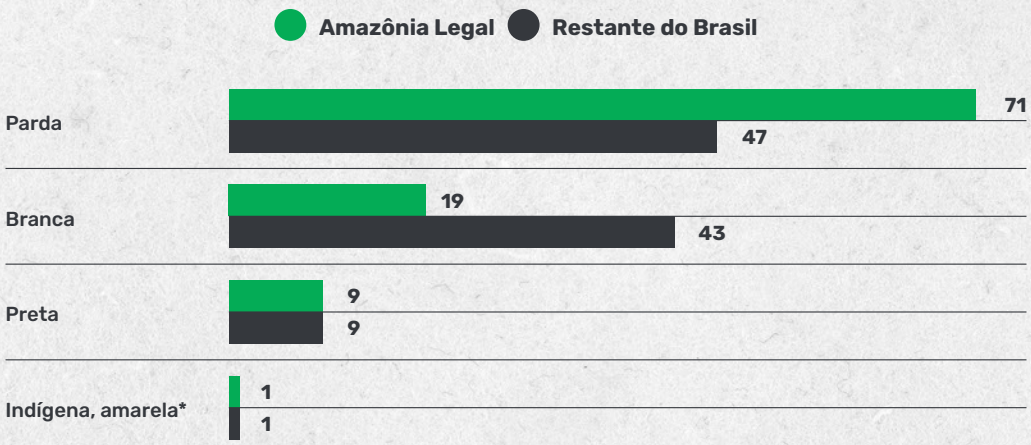


Fonte: adaptado de Turra et al. (2022b) com base nos dados do Censo Demográfico, estimativas da população e PIB, IBGE

Perfil da população por raça

Em 2021, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE (2022d), a grande maioria da população (71%) da Amazônia Legal era parda seguida da branca (19%), preta (9%) e indígena, amarela ou sem declaração (1%). Essas proporções diferem do Brasil (Figura 11). Em todos os estados da Amazônia Legal, a maioria da população é parda[12] (Figura 12).

Figura 11. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021[13]

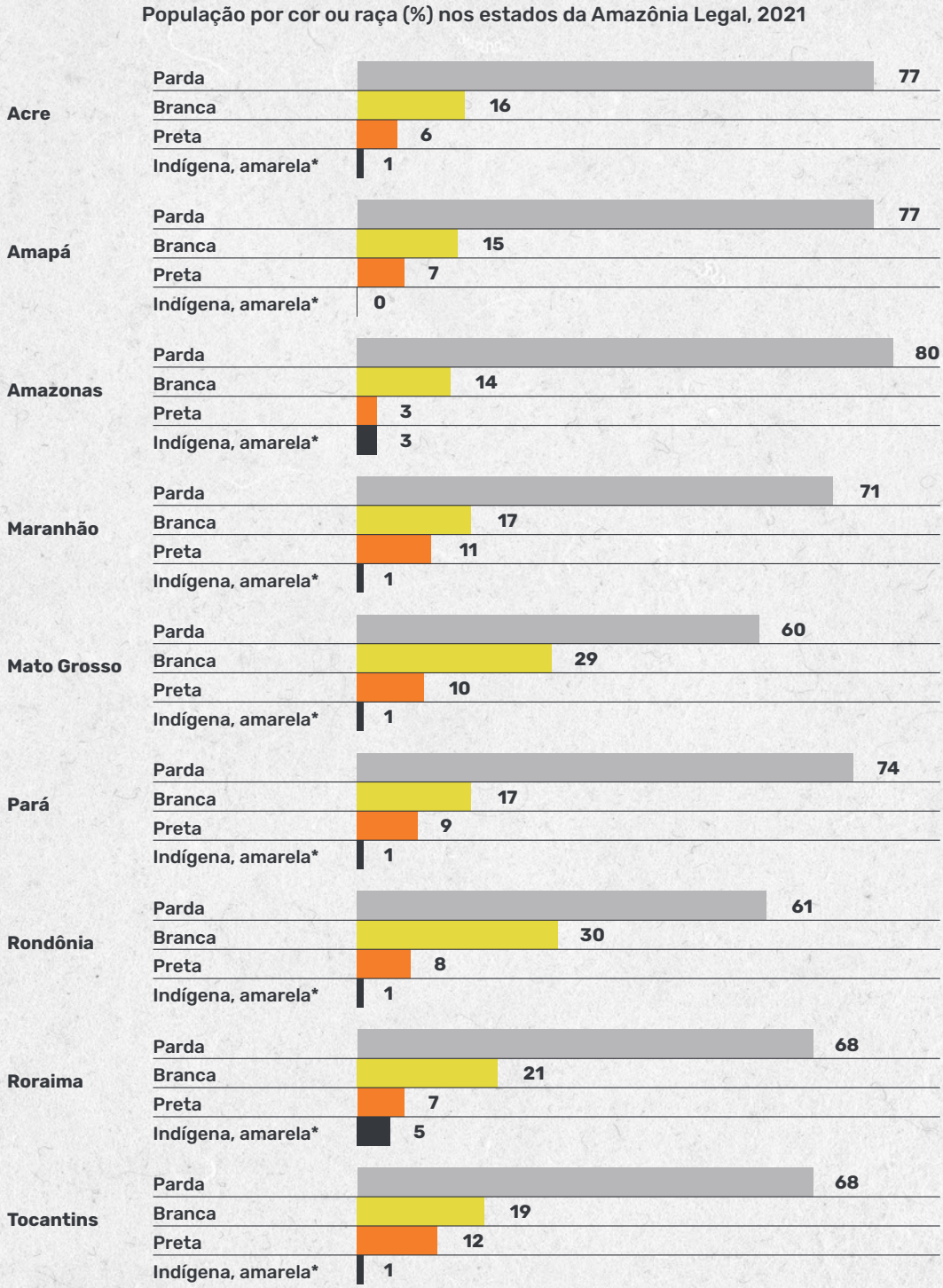


*Inclui pessoas sem declaração de cor ou raça
Fonte: com base nos dados da PNAD-C 2022, IBGE

[12] Resultados do Maranhão incluem todo o território.

[13] A soma ou média dos valores dos estados pode ser ligeiramente maior ou menor que o total da Amazônia Legal em função do arredondamento. Isso também é válido para as demais figuras e tabelas desse documento..

Figura 12. População por cor ou raça (%) nos estados da Amazônia Legal, 2021

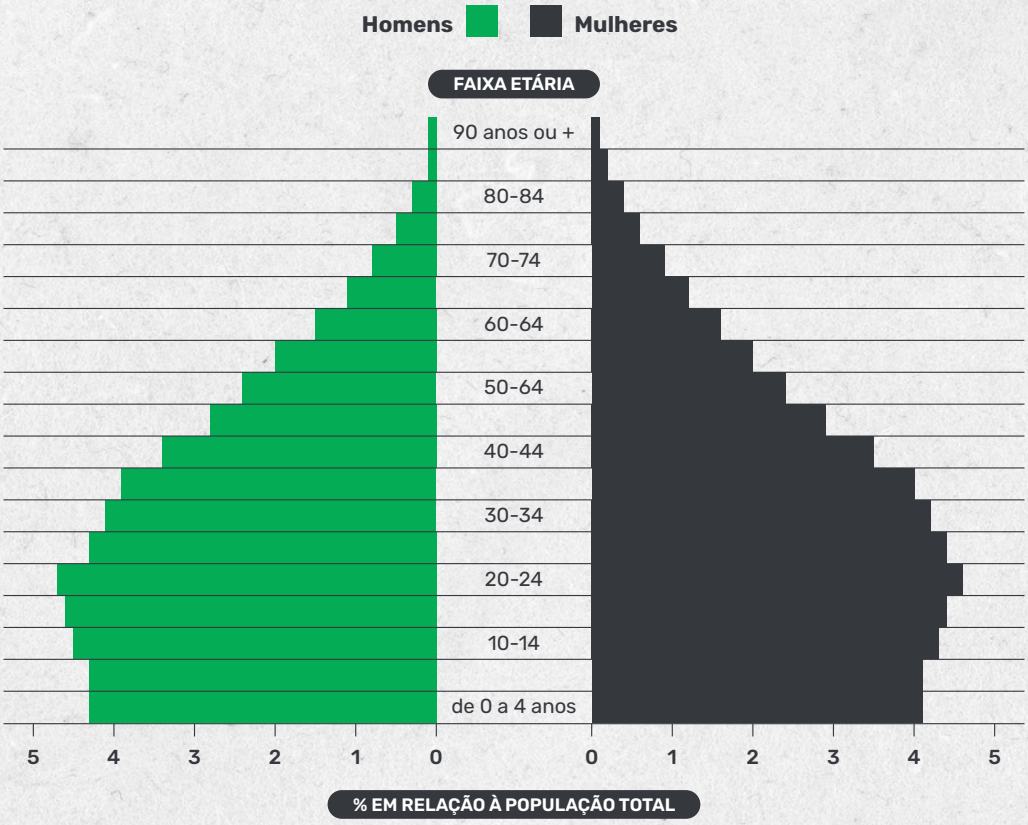


**Inclui pessoas sem declaração de cor ou raça*
Fonte: com base nos dados da PNAD-C 2022, IBGE

Pirâmide etária: população ainda jovem

A população da Amazônia Legal é jovem e por isso há um bônus demográfico na região: aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar em relação à população dependente (Alfenas *et al.* 2020)[14]. De fato, a pirâmide etária da região em 2020 demonstrou que a maior parte da população estava concentrada entre os 10 e 34 anos de idade para ambos os sexos (Figura 13).

Figura 13. Pirâmide etária (% em relação à população total) da Amazônia Legal por sexo, 2020



Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2020) com base nos dados de projeção da população, IBGE

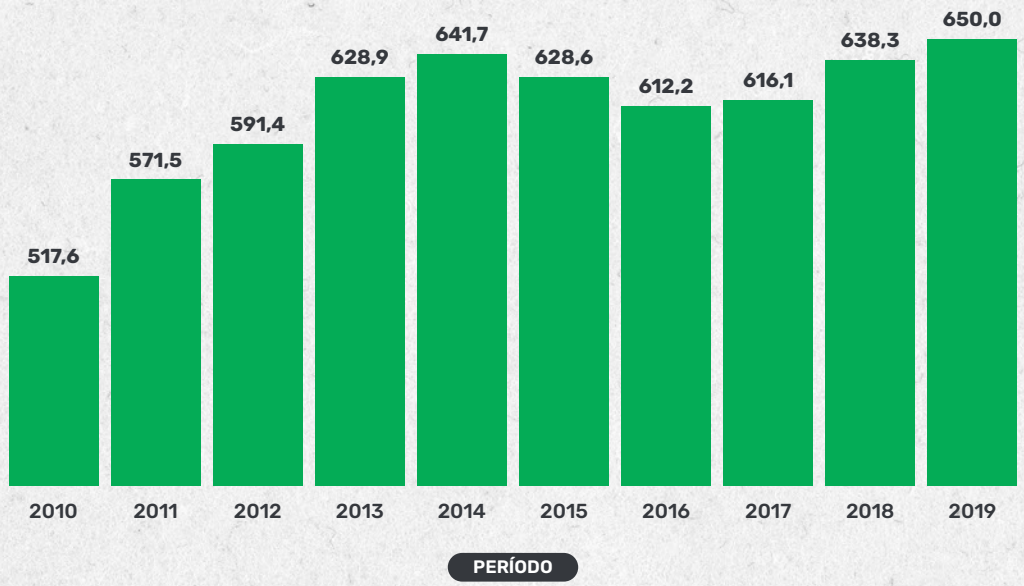
[14] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/

Economia

Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) Real[15] da Amazônia Legal totalizou R$ 650 bilhões em 2019, ou apenas 8,8% do PIB do Brasil[16] (Figura 14). Entre os estados, Pará (R$ 178,4 bilhões) e Mato Grosso (R$ 142,1 bilhões) contavam com maior PIB Real. De outro lado, Acre (R$ 15,6 bilhões) e Roraima (R$ 14,3 bilhões) eram os estados com menor PIB (Tabela 3) (adaptado de BCB 2022; IBGE 2022e).

Figura 14. PIB Real (R$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2019



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

[15] Também chamado de PIB a preços constantes.

[16] PIB Real calculado a partir do PIB Nominal (também conhecido como PIB a preços correntes) divulgado pelo IBGE (IBGE 2022e) e índice de inflação IPCA do IBGE em relação ao ano 2019 (BCB 2022). Desse modo, o PIB Real pode variar em relação a outros métodos de cálculo utilizados.

Tabela 3. PIB Real (R$ bilhões) nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2002-2019

ESTADO	2002	2005	2010	2015	2019
Acre	8,4	9,2	14,1	17,2	15,6
Amapá	9,0	9,2	14,0	17,5	17,5
Amazonas	62,4	72,5	103,2	109,1	108,2
Maranhão	40,3	47,8	70,5	89,0	87,4
Mato Grosso	54,2	73,1	96,0	135,4	142,1
Pará	74,8	86,4	140,2	165,0	178,4
Rondônia	21,1	26,7	40,5	46,1	47,1
Roraima	6,8	6,8	11,3	12,9	14,3
Tocantins	15,0	16,4	27,8	36,5	39,4
Amazônia Legal	**291,8**	**348,1**	**517,6**	**628,6**	**650,0**
BRASIL	**4.202,8**	**4.629,9**	**6.589,3**	**7.556,9**	**7.389,1**

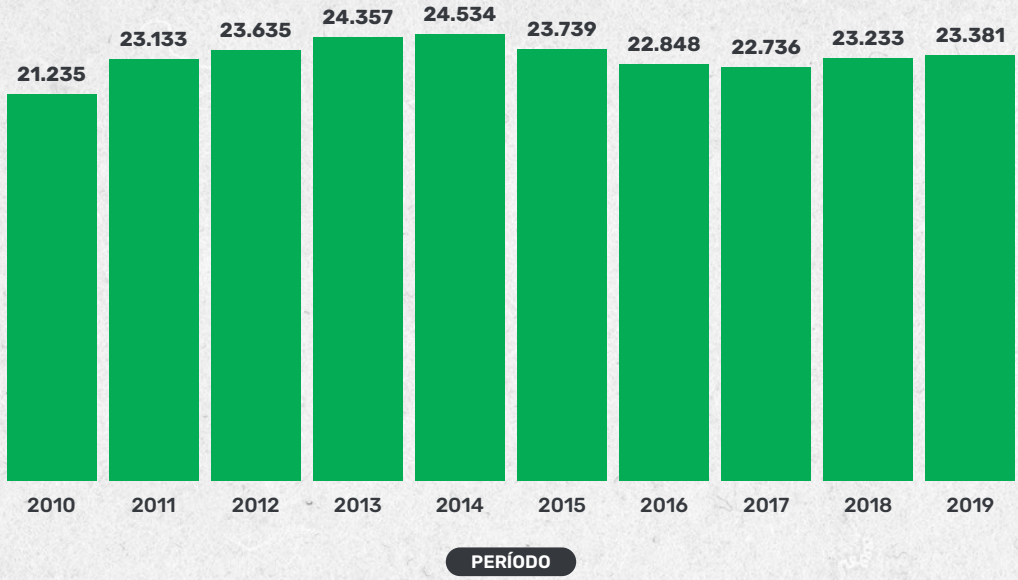
Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

PIB *per capita* da Amazônia Legal

O PIB *per capita*[17] da Amazônia Legal atingiu pico em 2014 (R$ 24,5 mil por habitante) e oscilou desde então até R$ 23,4 mil por habitante em 2019 (Figura 15). Já o do Brasil atingiu R$ 33,6 mil por habitante em 2019. Ou seja, o PIB *per capita* amazônico representa atualmente apenas 66% do PIB *per capita* nacional (adaptado de BCB 2022; IBGE 2010; IBGE 2022b; IBGE 2022e).

[17] PIB *per capita* da Amazônia Legal calculado a partir do PIB Real, população do Censo Demográfico para 2010 (IBGE 2010) e estimativas da população para os demais anos (IBGE 2022b).

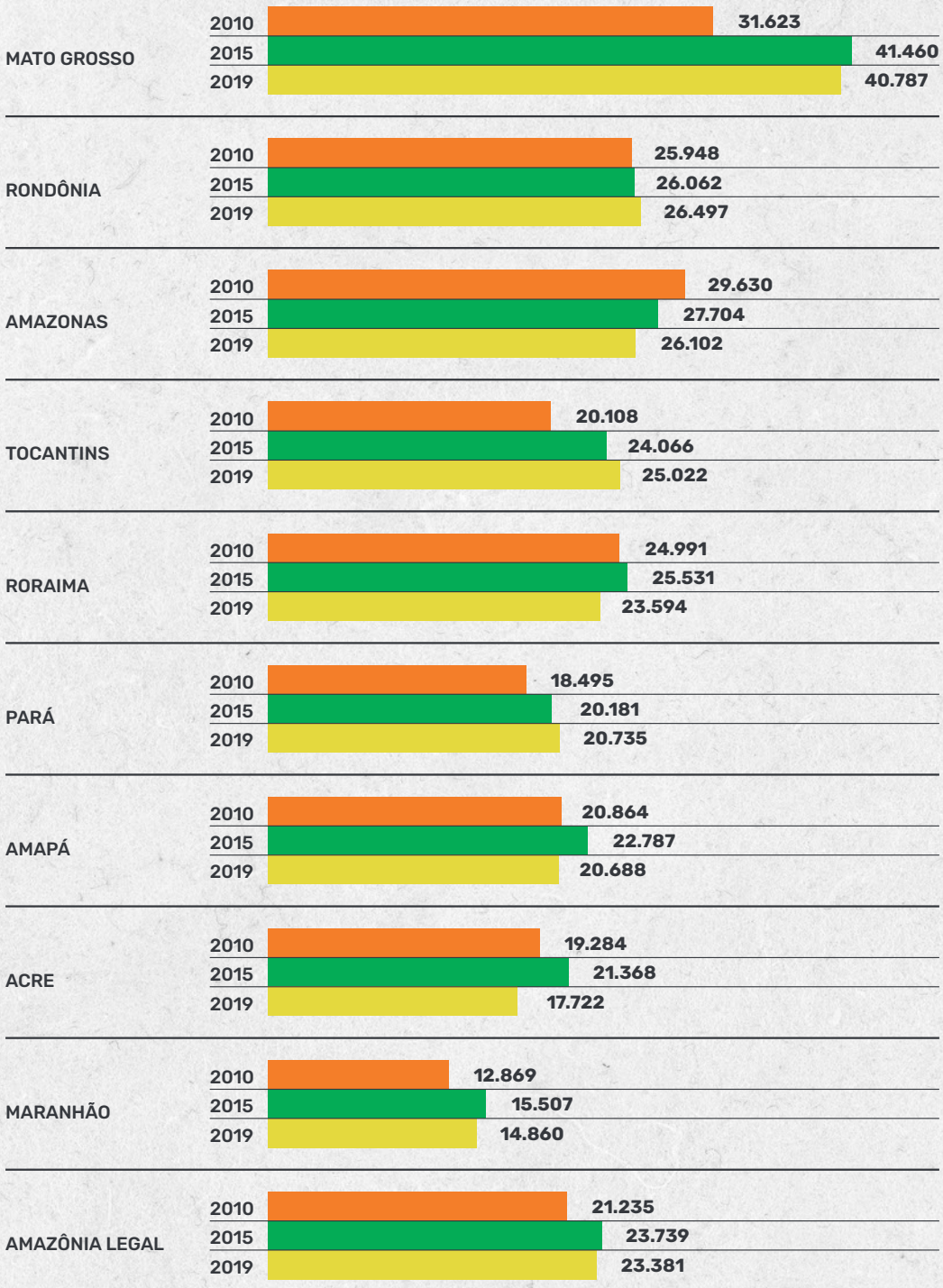
Figura 15. PIB Real *per capita* da Amazônia Legal, 2010-2019



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

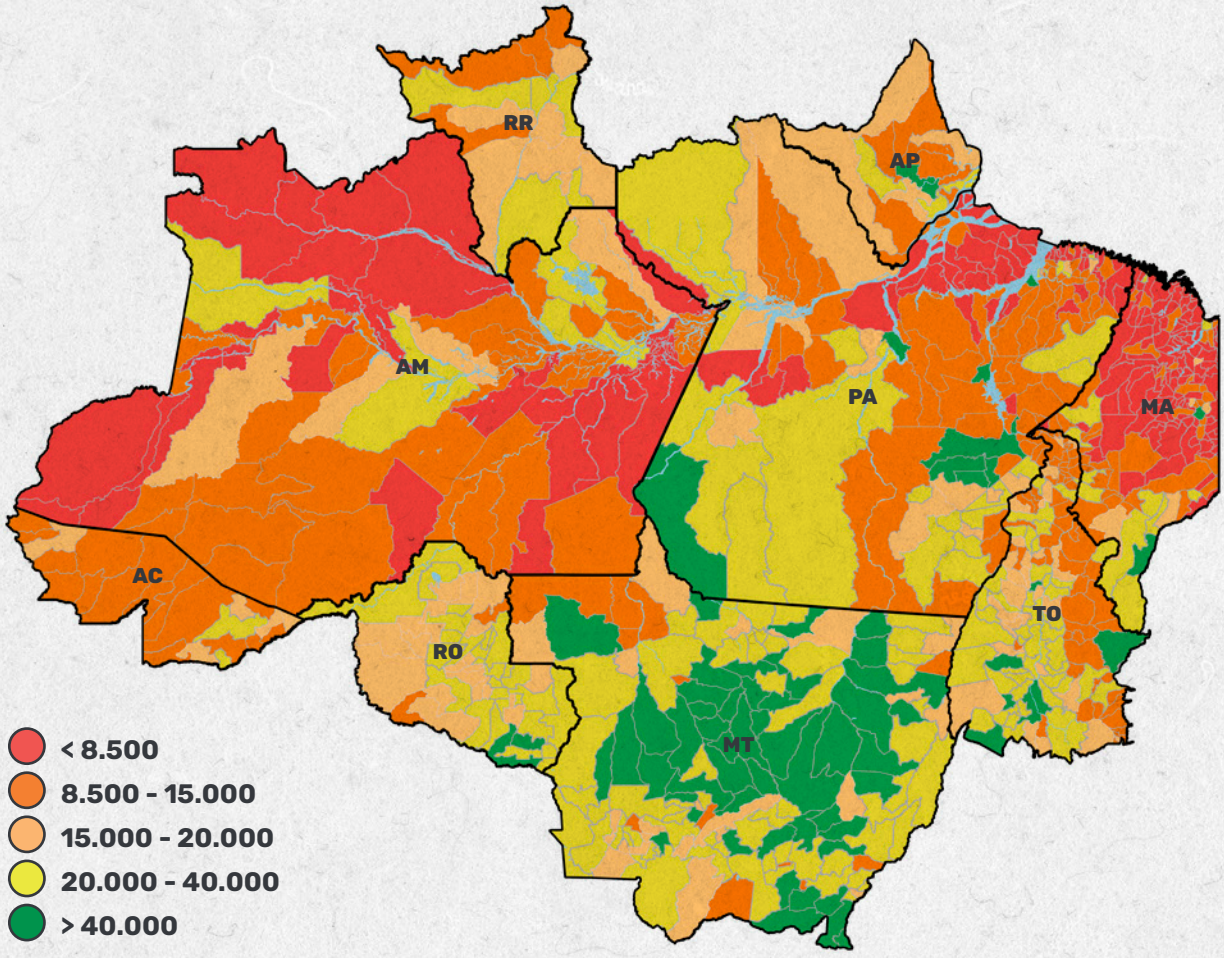
Em 2019, o Mato Grosso apresentava o maior PIB Real *per capita* da região: R$ 40,78 mil por habitante (Figura 16). Já o estado com menor valor era o Maranhão: R$ 14,86 mil por habitante. Há grande variação no PIB *per capita* entre os municípios da Amazônia Legal (Figura 17). Os municípios com economia baseada em mineração industrial – como Canaã dos Carajás (PA) e Parauapebas (PA) – e em energia hidrelétrica como Vitória do Xingu (PA) possuíam os maiores PIB *per capita* entre os municípios da região (Figura 17).

Figura 16. PIB Real *per capita* dos estados da Amazônia Legal, 2010, 2015 e 2019



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

Figura 17. PIB Real *per capita* por municípios da Amazônia Legal, 2019



Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, estimativas da população e limites estaduais e municipais IBGE

Taxa de crescimento do PIB

Os estados do Pará (6,2%) e Tocantins (6,0 %) obtiveram a maior taxa de crescimento do PIB Real para 2019 em relação ao ano anterior. Já o Maranhão (-4,9%) e o Acre (-2,0%) apresentaram queda do PIB Real no mesmo ano (Tabela 4). O PIB da Amazônia Legal teve o seu maior crescimento em 2008 e 2010 e foi negativo em 2015 e 2016 (Figura 18) (adaptado de BCB 2022; IBGE 2022e).

Figura 18. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior da Amazônia Legal, 2003-2019

Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

Tabela 4. Taxa de crescimento do PIB Real (%) em relação ao ano anterior total nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2010-2019

ESTADO	2010	2012	2015	2017	2019
Acre	8,0	6,4	-4,9	-2,4	-2,0
Amapá	5,4	11,1	-2,8	1,6	0,1
Amazonas	15,4	-4,1	-6,1	-1,5	3,8
Maranhão	9,0	9,7	-4,0	-1,2	-4,9
Mato Grosso	3,0	8,2	-0,3	-3,7	-0,6
Pará	28,5	1,9	-1,3	5,8	6,2
Rondônia	16,2	2,5	1,0	3,8	0,7
Roraima	12,2	-0,9	-1,2	3,4	2,7
Tocantins	14,9	5,9	3,8	1,6	6,0
Amazônia Legal	**14,6**	**3,5**	**-2,0**	**0,6**	**1,8**
BRASIL	**11,8**	**3,3**	**-2,5**	**-1,2**	**1,4**

Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

PIB por setores

Em 2019, o PIB Nominal[18] por setor da economia da Amazônia Legal estava distribuído entre serviços (36% do PIB total; R$ 232,4 bilhões), administração pública (21%; R$ 138,6 bilhões) e indústria (21%; R$ 137,6 bilhões). Nos últimos anos, a agropecuária, que promove o avanço do desmatamento na região, foi o setor com menor contribuição para o PIB da Amazônia Legal(10,3%; R$ 66,6 bilhões) (Tabela 5) (adaptado de BCB 2022; IBGE 2022e).

Tabela 5. PIB Nominal por atividade econômica na Amazônia Legal e Brasil, 2019

ATIVIDADE ECONÔMICA	PIB POR SETOR	
	R$ BILHÕES	%
Serviços	232,44	35,8
Administração pública	138,60	21,3
Indústria	137,62	21,2
Impostos	74,67	11,5
Agropecuária	66,63	10,3
Total Amazônia Legal	**649,96**	**100,0**

Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE

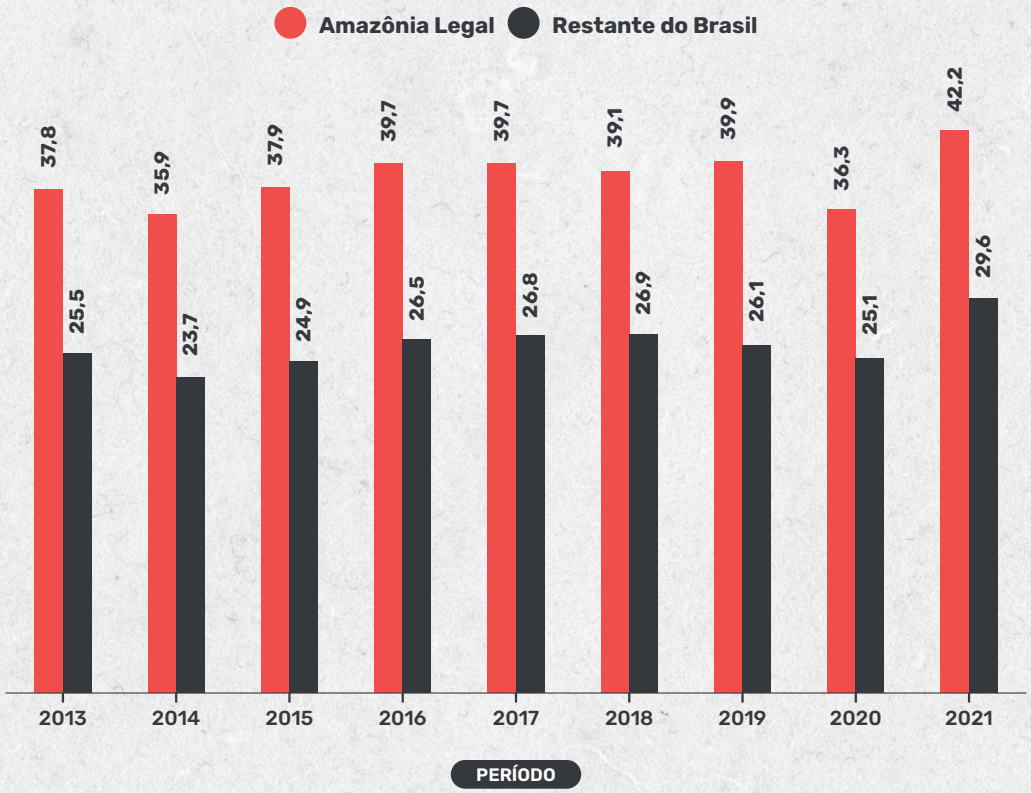
[18] Também chamado de PIB a preços correntes.

A pobreza na Amazônia Legal

Aumento recorde da pobreza

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social divulgou a pesquisa Mapa da Nova Pobreza[19]. Com bases nos microdados da PNAD-C do IBGE, essa pesquisa demonstra que a pobreza atingiu números recordes em todo o Brasil. Ao analisar os dados para a Amazônia Legal, a proporção da população pobre[20] aumentou de 38% em 2013 para 42% em 2021 (Figura 19)[21]; no Brasil essa proporção atingiu cerca de 30% (Neri 2022).

Figura 19. Proporção (%) de pobres – linha abaixo de R$ 497 mensais – na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021



Fonte: adaptado com base nos dados de FGV Social (Neri 2022) a partir da PNAD-C, IBGE

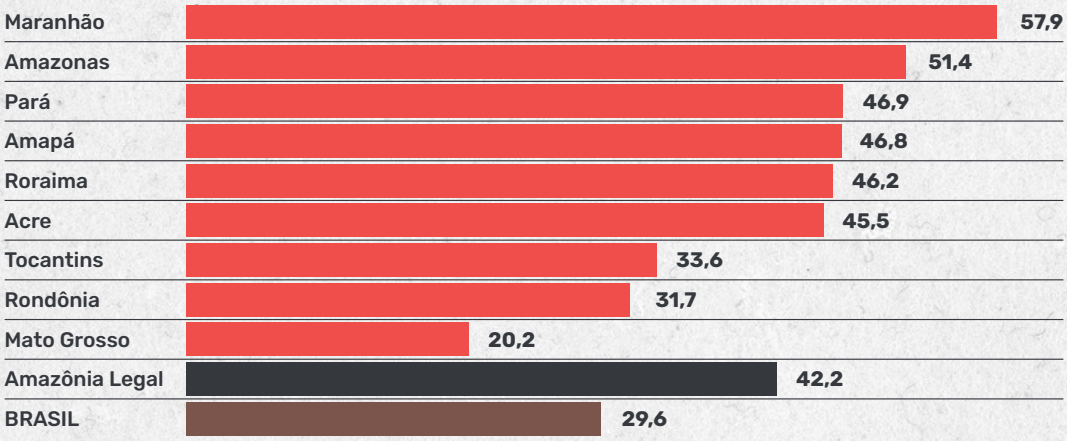
[19] Disponível em: https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza

[20] Para a FGV Social, uma pessoa pobre é aquela com renda domiciliar *per capita* de até 497 reais mensais (Neri 2022).

[21] Valores para a Amazônia obtidos pela média aritmética dos estados. Inclui todo o estado do Maranhão.

Seis dos nove estados da Amazônia possuíam mais de 45% da população abaixo da linha pobreza em 2021. A situação mais crítica era do Maranhão (58%) e Amazonas (51%). O melhor desempenho relativo foi o de Mato Grosso com 20% da população em situação de pobreza (Figura 20) (Neri 2022).

Figura 20. Proporção (%) de pobres – linha abaixo de R$ 497 mensais – por estado, Amazônia Legal e Brasil, 2021



Fonte: adaptado com base nos dados de FGV Social (Neri 2022) a partir da PNAD-C, IBGE

Pobreza e extrema pobreza no CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento do Governo Federal com extensa base de dados de pessoas de baixa renda, o qual tem sido usado para a definição de programas de assistência social e redistribuição de renda do Governo Federal. De acordo com o CadÚnico, o número de pessoas na Amazônia Legal em situação de pobreza atingiu 1,8 mi-

lhão (Figura 20) e o de extrema pobreza alcançou 11,8 milhões de pessoas em 2021 (Figura 21) (Governo Federal 2022a).[22]

Os maiores efetivos de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza concentram-se nos estados do Pará, Maranhão e Amazonas. Em relação à proporção dessa população na situação de extrema pobreza, os maiores percentuais estão no Acre e Pará e os menores ocorrem em Mato Grosso e Rondônia (Figuras 22, 23 e 24) (Governo Federal 2022a).

Figura 21. Número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (milhões de habitantes) na Amazônia Legal, 2012-2021

Fonte: com base nos dados de CadÚnico, Governo Federal. Dados referentes ao mês de dezembro de cada ano

[22] O CadÚnico possui critério próprio para definir as faixas de renda familiar mensal *per capita* que estabelecem a situação de pobreza e extrema pobreza, as quais variam de acordo com o período e são atualizadas ao longo dos anos (art. 18 do Decreto nº 5.209 de 17/09/2004) da seguinte maneira (Governo Federal 2022a):

Situação de extrema pobreza

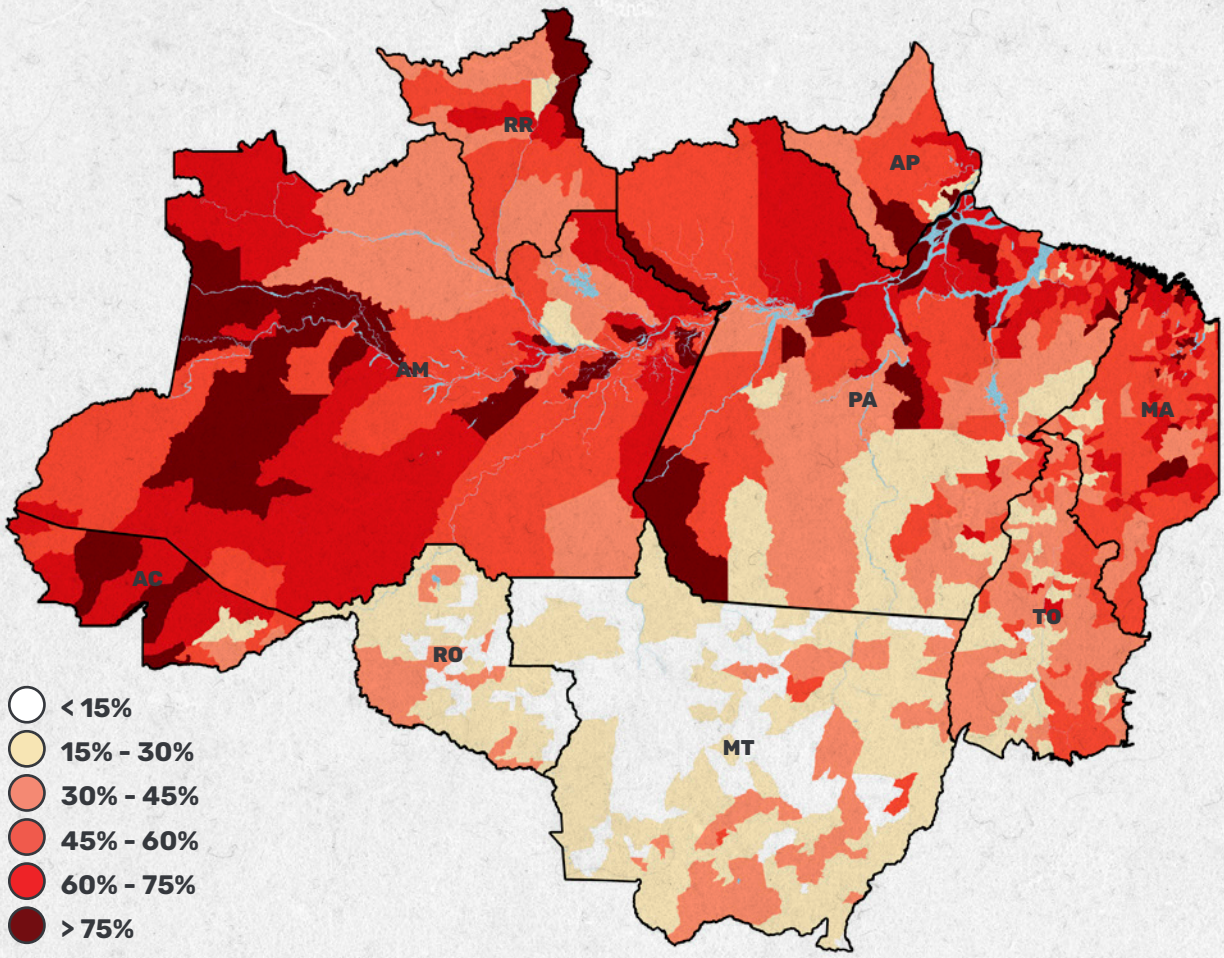
Até abril de 2014: renda *per capita* menor igual a 70 reais
De maio de 2014 a junho de 2016: renda *per capita* menor igual a 77 reais
De julho de 2016 a maio de 2018: renda *per capita* menor igual a 85 reais
De junho de 2018 em diante: renda *per capita* menor igual a 89 reais

Situação de pobreza

Até abril de 2014: renda *per capita* de 70,01 reais a 140 reais
De maio de 2014 a junho de 2016: renda *per capita* de 77,01 reais a 154 reais
De julho de 2016 a maio de 2018: renda *per capita* de 85,01 reais a 170 reais
De junho de 2018 em diante: renda *per capita* de 89,01 reais a 178 reais

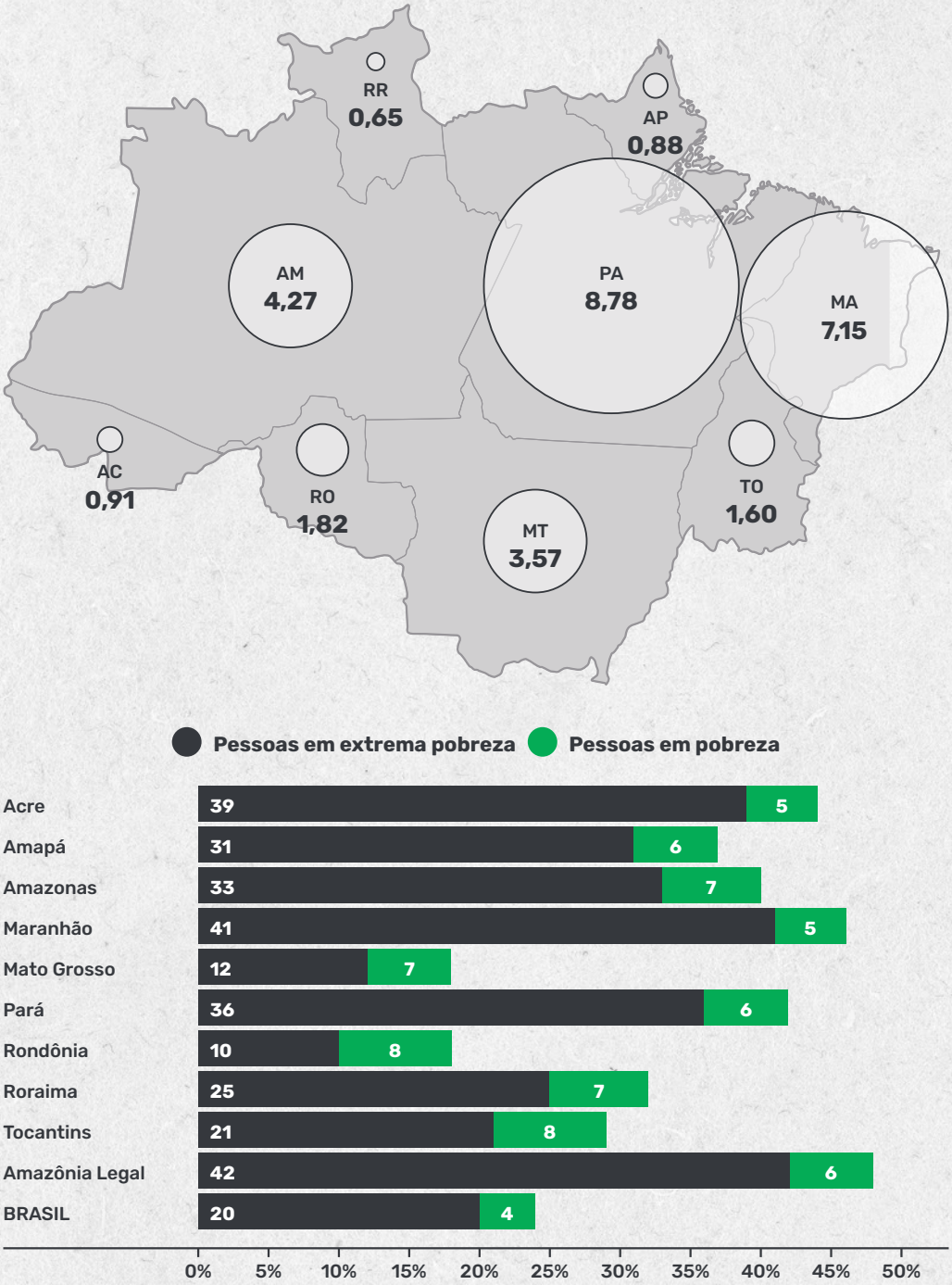
Mais informações em: https://dev.dados.gov.br/dataset/cadastro-unico-familias-pessoas-cadastradas-por-faixas-de-renda

Figura 22. Proporção de pessoas (% da população) em situação de pobreza ou extrema pobreza nos municípios da Amazônia Legal, 2021



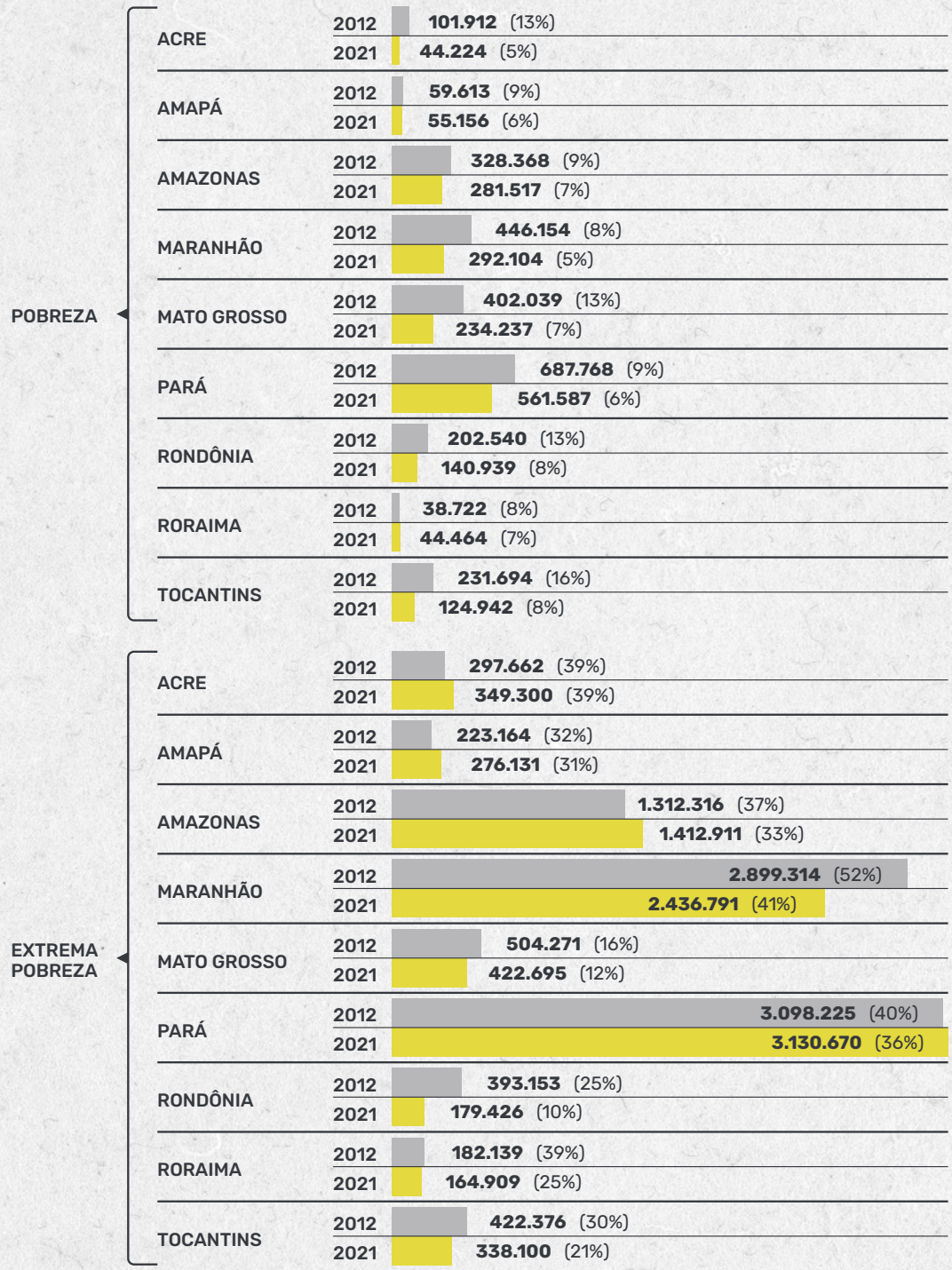
Fonte: com base nos dados de CadÚnico, Governo Federal. Dados referentes ao mês de dezembro 2021

Figura 23. População residente (milhões de habitantes) e proporção em pobreza e extrema pobreza (% da população) de acordo com o CadÚnico nos estados e Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados de CadÚnico, Governo Federal. Dados referentes ao mês de dezembro 2021

Figura 24. Pobreza e extrema pobreza (número de pessoas e % em relação à população total) por estado da Amazônia Legal, 2012 e 2021



Fonte: com base nos dados de CadÚnico, Governo Federal. Dados referentes ao mês de dezembro de cada ano

Despesas Públicas Correntes

Em termos comparativos, em uma análise do total das Despesas Públicas Correntes[23] dos estados e municípios, os gastos públicos na Amazônia Legal representavam 26% do PIB regional, enquanto no restante do Brasil esses gastos representavam 20% do PIB nacional em 2019. Esses dados mostram que a economia da região amazônica era mais dependente dos recursos do governo do que a economia das outras regiões brasileiras (Tabela 6). Em contrapartida, ao analisar tais Despesas Públicas Correntes para 2019 em relação à população, verificou-se que esse gasto para cada habitante da região amazônica era 17% menor (R$ 5.710/hab.) do que nas demais regiões (R$ 6.873/hab.) (Costa *et al.* 2022a)[24].

Tabela 6. Despesas Públicas Correntes anuais de 2019 dos estados e municípios da Amazônia Legal e restante do Brasil normalizados pelo PIB de 2018 e pela projeção populacional, 2019

REGIÃO	MUNICÍPIOS		ESTADOS		MUNICÍPIOS + ESTADOS	
	PIB (%)	*PER CAPITA* (R$/hab.)	PIB (%)	*PER CAPITA* (R$/hab.)	PIB (%)	*PER CAPITA* (R$/hab.)
Amazônia Legal	11,1	2.391	15,4	3.320	26,5	5.710
Restante do Brasil	9,1	3.144	10,8	3.729	20,0	6.873

** Mesmo com todos os desafios logísticos da Amazônia, o volume de recursos per capita é 17% inferior ao restante do país*

Fonte: Costa, Carlos Eugênio et al. (2022a) com base nos dados do Datasus, Finbra e IBGE, 2022

[23] Conceito disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_corrente

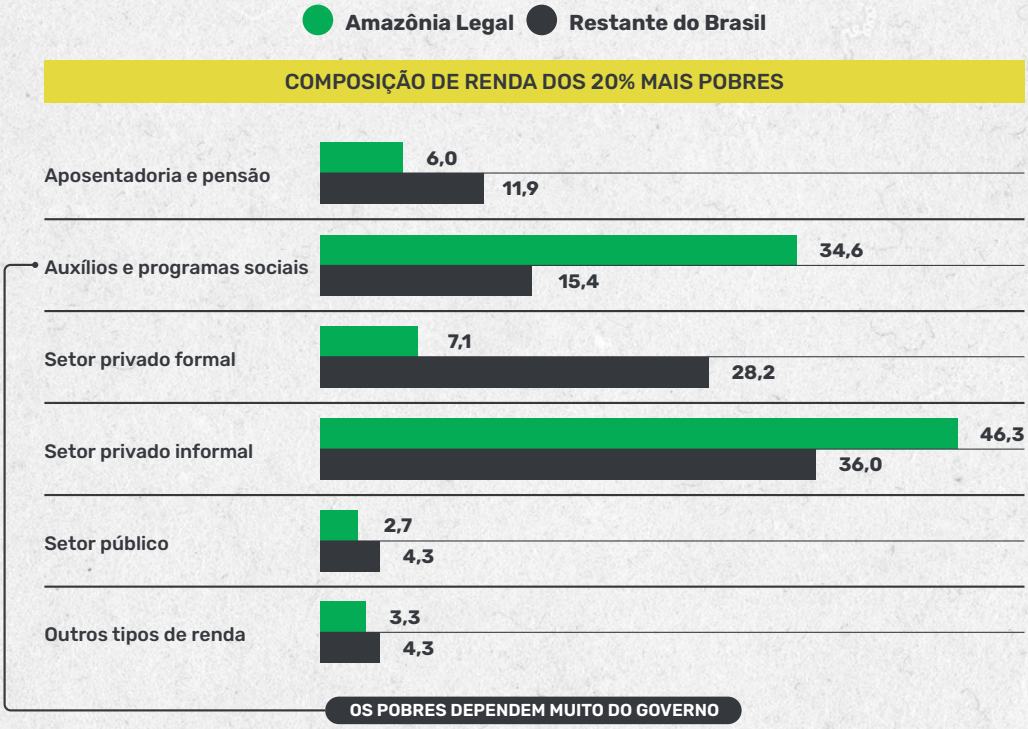
[24] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/financas-publicas-na-amazonia-sacrificios-e-bem-estar/

Mercado de trabalho e geração de renda

O Estado como fonte crucial de renda

O setor público tem uma participação maior na renda dos trabalhadores da Amazônia Legal do que nas outras regiões do Brasil. Por exemplo, nos domicílios na faixa dos 20% mais pobres na Amazônia Legal, os recebimentos oriundos de programas de auxílios governamentais correspondiam a 35% do seu rendimento em 2019, enquanto no restante do país esses recebimentos atingiam 15% do total (Figura 25) (Alfenas *et al.* 2020)[25].

Figura 25. Proporção da renda dos 20% mais pobres por origem da renda na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019

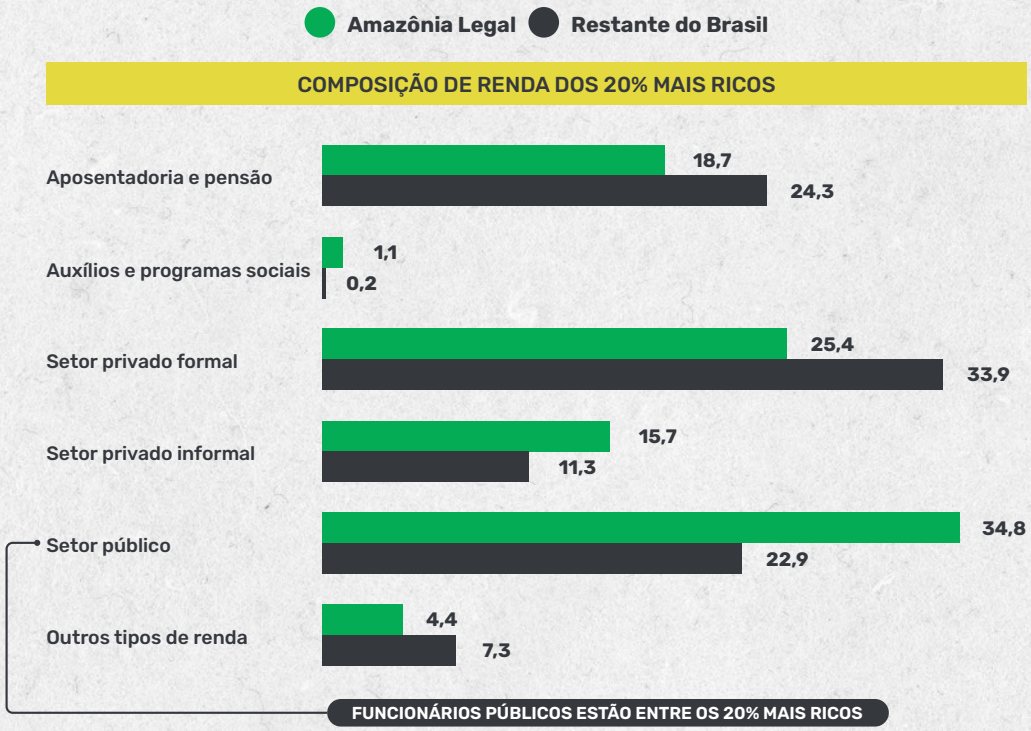


Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2020) com base nos dados da PNAD-C, IBGE

[25] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/

Já na faixa de renda dos 20% mais ricos, a participação de recursos advindos dos salários de funcionários públicos, incluindo militares, correspondia a 35% em 2019 (Figura 26). No restante do país, essa proporção atingia apenas 23% do total (Alfenas *et al.* 2020).

Figura 26. Proporção da renda dos 20% mais ricos por origem da renda na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019



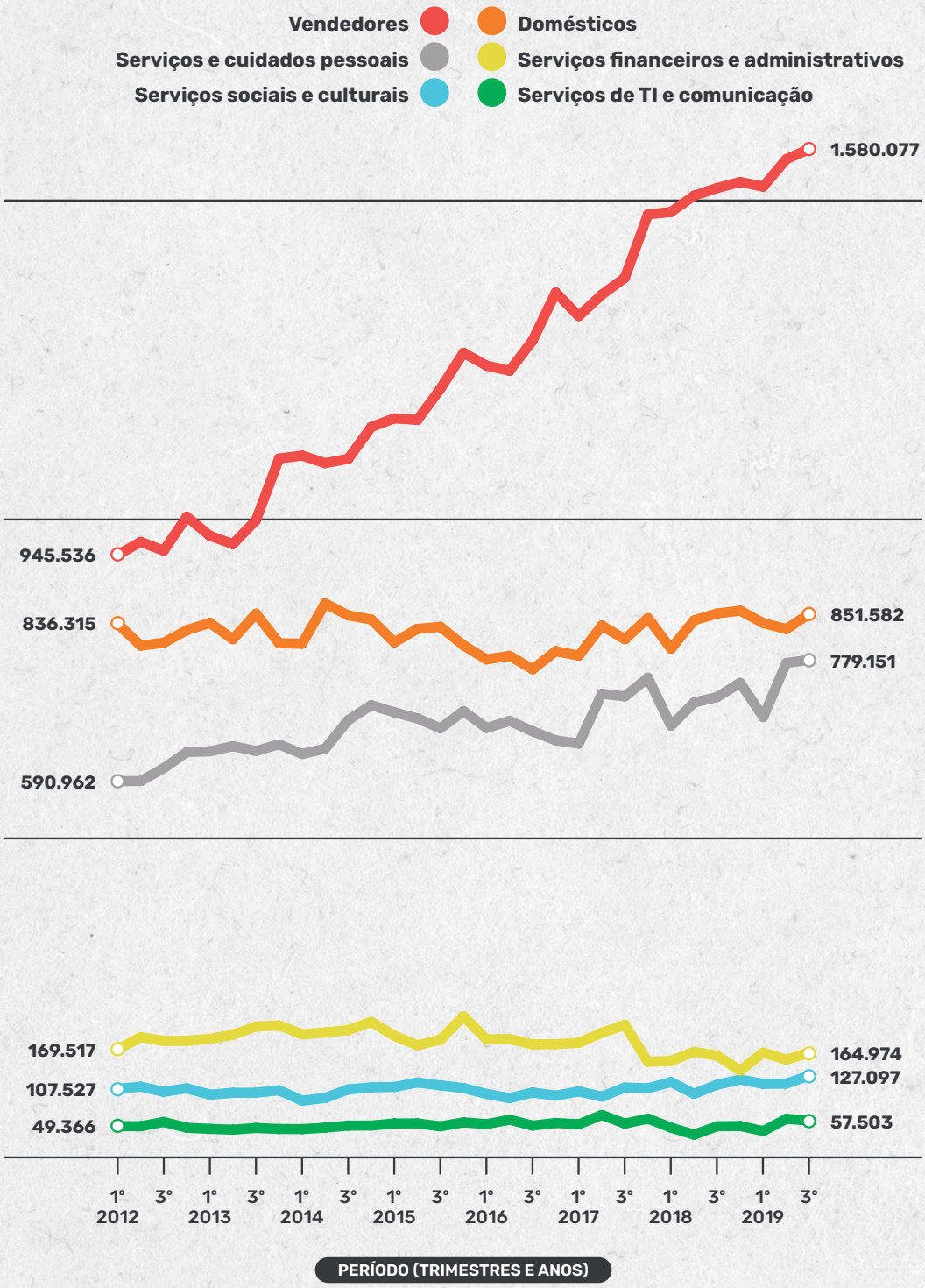
Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2020) com base nos dados da PNAD-C, IBGE

Empregos no setor de serviços

Houve crescimento do emprego no setor de serviços entre 2012 e 2019 na Amazônia Legal. Em relação ao tipo, as pessoas ocupadas como vendedores foram as mais relevantes seguidas daquelas que exercem serviços e cuidados pessoais e serviços sociais e culturais (Figura 27). Por outro lado, os serviços financeiros e administrativos tiveram uma ligeira queda no número de ocupados na região (Gonzaga *et al.* 2021a)[26].

[26] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/dinamismo-de-emprego-e-renda-na-amazonia-legal-servicos/

Figura 27. Evolução do número de ocupados no setor de serviços por tipo na Amazônia Legal, 2012-2020

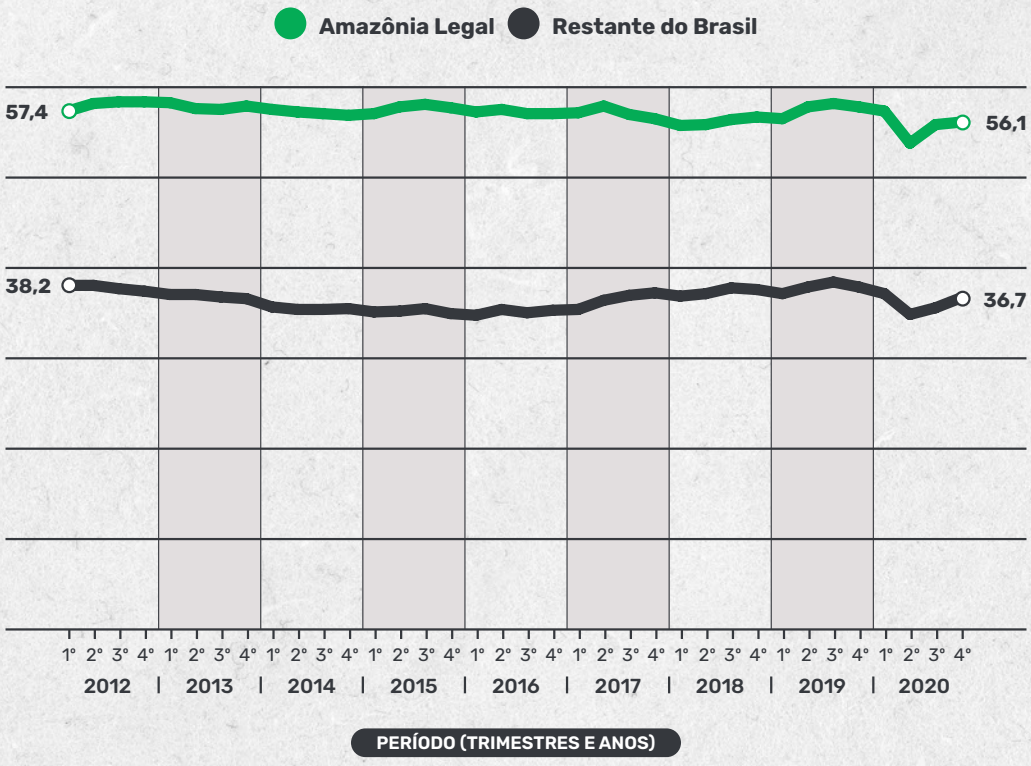


Fonte: adaptado de Gonzaga et al. (2021a) com base nos dados de PNAD-C, IBGE

A informalidade no mercado de trabalho

Há alta taxa de informalidade na Amazônia Legal, com quase 20 pontos percentuais acima do restante do Brasil (Figura 28). No quarto trimestre de 2020, a maioria (56,1%) dos ocupados da região não tinha carteira de trabalho assinada ou trabalhava por conta própria. Nas outras regiões do Brasil, esse percentual era de 36,7% (IBGE 2022d; Alfenas *et al.* 2020)[27].

Figura 28. Taxa de informalidade (% dos ocupados) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020



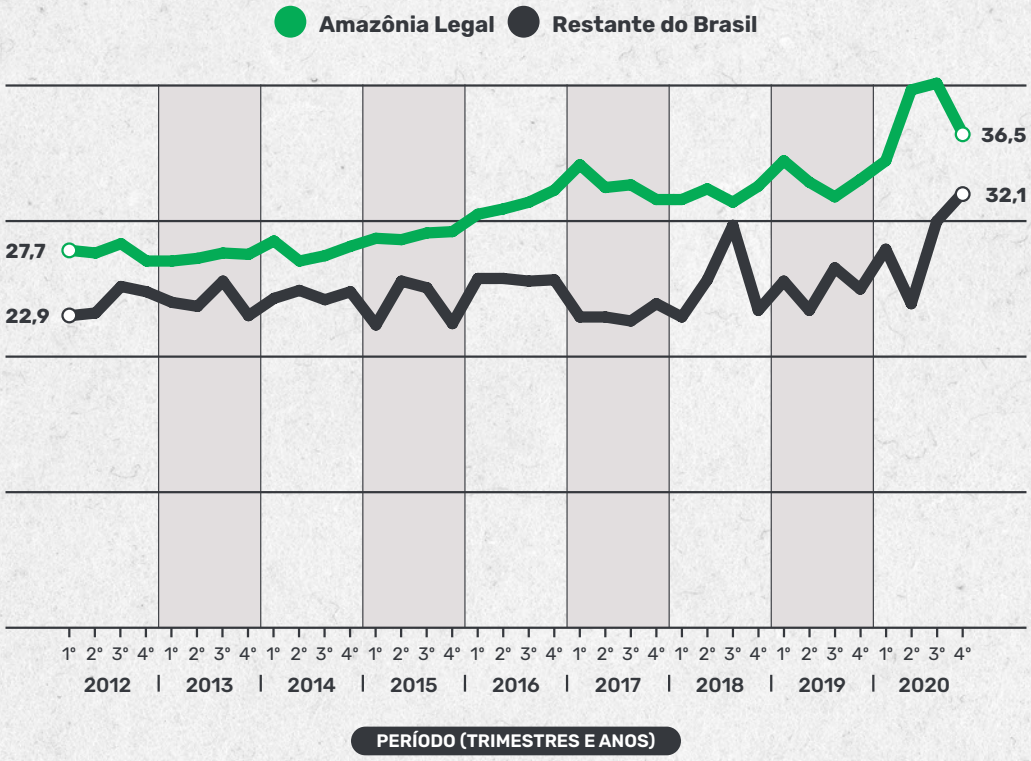
Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2020) com base nos dados de PNAD-C, IBGE

[27] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/

O fenômeno "*nem-nem*" entre os jovens adultos amazônicos

A proporção de pessoas que não trabalham e não estudam ("nem-nem") aumentou na Amazônia Legal a partir de 2015 (Figura 29). Trinta e seis porcento dos jovens adultos entre 25 e 29 anos na região estavam nessa situação no final do segundo trimestre de 2020; no restante do país essa proporção era de 32,1% (IBGE 2022d; Alfenas *et al.* 2020).

Figura 29. Taxa de pessoas entre 25 e 29 anos de idade que nem trabalham e nem estudam (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020

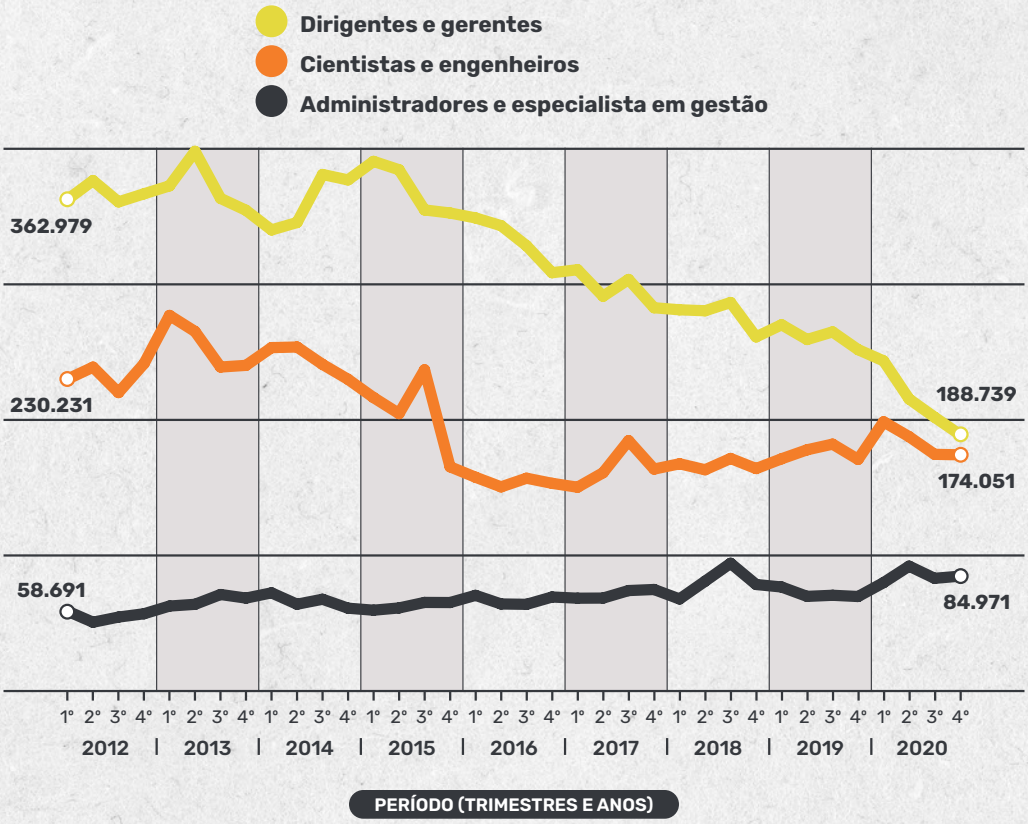


Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2020) com base nos dados de PNAD-C, IBGE

Redução nas ocupações qualificadas e liderança

Houve significativa redução das ocupações mais qualificadas ou de liderança entre 2012 e 2020 na Amazônia Legal, especialmente entre dirigentes e gerentes de empresas (Figura 30). A categoria de administradores e especialistas em gestão foi a única com crescimento no número de empregados (Gonzaga *et al.* 2021b)[28].

Figura 30. Número de ocupados em cargos qualificados e de liderança na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2020



Fonte: adaptado de Gonzaga et al. (2021b) com base nos dados de PNAD-C, IBGE

[28] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/dinamismo-de-emprego-e-renda-na-amazonia-legal-ocupacoes-qualificadas-e-de-lideranca/

Call-Out - Desigualdades no mercado de trabalho por raça na Amazônia Legal

Estudo do AMZ2030[29] evidenciou as desvantagens de pretos e pardos em relação aos brancos no mercado de trabalho da Amazônia Legal (Gonzaga e Cavalcanti 2022). As pessoas pretas e pardas são, em média, menos escolarizadas do que as brancas e têm menor participação no mercado de trabalho e menor renda (13% menor do que os brancos). Além disso, os pretos e pardos da Amazônia Legal possuem menor rendimento por horas trabalhadas até mesmo em relação aos do restante do Brasil (Tabela 7).

Tabela 7. Rendimentos do trabalho e horas trabalhadas entre brancos, pardos e pretos na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2019

	BRANCOS		PRETOS		PARDOS	
	AMAZÔNIA LEGAL	RESTANTE DO PAÍS	AMAZÔNIA LEGAL	RESTANTE DO PAÍS	AMAZÔNIA LEGAL	RESTANTE DO PAÍS
Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos (R$)	2.700,08	3.330,40	1.683,71	1.853,03	1.698,51	1.905,95
Quantidade de horas trabalhadas por semana	38	40	37	39	37	40
Rendimento por hora trabalhada (R$)	17,60	21,29	11,50	12,14	11,50	12,51

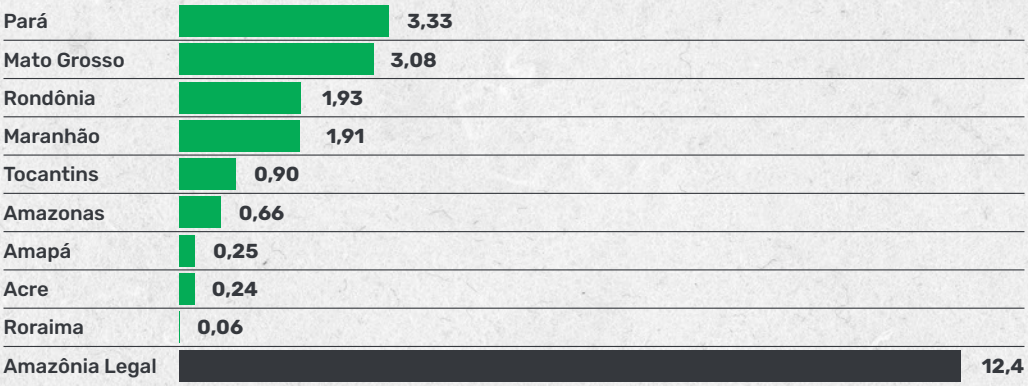
Fonte: adaptado de Gonzaga e Cavalcanti (2022) com base nos dados de PNAD-C, IBGE

[29] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-por-raca-evidencias-para-a-amazonia-legal/

A atuação do BNDES na Amazônia Legal

Os estados da Amazônia Legal participam com cerca de 12% do desembolso total do BNDES (Figura 31). Além disso, a atuação do BNDES na Amazônia Legal está concentrada em infraestrutura, principalmente para os projetos de geração de energia elétrica (Figura 32) (Holz *et al.* 2022). Para Holz *et al.* (2022)[30], os futuros investimentos na região deveriam estar concentrados no desenvolvimento regional com foco no acesso à energia de qualidade, acesso à *internet* e melhoria no saneamento público.

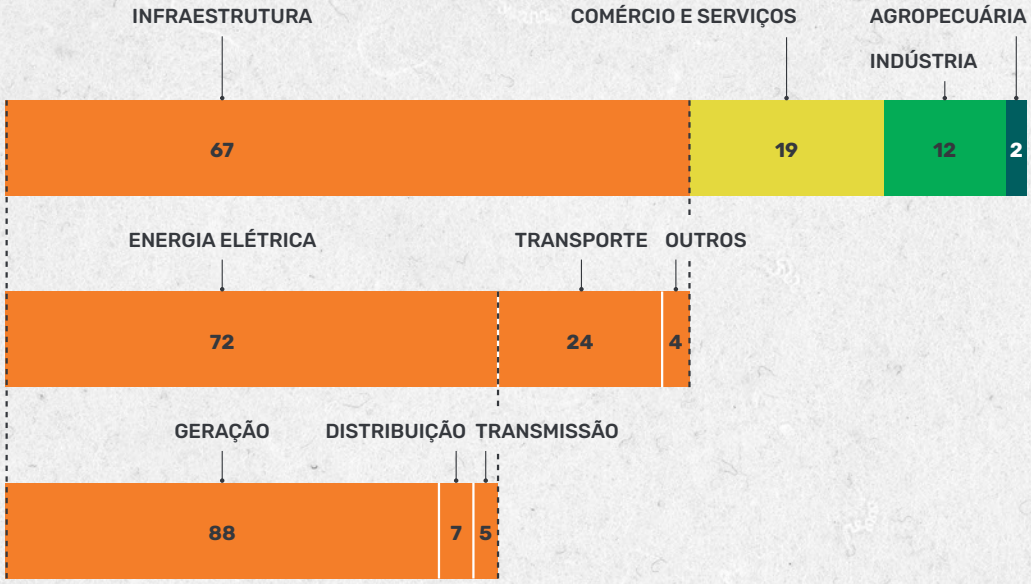
Figura 31. Participação nos desembolsos totais do BNDES para os estados na Amazônia Legal, 2009 a 2019



Fonte: adaptado de Holz et al. (2022)

[30] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-atuacao-do--bndes-na-amazonia-legal/

Figura 32. Proporção (%) dos desembolsos do BNDES por detalhamento dos setores econômicos na Amazônia Legal, 2009 a 2019



Fonte: adaptado de Holz et al. (2022)

Economia e desmatamento da Amazônia Legal

A destruição de florestas é o principal problema ambiental da região e foi detalhado na publicação *Fatos da Amazônia - Meio ambiente e uso do solo*[31].

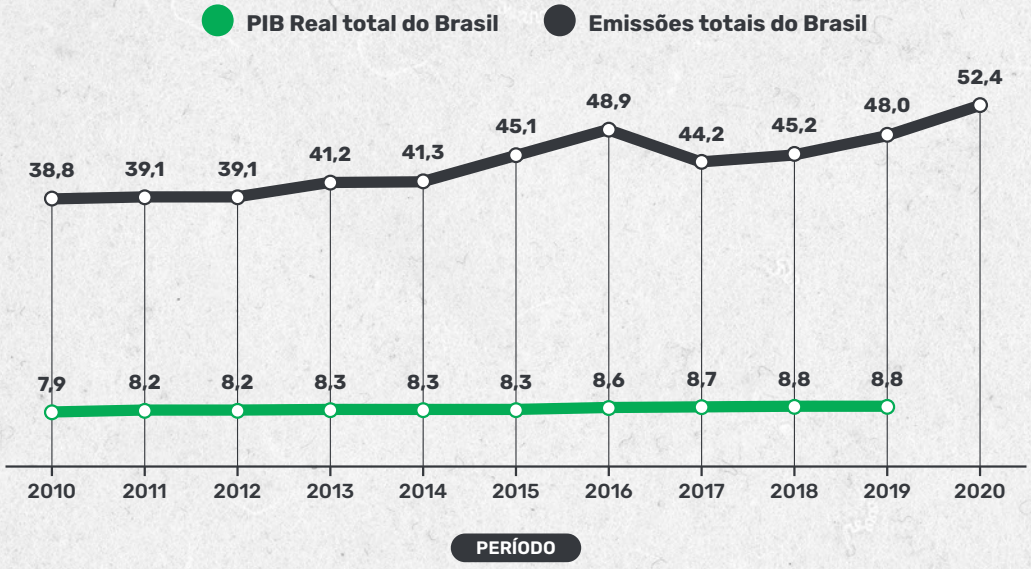
Pouca contribuição para o PIB do Brasil, altas emissões

Houve aumento na emissão de dióxido de carbono equivalente (CO_2e)[32] na Amazônia Legal (Santos *et al.* 2022). Em termos relativos, essas emissões representaram cerca de 39% do total emitido no Brasil em 2010 (Figura 33). Já em 2020, essa proporção atingiu 52% das emissões brasileiras. Isso devido ao desmatamento na região (Seeg 2022). Em contrapartida, a Amazônia Legal participou com apenas 8,8% do PIB do Brasil em 2019 (IBGE 2022e).

[31] Mais informações em: https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-meio-ambiente-e-uso-do-solo/.

[32] O dióxido de carbono equivalente (CO_2e) é uma medida internacionalmente padronizada que representa os demais Gases de Efeito de Estufa (GEE) em forma de dióxido de carbono (CO_2).

Figura 33. Proporção (%) do PIB Real e de emissões de CO_2e da Amazônia Legal em relação ao Brasil, 2010-2020

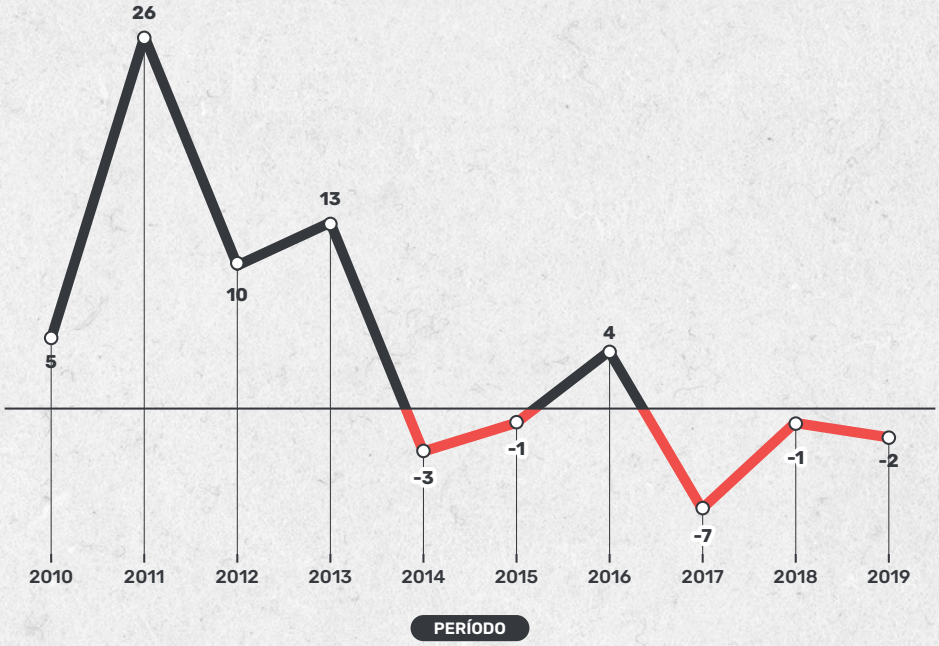


Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios e emissões de CO_2e, IBGE e Seeg. PIB para 2020 não disponível

Redução do PIB e empregos na agropecuária

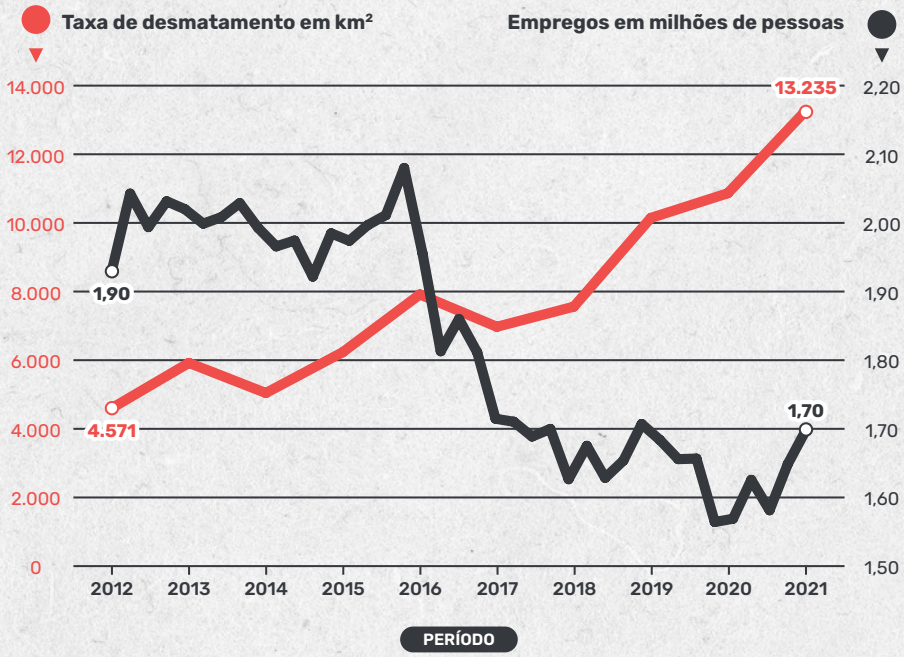
O aumento do desmatamento na Amazônia Legal de 4.571 km^2 em 2012 para 13.235 km^2 em 2021 (Inpe 2022) contrasta com a queda na taxa de crescimento do PIB do setor agropecuário na região a partir de 2014 (exceto em 2016) (Figura 34) (IBGE 2022e). Além disso, entre 2012 e 2021, ocorreu queda de 16% nos empregos desse setor, o que representa uma perda de mais de 400 mil postos de trabalho (IBGE 2022d) (Figura 35).

Figura 34. Taxa de crescimento (%) do PIB da agropecuária em relação ao ano anterior na Amazônia Legal, 2010-2019



**Dados para cálculo de taxa de crescimento referem-se ao PIB Real desse setor (ver nota de rodapé 16, página 32). Fonte: com base nos dados de PIB Nominal dos municípios, IBGE.*

Figura 35. Evolução do número de ocupados no setor da agropecuária e desmatamento (km²) na Amazônia Legal, 2012-2021



Fonte: adaptado de Alfenas et al. (2022) com base nos dados do Prodes e PNAD-C, Inpe e IBGE

Oportunidades financeiras para o Brasil com a redução do desmatamento na Amazônia

Estudo do AMZ2030 verificou que há oportunidades financeiras para o Brasil com a redução do desmatamento para fornecimento de créditos de carbono via Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+). Caso haja uma redução drástica do desmatamento na Amazônia Legal até 2031, isso geraria receita em torno de US$ 18,2 bilhões até esse período. E, se os preços desses créditos subirem para US$ 15 por tonelada de CO_2e, essas receitas poderiam atingir US$ 26 bilhões (Pietracci *et al.* 2022)[33].

Lições para a Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus (ZFM)[34] gerou uma renda bruta em torno de R$ 105 bilhões em 2019. No entanto, Schutze *et al.* (2021)[35] verificaram que a ZFM é um modelo mais próximo das chamadas Zonas Empresariais (ZE), nas quais os incentivos fiscais são concedidos para atrair empresas para a região, empregando a mão de obra local e desenvolvendo a economia. Por sua vez, o conceito de Zona Franca (ZF) tem como objetivo incentivar o comércio exterior para aumentar o valor agregado e a receita de produção (Figura 36). A partir de exemplos de ZF de outros países, há sugestões para aperfeiçoar a ZFM (Figura 37).

[33] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/oportunidades-financeiras-para-obrasil-com-a-reducao-dodesmatamento-na-amazonia/
[34] Também conhecida como Polo Industrial de Manaus (PIM).
[35] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/aprimorando--zona-franca-manaus/

Figura 36. O que se espera da política industrial da ZFM?

OBJETIVO	TIPO DE ZONA	CONDICIONALIDADES ESPECÍFICAS
Desenvolvimento regional e geração de emprego	ZONA EMPRESARIAL	• Geração de emprego para os empregados de origem local • Investimento em melhorias locais
Facilitação do comércio exterior	ZONA FRANCA	• Armazenamento e reexportação de mercadorias • Não incorporação nacional

Fonte: adaptado de Schutze et al. (2021) com base nos dados da CPI/PUC-Rio

Figura 37. Lições para a Zona Franca de Manaus

LIÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	
EMPREGADOS	Contratação de mão de obra local; salário maior que o nacional; treinamento
INFRAESTRUTURA	Reinvestimento em infraestrutura urbana
AVALIAÇÃO	Acompanhamento dos indicadores de desempenho; análise empírica da política
EDUCAÇÃO	Financiamento de programas escolares (escolas e universidades)
INOVAÇÃO	Estímulo à universidade para criação de incubadoras de inovação; investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica
FISCALIZAÇÃO	Fiscalização das contrapartidas para recebimento do benefício fiscal

LIÇÕES A PARTIR DOS DESAFIOS ESPECÍFICOS DA AMAZÔNIA	
REQUERIMENTOS AMBIENTAIS	Exigências relacionadas à questão ambiental
PRODUTOS DA FLORESTA	Incentivo para utilização dos recursos do bioma amazônico

Fonte: adaptado de Schutze et al. (2021) com base nos dados da CPI/PUC-Rio

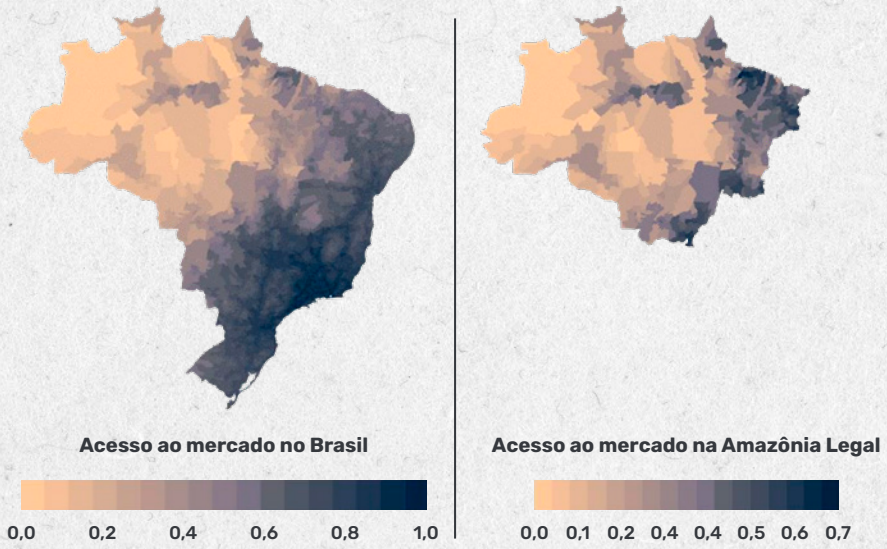
Acessibilidade na Amazônia Legal

Três estudos do AMZ2030 avaliaram a conjuntura da infraestrutura de acesso da Amazônia Legal a partir de três perspectivas: acesso ao mercado, área de influência e riscos ambientais e soluções digitais.

Calculando acesso ao mercado

Araújo *et al.* (2022a)[36] constataram que o acesso ao mercado de um município típico da Amazônia Legal é em média 2,1 vezes menor que o de um localizado no restante do país (Figura 38). Além disso, os municípios amazônicos mais próximos das outras regiões do Brasil têm acesso muito maior do que os municípios do interior da Amazônia Legal. Uma exceção à essa regra são os municípios do eixo fluvial Belém-Santarém-Manaus que, embora distantes de outras regiões brasileiras, possuem estrutura fluvial de relativa qualidade e portanto um maior acesso ao mercado. E o problema de baixa média de acesso ao mercado (32% na Amazônia *versus* 72% em outras partes do país) deve-se prioritariamente à baixa qualidade de infraestrutura (Figura 39).

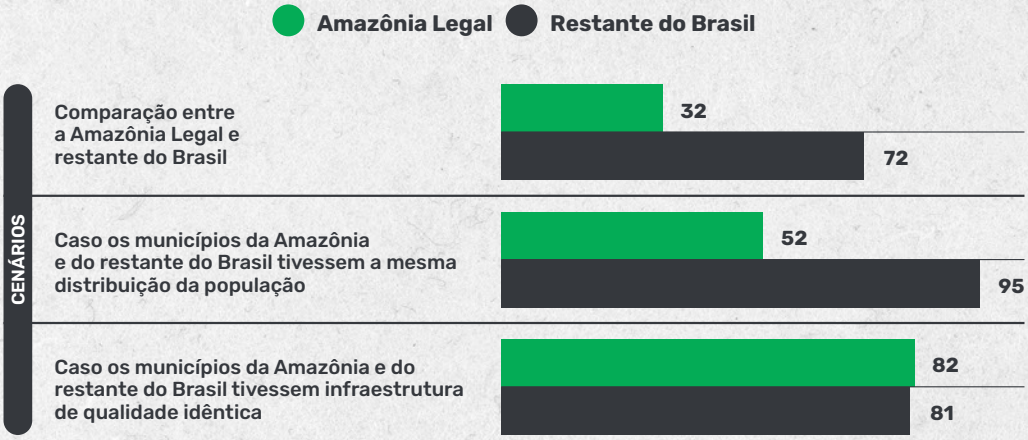
Figura 38. Comparação do acesso ao mercado no Brasil e na Amazônia Legal



Fonte: adaptado de Araújo et al. (2022a) com base nos dados da CPI/PUC-Rio

[36] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-mensurando-o-acesso-a-mercado/

Figura 39. Média de acesso ao mercado na Amazônia e no restante do Brasil e por cenário



Fonte: adaptado de Araújo et al. (2022a) com base nos dados da CPI/PUC-Rio

Delimitação da área de influência e riscos ambientais

A Amazônia Legal é mais isolada economicamente que o restante do Brasil. Dessa forma, o ato de investir em infraestrutura logística como estradas possui altos custos de implementação e danos ambientais severos associados. Tais custos modificam a análise de custo-benefício dos projetos de infraestrutura na região. Por exemplo, somente o custo do impacto ambiental do desmatamento decorrente da abertura ou asfaltamento de estradas pode ser maior que o próprio custo fiscal de sua implementação (Araújo *et al.* 2022b)[37].

Políticas públicas para melhorar a acessibilidade na Amazônia Legal sem gerar expressiva degradação ambiental são fundamentais. Araújo *et al.* (2022b) elaboraram três propostas que aperfeiçoariam a governança dos projetos de infraestrutura:

[37] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-delimitacao-da-area-de-influencia-e-riscos-ambientais/

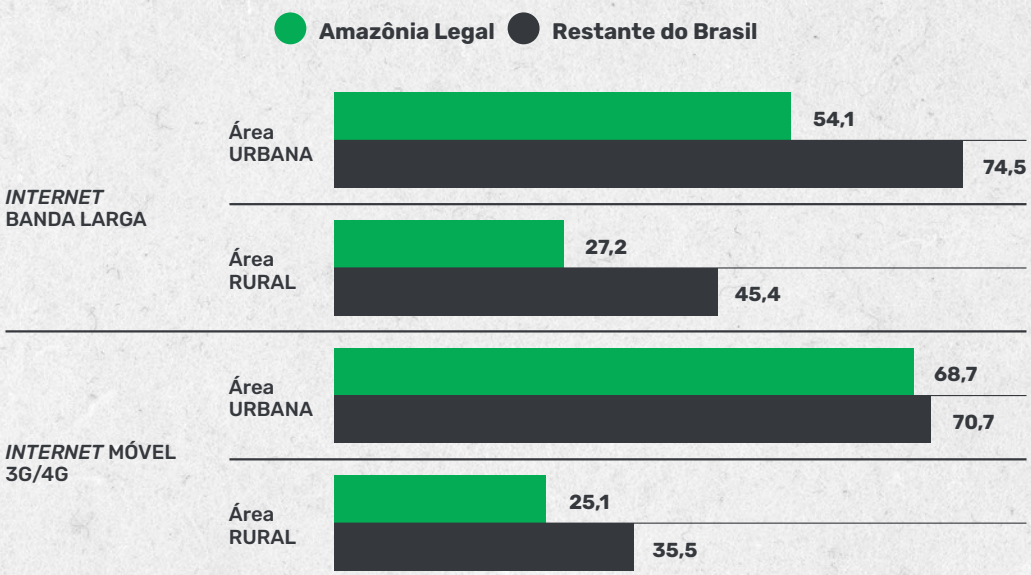
1. O Governo Federal deve estabelecer que riscos socioambientais sejam dimensionados no início do ciclo de vida do projeto.
2. Definir metodologia para calcular a área de influência de projetos de infraestrutura logística.
3. Construir e manter atualizado um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com todas as informações territoriais, de infraestrutura existente e prevista, necessárias para computar a área de influência de projetos contemplados no Plano Nacional de Logística (PNL).

Soluções digitais para acesso ao mercado

Há oportunidade para dinamizar a economia da Amazônia Legal com investimentos em infraestrutura de telefonia e *internet* (Araújo *et al.* 2022c)[38]. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem conectar os mercados amazônicos a outras partes do Brasil, minimizando o isolamento da região. Por isso, é essencial melhorar a qualidade dos serviços de *internet* nas áreas remotas e menos povoadas, seja *internet* banda larga ou acesso à *internet* móvel (Figura 40).

[38] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-solucoes-digitais/

Figura 40. Acesso à *internet* banda larga e móvel (% da população) na Amazônia Legal e restante do Brasil



Fonte: adaptado de Araújo et al. (2022c) com base nos dados da CPI/PUC-Rio e PNAD-C do IBGE

Educação

A escolarização bruta na Amazônia

As condições de acesso à educação básica da Amazônia Legal são inferiores às do restante do Brasil, especialmente a taxa de escolarização bruta[39] nos Ensinos Infantil e Médio (Tabela 8). Os estados com as maiores taxas na educação infantil são Mato Grosso (66%), Tocantins (64%) e Maranhão (60%). Enquanto Amapá (33%) e Rondônia (39%) apresentam as menores taxas de escolarização da região (Cruz e Portella 2021a)[40].

Tabela 8. Taxa de Escolarização Bruta por etapa e modalidade escolar na Amazonia Legal, 2020

ESTADO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA (%)				
	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EJA	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Acre	50,6	119,1	81,9	6,2	2,5
Amapá	33,1	111,8	66,4	4,7	2,0
Amazonas	44,6	106,9	83,5	4,3	2,8
Maranhão	60,1	99,1	62,6	5,5	2,4
Mato Grosso	65,8	107,9	90,4	4,1	2,2
Pará	43,7	108,8	72,0	4,5	2,0
Rondônia	39,4	107,7	57,3	4,8	2,7
Roraima	52,4	115,1	82,0	3,8	3,2
Tocantins	63,9	97,5	80,2	3,1	2,6
Amazônia Legal (média)	**51,0**	**105,7**	**72,6**	**4,7**	**2,4**
Restante do Brasil	**66,4**	**110,0**	**82,3**	**3,9**	**4,7**

Fonte: adaptado de Cruz e Portella (2021a) com base nos dados da Sinopse Estatística da Educação Básica, Inep e IBGE

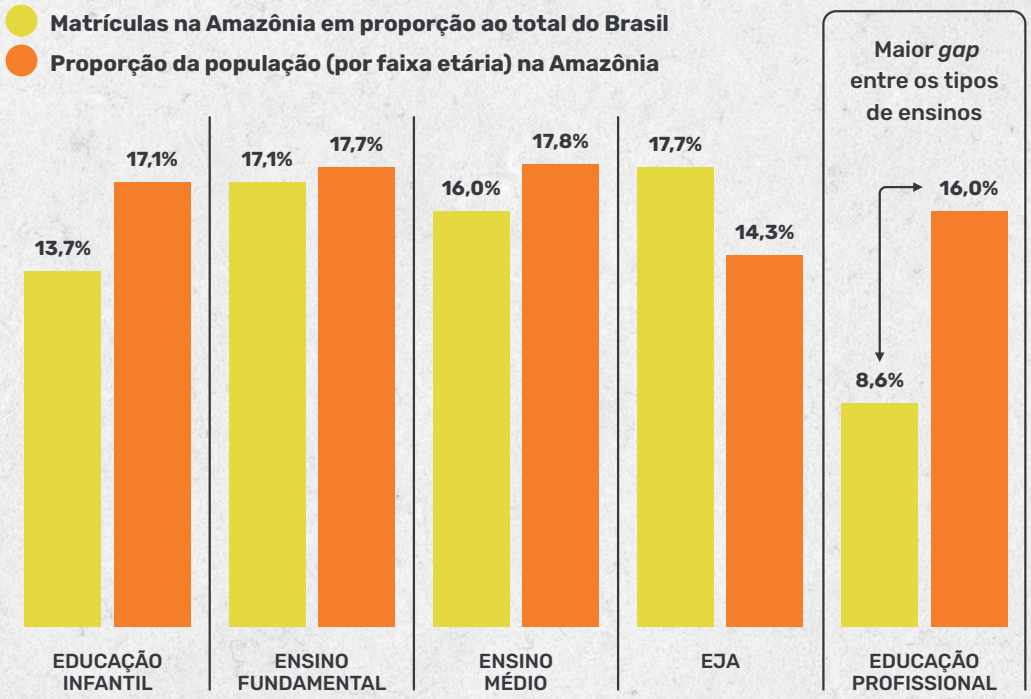
[39] Considera-se para cada etapa educacional os seguintes grupos etários:
Educação Infantil – 0 a 5 anos;
Ensino Fundamental – 6 a 14 anos;
Ensino Médio – 15 a 17 anos; EJA – 15 a 39 anos;
Educação Profissional – 15 a 29 anos.

[40] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/educacao-na--amazonia-legal/

Defasagem na educação profissional

Apenas 9% das matrículas na educação profissional no Brasil são de alunos da Amazônia Legal, uma região que concentra 16% dos jovens com idade típica para cursar esta etapa (Figura 41). Por outro lado, a proporção de matrículas na categoria de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é superior na Amazônia Legal (17,7%) (Cruz e Portella 2021b)[41].

Figura 41. Proporção de matrículas (% da população da faixa etária) na Educação Básica, 2020



Fonte: adaptado de Cruz e Portella (2021b) com base nos dados da Sinopse Estatística da Educação Básica, Inep e IBGE

[41] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/educacao-profissional-na-amazonia-legal/

Call-Out - A educação na Amazônia Legal: políticas de educação profissional

Estudo do AMZ2030 constatou que a oferta da educação profissional para os jovens da Amazônia Legal é inferior à do restante do Brasil (Cruz e Portella 2022)[42]. Entretanto, há algumas iniciativas na região (Figura 42) que serviram de base para a elaboração de propostas para o ensino profissionalizante na Amazônia Legal (Figura 43).

Figura 42. Tipos de ações/programas desenvolvidos para a educação profissional na Amazônia Legal

1	2	3	4
Criação de secretarias ou órgãos institucionais	**Criação de centros ou institutos que ofertam educação profissional**	**Desenvolvimento de programas que apoiam a educação profissional**	**Criação de fundos de financiamento**
Responsáveis por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de educação profissional e tecnológica	• Cursos voltados para a carreira tecnológica/ informática • Cursos voltados para a indústria, serviços e empreendedorismo • Cursos voltados para profissões rurais e florestais	Programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino especialmente em relação à integração com o Ensino Médio	Fundos com recursos específicos para o financiamento da educação profissional

Fonte: com base nos dados de Cruz e Portella (2022)

[42] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-educacao-na-amazonia-legal-politicas-de-educacao-profissional/

Figura 43. Desafios e propostas para a melhoria da educação profissional da Amazônia Legal

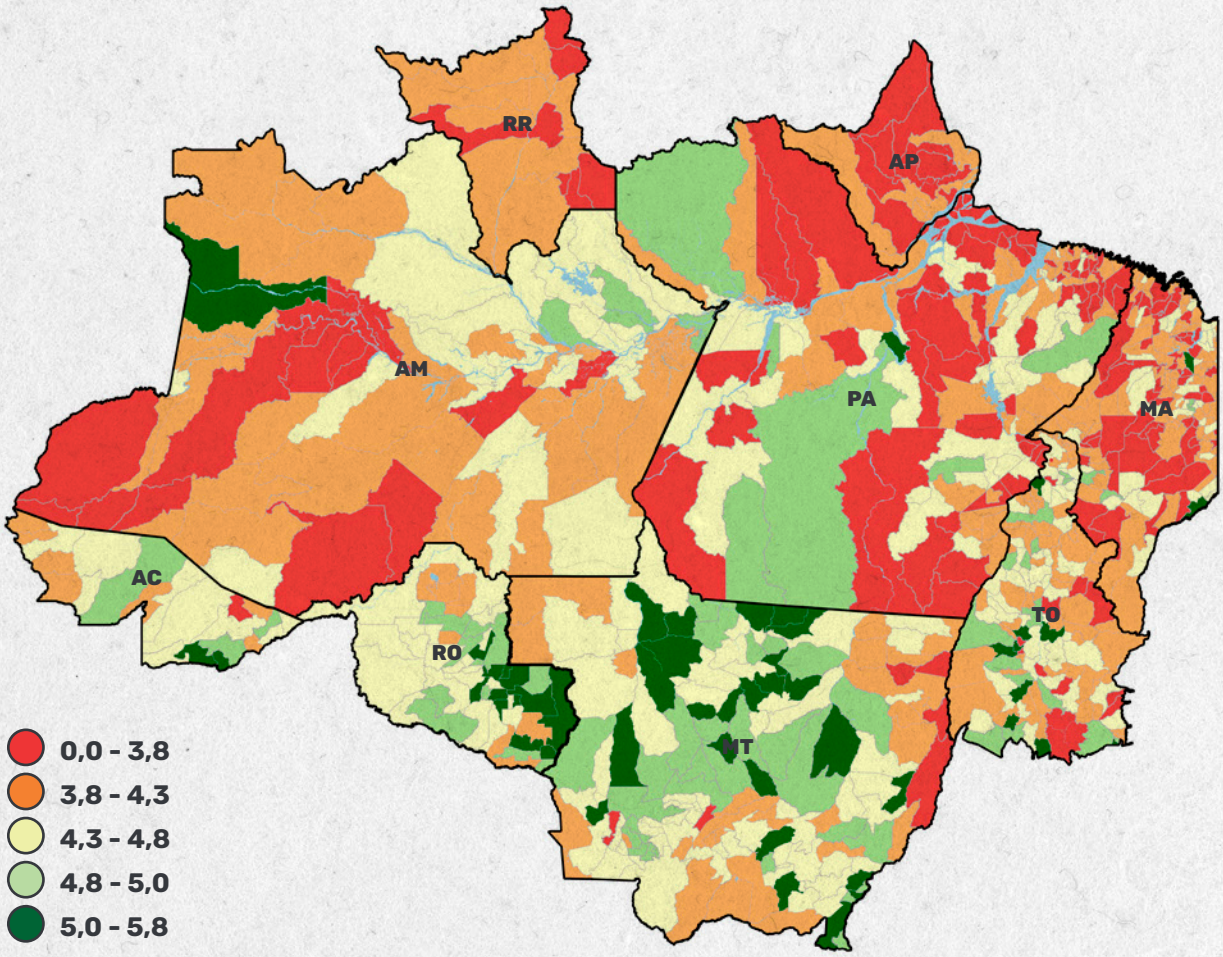
	DESAFIOS	PROPOSTAS
1	**Ausência histórica do estado e dificuldades de financiamento**	**1.** Ampliar as fontes de recursos **2.** Realizar parcerias com o setor produtivo **3.** Reorganizar recursos disponíveis ou produzir próprios recursos
2	**Grandes distâncias e falta de acessibilidade**	**1.** Realizar parcerias para recursos de infraestrutura **2.** Ofertar EaD em larga escala **3.** Utilizar *internet* para transmitir outros conteúdos (bibliotecas virtuais) **4.** Adotar o ensino integral por alternância
3	**Lacunas na formação de docentes**	**1.** Ofertar cursos de formação inicial e continuada para docentes **2.** Ofertar cursos adicionais que apoiem os docentes para trabalhar com a diversidade de alunos **3.** Utilizar práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais **4.** Fortalecer a identidade profissional e valorizar carreira dos docentes
4	**Baixa qualidade da educação básica**	**1.** Preparar docentes para lidar com as fragilidades na educação dos alunos **2.** Ofertar cursos de EaD para alunos
5	**Baixo engajamento dos jovens na educação profissional**	**1.** Mapear as demandas dos jovens **2.** Gerar interesse por meio da presença *online* e em mídias sociais **3.** Ofertar cursos em horários diversos **4.** Investir no EaD **5.** Acompanhar a absorção dos alunos egressos pelo mercado de trabalho **6.** Divulgar resultados de empregabilidade dos jovens e efeitos positivos da educação profissional

Fonte: com base nos dados de Cruz e Portella (2022)

Ideb na Amazônia

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mede a qualidade educacional das escolas em todos os municípios brasileiros[43] (Inep 2022a). Em geral, os resultados do Ideb da Amazônia Legal em 2021 foram inferiores aos do restante do Brasil. Isso ocorreu tanto nos municípios (Figura 44) como nos estados da região (Figuras 45 e 46).

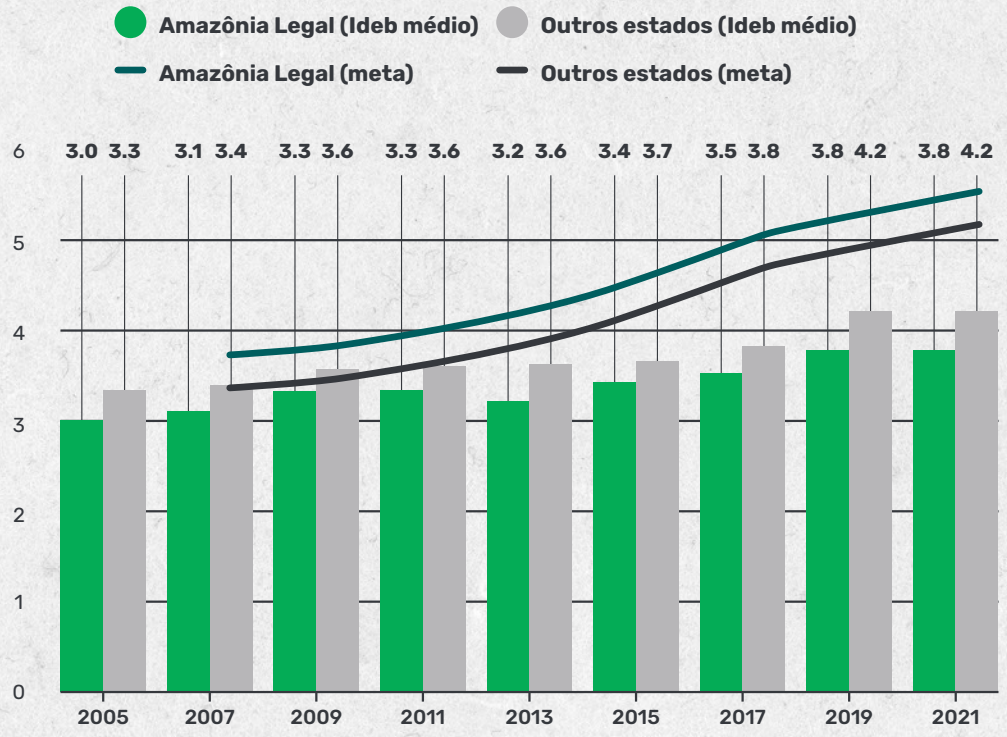
Figura 44. Ideb do Ensino Fundamental (anos finais da rede pública) nos municípios da Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados do Ideb, Inep

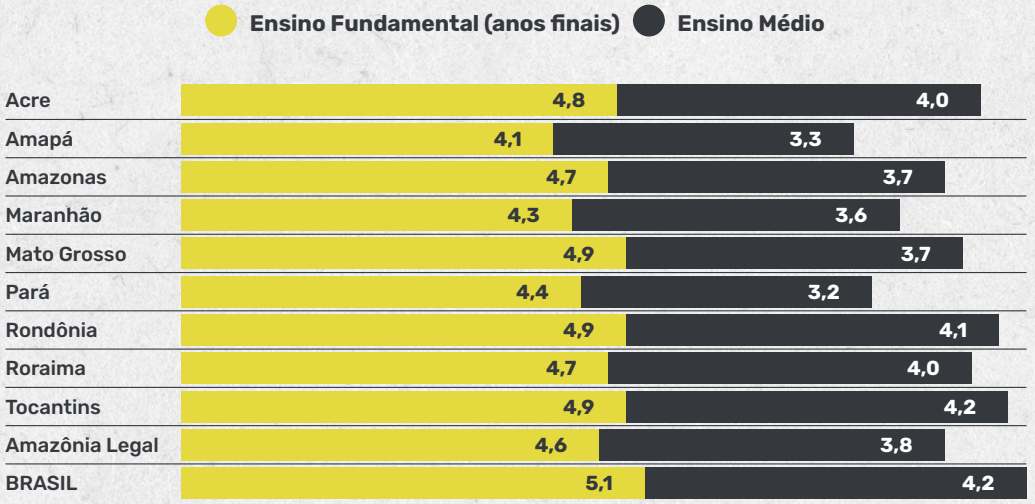
[43] Índice calculado pelas médias das taxas de aprovação, reprovação e abandono (apuradas no Censo Escolar) e médias de desempenho dos estudantes apuradas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que mede proficiência em matemática e língua portuguesa. Mais informações em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb

Figura 45. Ideb do Ensino Médio da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2005-2021



Fonte: com base nos dados do Ideb, Inep

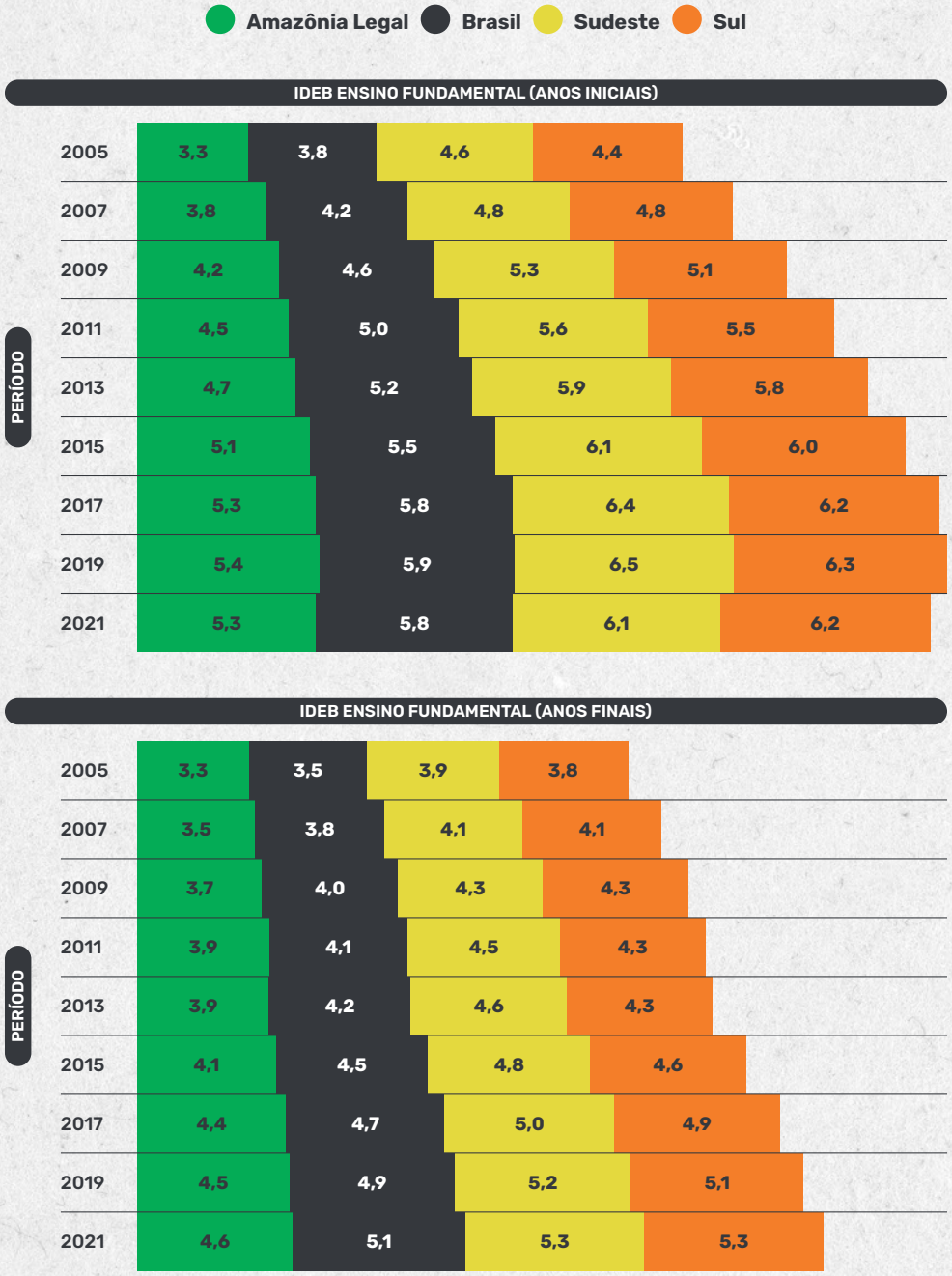
Figura 46. Ideb total do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio nos estados da Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados do Ideb

Em relação à série histórica, o desempenho dos estudantes no Ideb do Ensino Fundamental aumentou progressivamente desde 2005 até 2021 na Amazônia Legal (Figura 47). Entretanto, os índices obtidos são bastantes inferiores aos de outras regiões e Brasil (Inep 2022a).

Figura 47. Ideb total do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2021



Fonte: com base nos dados do Ideb, Inep

A disparidade entre a educação pública e privada

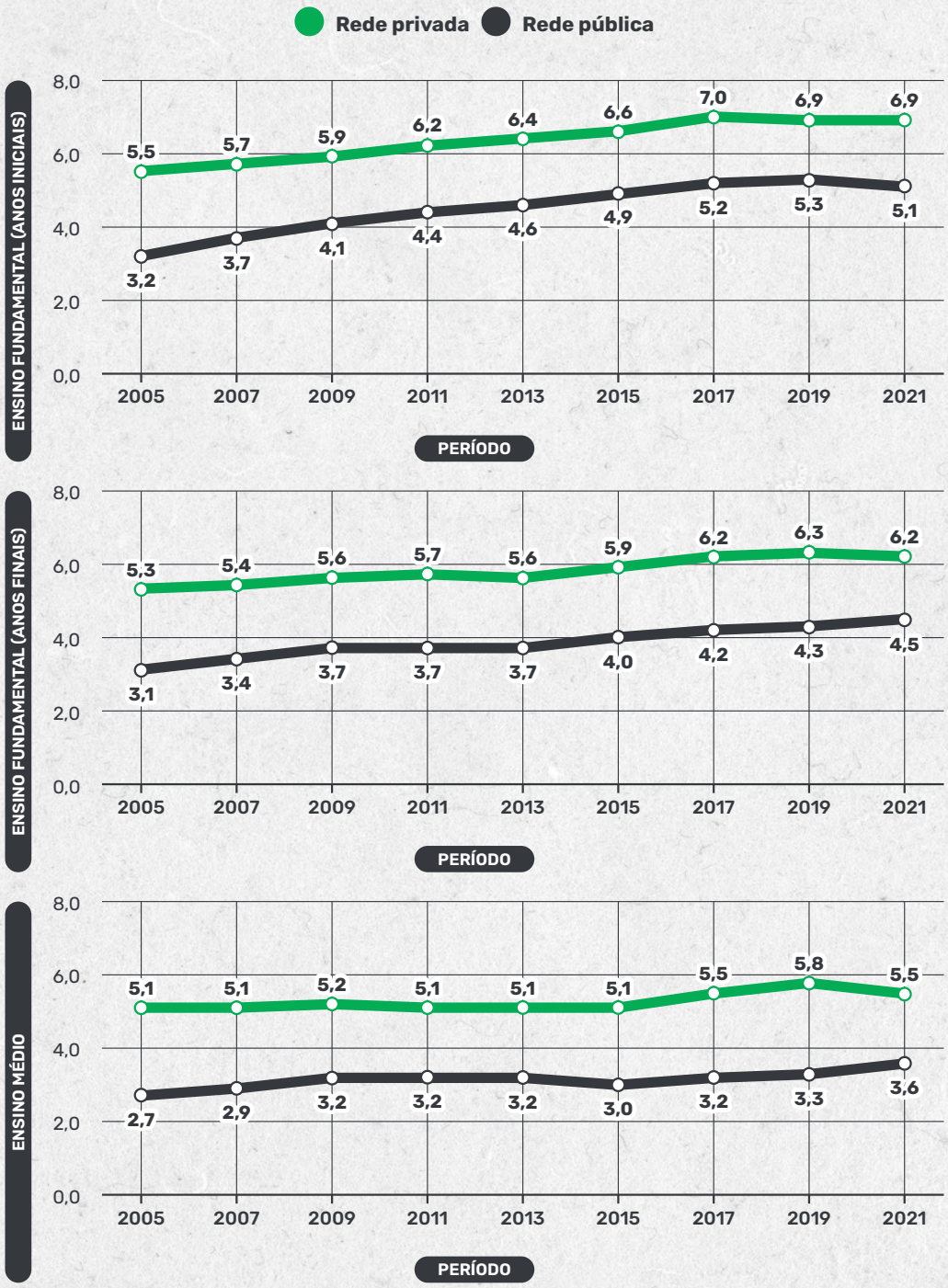
Há uma severa disparidade entre os resultados das redes de ensino pública e privada em todos os níveis educacionais (Figura 48). Em 2021, a diferença entre a rede privada e a rede pública era de 1,8 ponto para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 1,7 ponto para os anos finais do Ensino Fundamental e 1,9 ponto para o Ensino Médio (Inep 2022a).

Despesas com educação

Apesar da defasagem dos indicadores educacionais, a Amazônia teve gastos maiores em relação à porcentagem do PIB do que o restante do Brasil em 2019 (Figura 49). Porém, quando esses gastos foram expressos em termos *per capita*, as despesas por aluno/aluna da região eram menores do que a média brasileira (Figura 48) (Costa *et al.* 2022b)[44].

[44] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/financas-publicas-na-amazonia-servicos-e-resultados-educacionais/

Figura 48. Ideb em todos os níveis escolares para as redes de ensino pública e privada da Amazônia Legal, 2005-2021



Fonte: com base nos dados do Ideb, Inep

Figura 49. Despesas com educação em proporção ao PIB total, *per capita* e por crianças de 0 a 14 anos nos estados da Amazônia, 2019

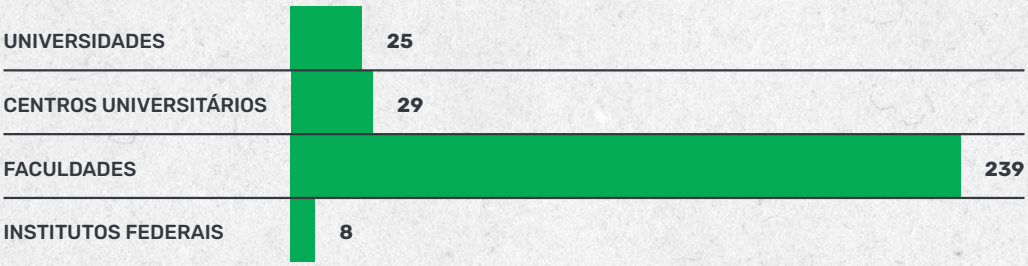
Fonte: adaptado de Costa et al. (2022b) com base nos dados do Ideb, Inep

O Ensino Superior na Amazônia

Até 2020, havia 302 instituições de Ensino Superior em funcionamento na Amazônia Legal (Inep 2022b)[45]. Desse total, a grande maioria era composta por faculdades (239) seguidas de centros universitários (29), universidades (25) e, em menor número, institutos federais (8) (Figura 50). Em relação à jurisdição, as instituições de Ensino Superior privadas eram a maioria (271) ao passo que as redes federal (21) e estadual (8) possuíam um número bem menor no mesmo ano (Tabela 9). Nos estados, as instituições privadas estavam concentradas no Pará, Mato Grosso e Maranhão (Figura 51).

Quanto à taxa de concluintes em relação aos ingressantes no Ensino Superior, 38% dos alunos da Amazônia Legal concluíram seus cursos superiores em 2020, uma taxa maior que a brasileira (Figura 52). Alguns estados obtiveram taxas melhores, como Acre (47% de concluintes) e Rondônia (43%), enquanto as taxas de concluintes em Roraima (27%) e Amapá (25%) estavam bem abaixo da média amazônica (Inep 2022b).

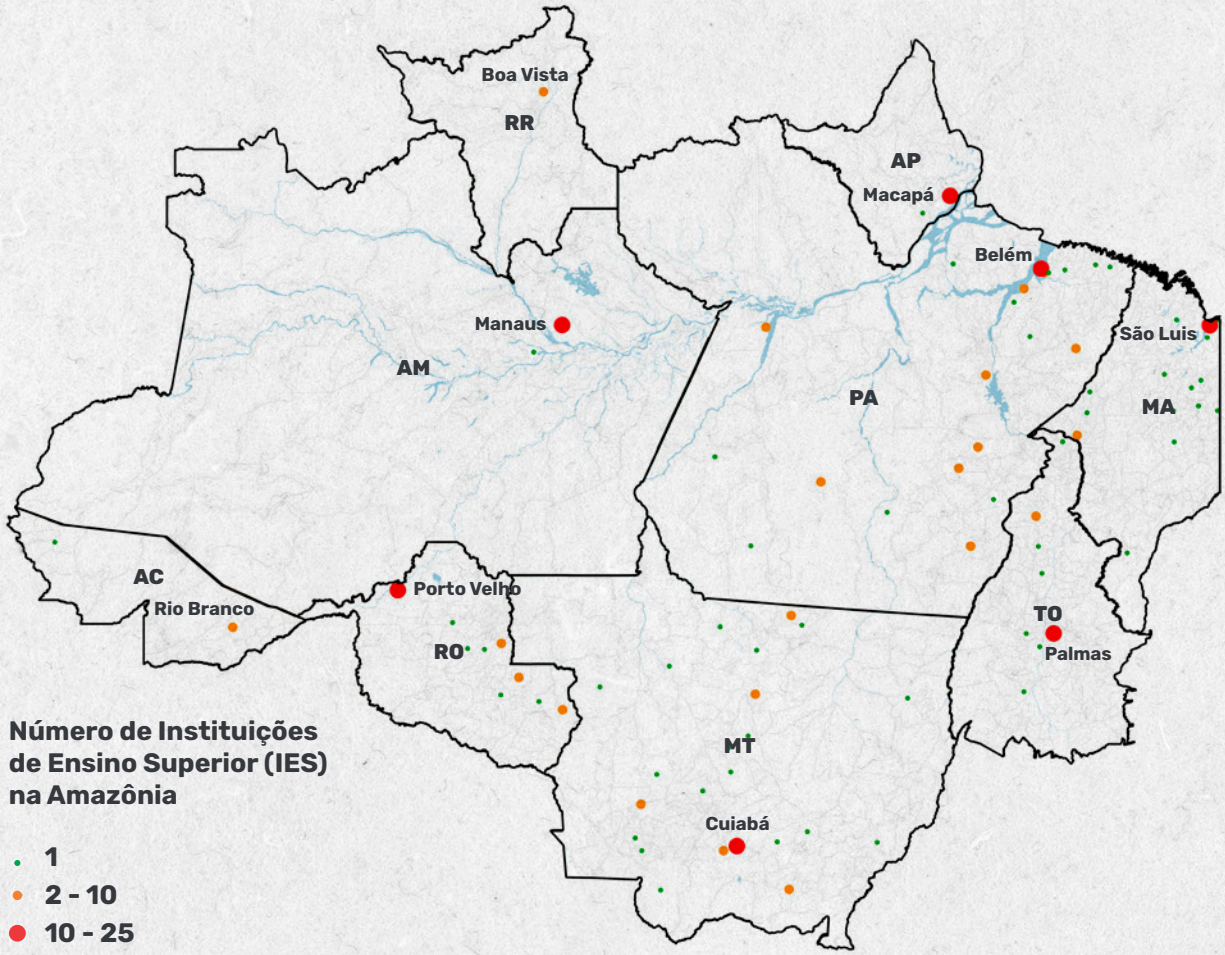
Figura 50. Instituições de Ensino Superior por tipo na Amazônia Legal, 2020



Fonte: com base nos dados do Censo da Educação Superior 2020, Inep

[45] Mais informações em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior

Figura 51. Distribuição das universidades na Amazônia Legal, 2020



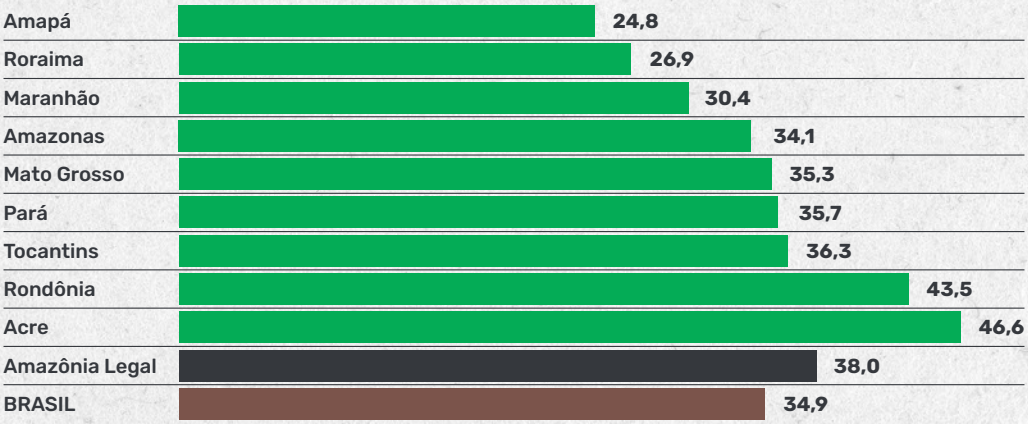
Fonte: com base nos dados do Censo da Educação Superior 2020, Inep

Tabela 9. Instituições de Ensino Superior por estado e jurisdição da Amazônia Legal, 2020

ESTADO	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
Acre	2		9	11
Amapá	2	1	12	15
Amazonas	2	1	22	25
Maranhão	1	2	50	53
Mato Grosso	3	1	60	64
Pará	5	1	66	72
Rondônia	2	-	28	30
Roraima	2	1	5	8
Tocantins	2	1	19	22
Amazônia Legal	21	8	271	300

Fonte: com base nos dados do Censo da Educação Superior 2020, Inep

Figura 52. Taxa de concluintes em relação aos ingressantes (%) no Ensino Superior nos estados, Amazônia Legal e restante do Brasil, 2017



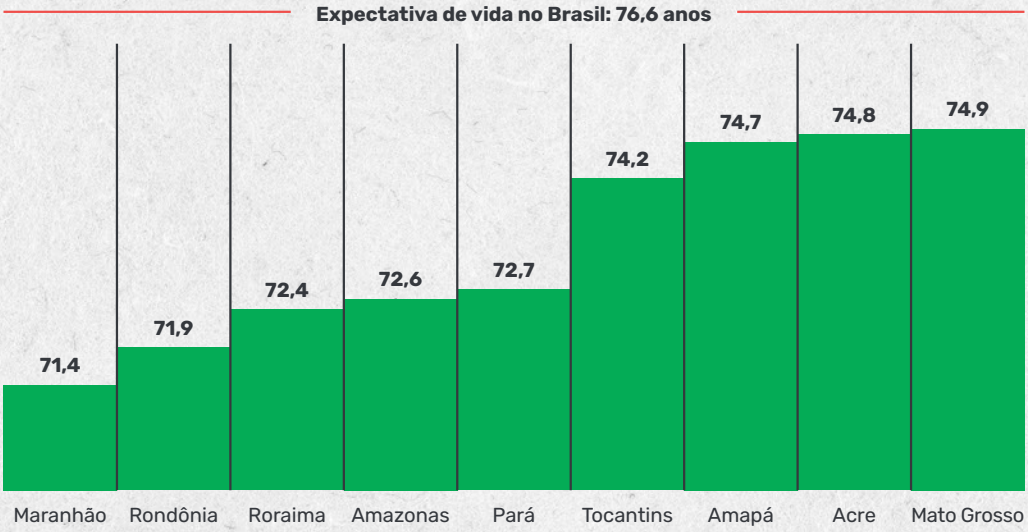
Fonte: com base nos dados do Censo da Educação Superior 2020, Inep

Saúde

Expectativa de vida e mortalidade na Amazônia

A expectativa de vida média da população da Amazônia Legal (73,3 anos) estava abaixo da média brasileira (76,6) em 2019. Entre os estados, a expectativa de vida em Mato Grosso foi a mais alta (74,9 anos). Em seguida, estavam Acre (74,8) e Amapá (74,7). As expectativas de vida mais baixas estavam em Rondônia (71,9 anos) e Maranhão (71,4 anos)[46] (Figura 53) (Rocha *et al.* 2021).

Figura 53. Expectativa de vida ao nascer (ano) nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2019



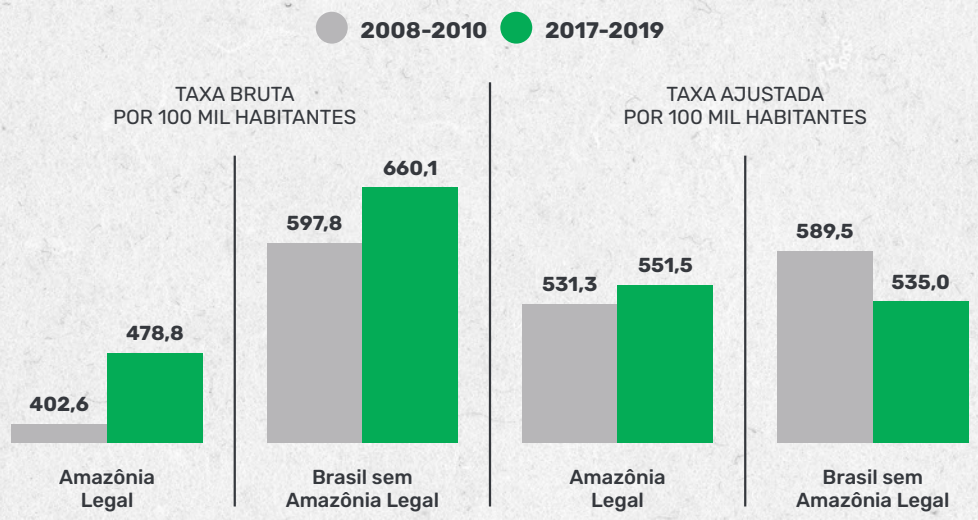
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados de Tábua Completa de Mortalidade do IBGE (2010-2019)

[46] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-saude-na--amazonia-legal-evolucao-recente-e-desafios-em-perspectiva-comparada/

A taxa bruta de mortalidade foi igual a 478 óbitos por 100 mil habitantes na Amazônia Legal e atingiu 660 óbitos por 100 mil habitantes no restante do Brasil no triênio 2017-2019 (Figura 54) – um aumento em relação ao período anterior (2008-2010) em ambos os territórios. Dessa maneira, ocorreu um aumento relativamente maior da taxa bruta de mortalidade na Amazônia Legal (Rocha *et al.* 2021).

A taxa de mortalidade ajustada[47] decresceu no Brasil entre 2017-2019 em relação ao período anterior, mas subiu na Amazônia Legal: 551,5 óbitos por 100 mil habitantes (Figura 54) (Rocha *et al.* 2021).

Figura 54. Taxas brutas e ajustadas de mortalidade na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2010 e 2017-2019



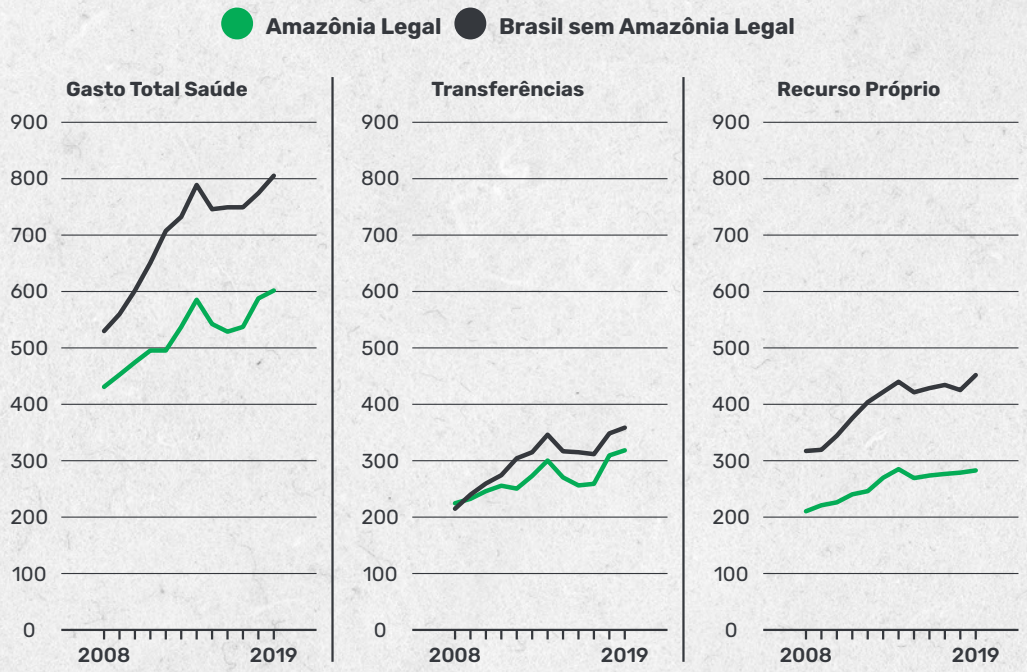
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e projeções populacionais, Datasus e IBGE

[47] A taxa bruta de mortalidade indica a quantidade de óbitos por 100 mil habitantes considerando todas as mortes e habitantes. Já a taxa de mortalidade ajustada refere-se à quantidade de óbitos em relação à faixa etária específica por 100 mil habitantes.

Gastos com saúde na Amazônia

Houve uma evolução da média municipal do gasto *per capita* em saúde na Amazônia Legal (Figura 55). Porém, esse gasto foi em média 25% menor em comparação ao restante do país em 2019. Além disso, as transferências governamentais são relativamente mais importantes para os municípios da região do que o financiamento da saúde via recursos próprios (Rocha *et al.* 2021)[48].

Figura 55. Gastos municipais *per capita* (R$/hab.) em saúde na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019



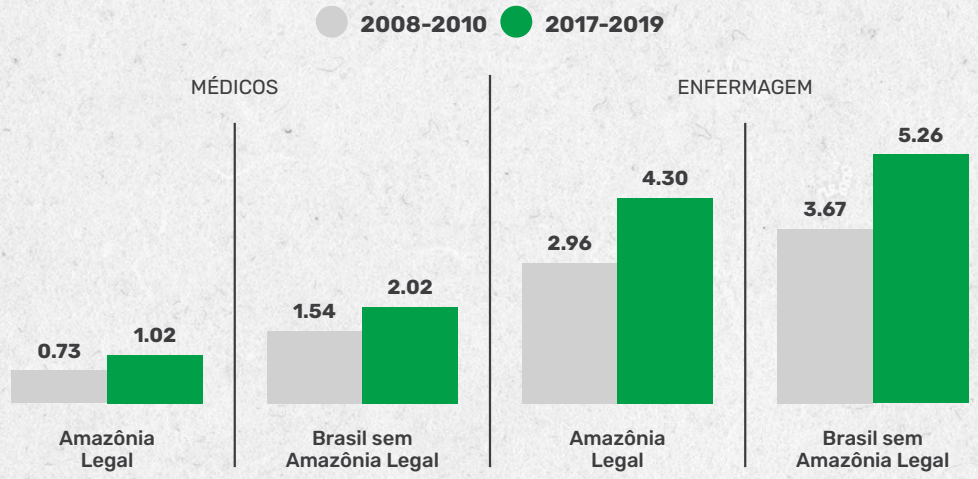
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), Datasus

[48] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-saude-na--amazonia-legal-evolucao-recente-e-desafios-em-perspectiva-comparada/

Profissionais de saúde na Amazônia

Apesar do avanço entre 2017 e 2019, o número de médicos por mil habitantes na Amazônia Legal (1,02) foi igual à metade da observada no restante do país (2,02). A disponibilidade de profissionais de enfermagem[49] também aumentou na região no mesmo período, com 4,3 enfermeiros por mil habitantes, mas ainda abaixo da taxa das outras regiões brasileiras (5,26 enfermeiros por mil habitantes) (Figura 56) (Rocha *et al.* 2021).

Figura 56. Taxa de profissionais de saúde (taxa por mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2010 e 2017-2019



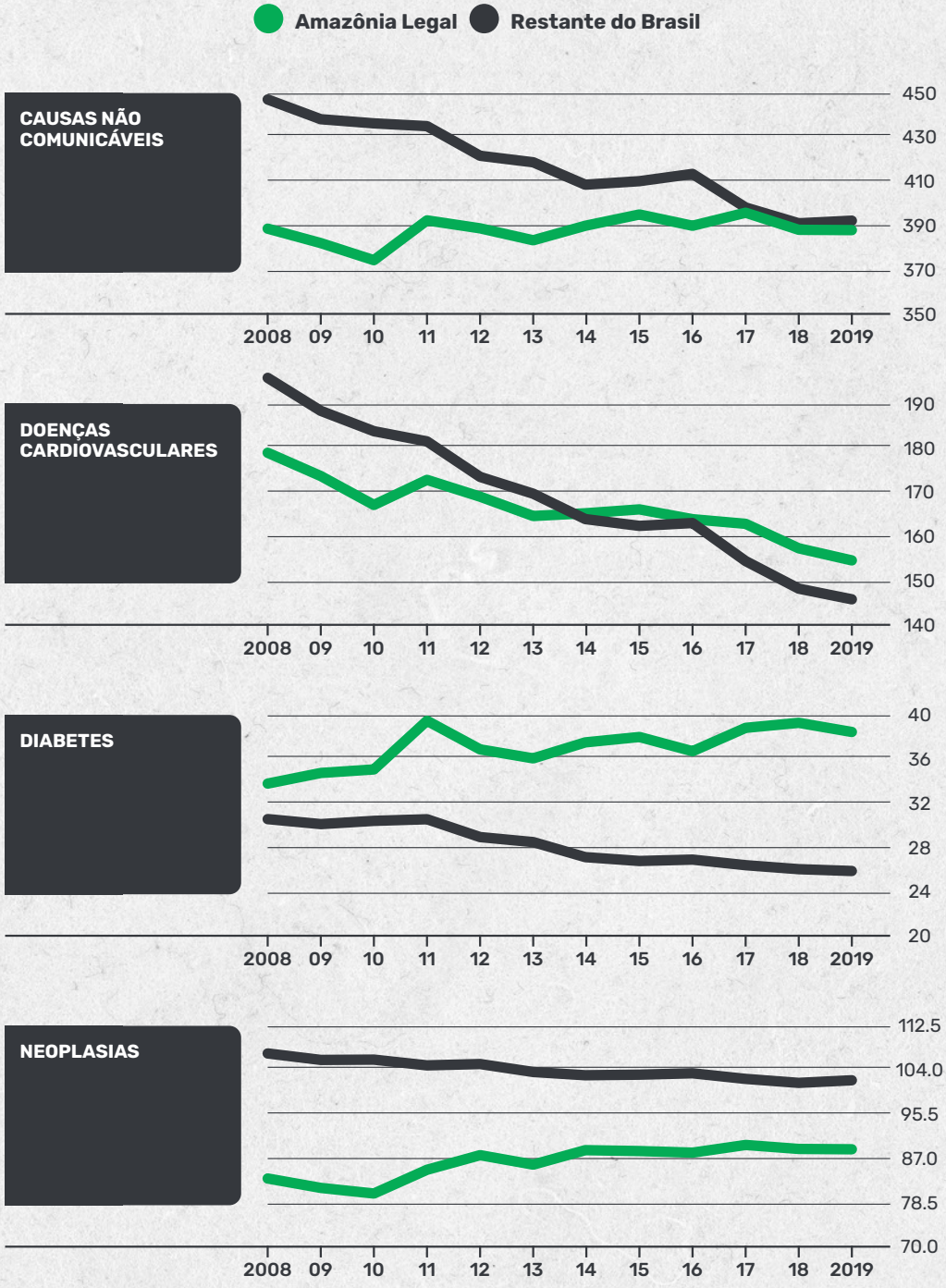
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e projeção da população, Datasus e IBGE

Prevalência das doenças crônicas

Entre 2008 e 2019, a taxa de mortalidade por causas não comunicáveis[50] diminuiu na Amazônia Legal no mesmo nível do restante do Brasil (Rocha *et al.* 2021). Já a taxa de óbitos por doenças cardiovasculares diminuiu no mesmo período, mas ainda era maior que a de outras regiões do país. Em contrapartida, a taxa de óbitos por diabetes aumentou na região ao longo do tempo ao passo que diminuiu no restante do Brasil. Finalmente, a taxa de óbitos por neoplasias (câncer) subiu até 2019 na Amazônia Legal, mas continuou abaixo da taxa de outras regiões brasileiras (Figura 57).

[49] Inclui enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.
[50] Também conhecidas como doenças crônicas, referem-se a todas as doenças não transmissíveis combinadas.

Figura 57. Taxas ajustadas de mortalidade por doenças crônicas na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019



Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados de Tábua Completa de Mortalidade do IBGE (2010-2019)

Mortalidade por causas externas

Em geral, a mortalidade por causas externas, ou seja, que não advém de alguma doença e que inclui homicídios ou acidentes, possui taxa muito superior na Amazônia Legal em comparação ao restante do Brasil (Rocha *et al.* 2021). Enquanto essa taxa se manteve estável e diminuiu a partir de 2014 nas outras regiões do país, ela sofreu aumento significativo na Amazônia Legal desde 2009 até 2017. O pico ocorreu em 2017 com alta na taxa de mortalidade por violência interpessoal na região (Figura 58).

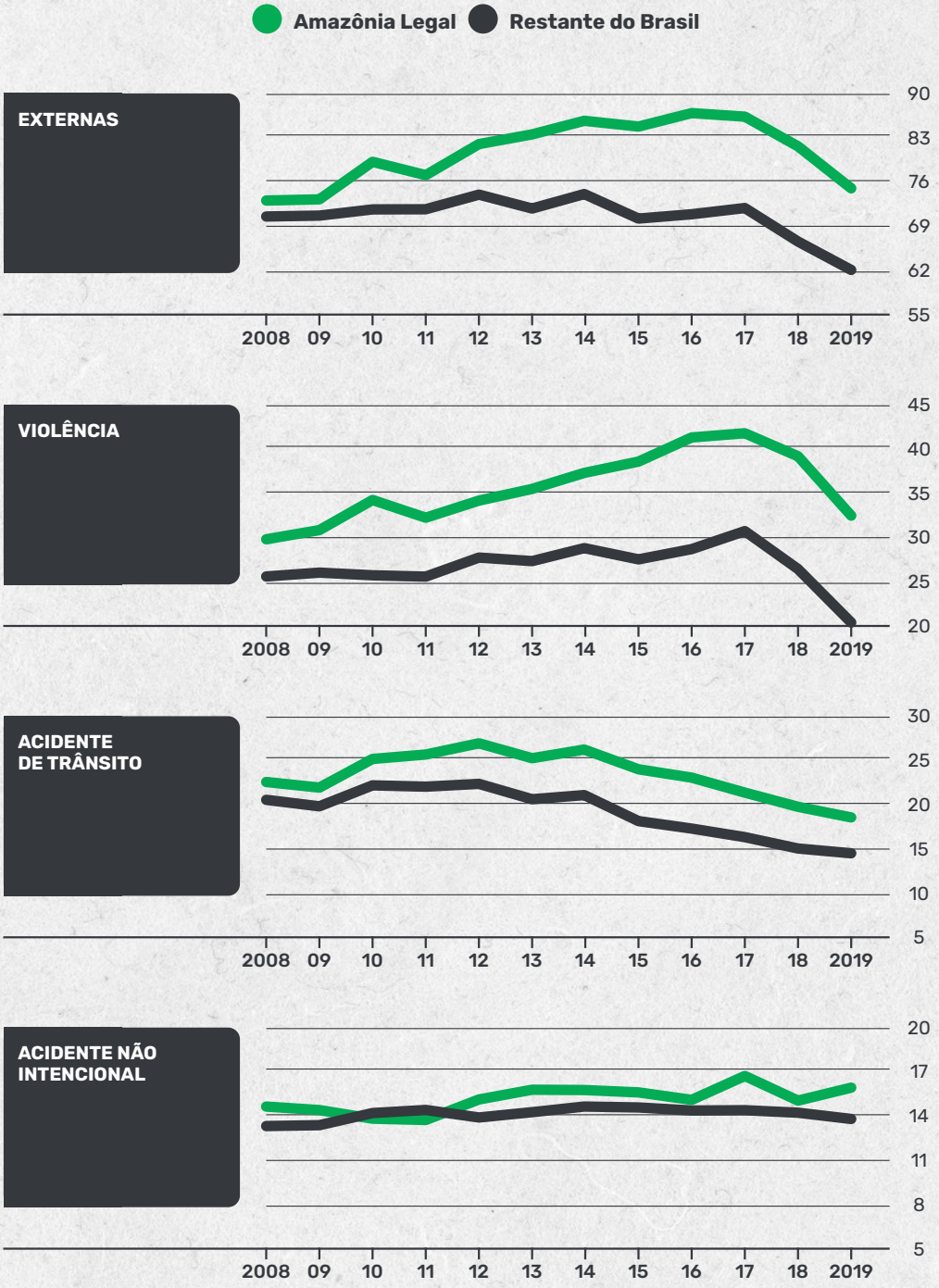
Ao analisar em detalhes as taxas de mortalidade por causas externas envolvendo acidentes de trânsito na Amazônia Legal, Rocha *et al.* (2021) mostram que os acidentes envolvendo motos apresentam maior taxa de mortalidade. Vários fatores contribuem para o problema, principalmente o hábito de dirigir após beber (Figura 59).

Análise qualitativa sobre desafios e boas práticas

Estudo do AMZ2030[51] analisou os desafios e soluções para a saúde na Amazônia Legal. A partir de entrevistas com uma gama de profissionais e atores-chave da área, Rocha *et al.* (2022a) identificaram os principais pontos de atenção conforme três eixos de análise: (i) desafios às condições de acesso e oferta de serviços de saúde; (ii) saúde indígena; e (iii) boas práticas. Os resultados da pesquisa qualitativa mostraram que, do total de 1.039 menções dos entrevistados, 632 menções (48% do total) referiam-se a aspectos da gestão, planejamento e financiamento das ações em saúde (Figura 60). Os aspectos mais mencionados foram financiamento, articulação de governo e capacidade de gestão das estatais (Figura 61).

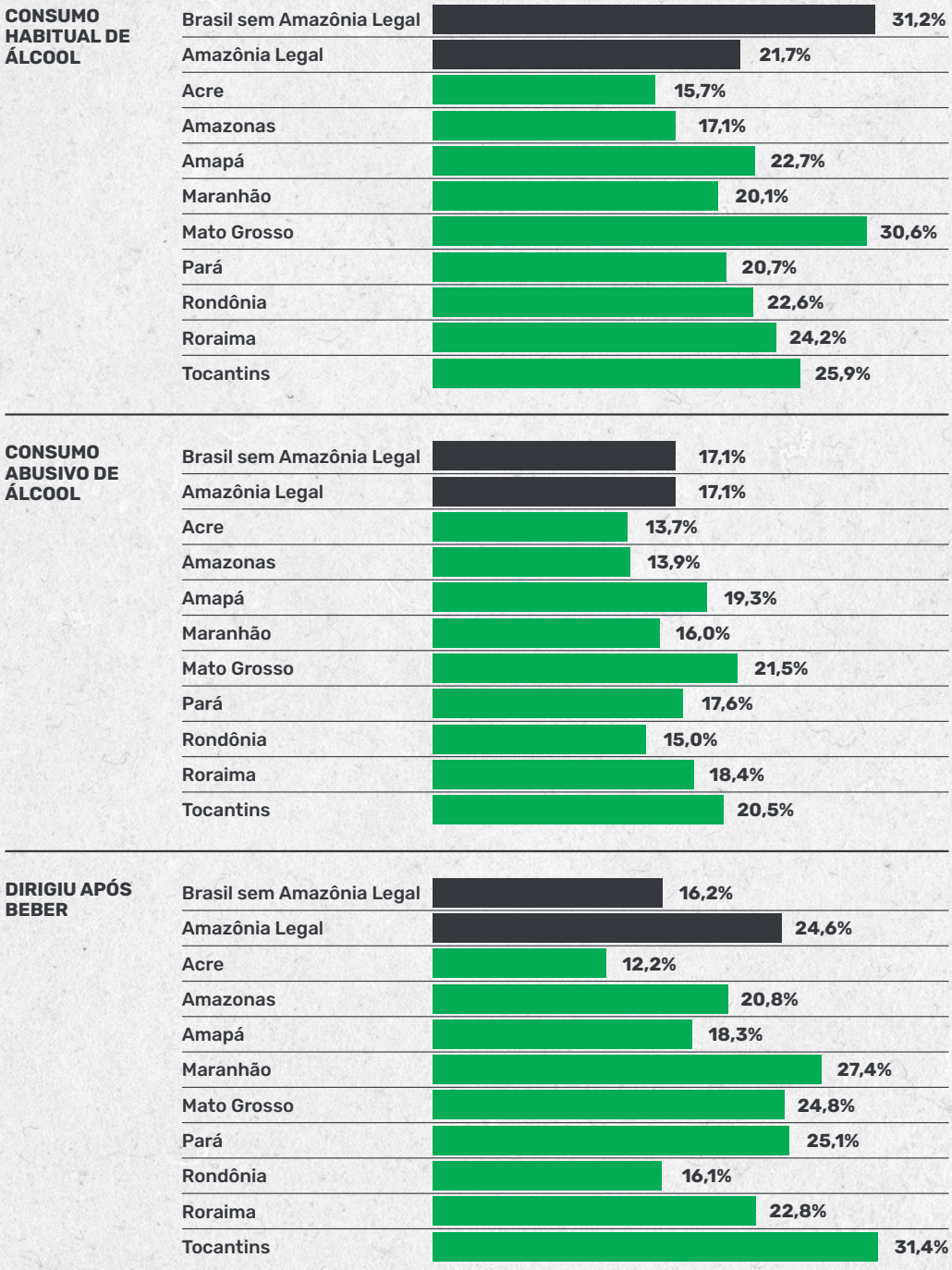
[51] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-saude-na--amazonia-legal-analise-qualitativa-sobre-desafios-e-boas-praticas/

Figura 58. Taxas ajustadas de mortalidade por causas externas na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2008-2019



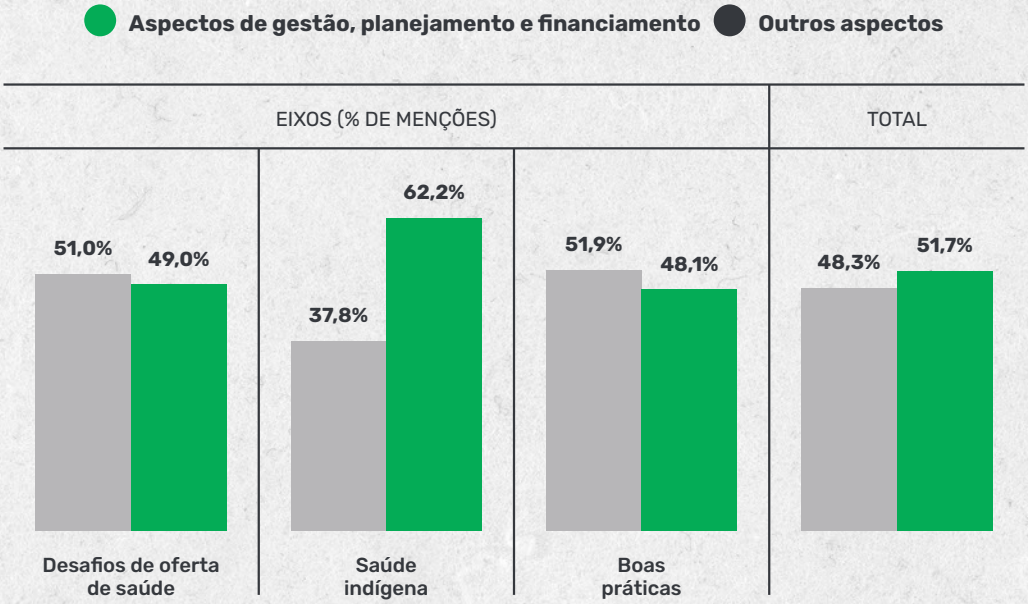
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados de Tábua Completa de Mortalidade do IBGE (2010-2019)

Figura 59. Hábitos e comportamentos: consumo de álcool, consumo abusivo de álcool e hábito de dirigir após beber na Amazônia Legal e no restante do Brasil, 2021



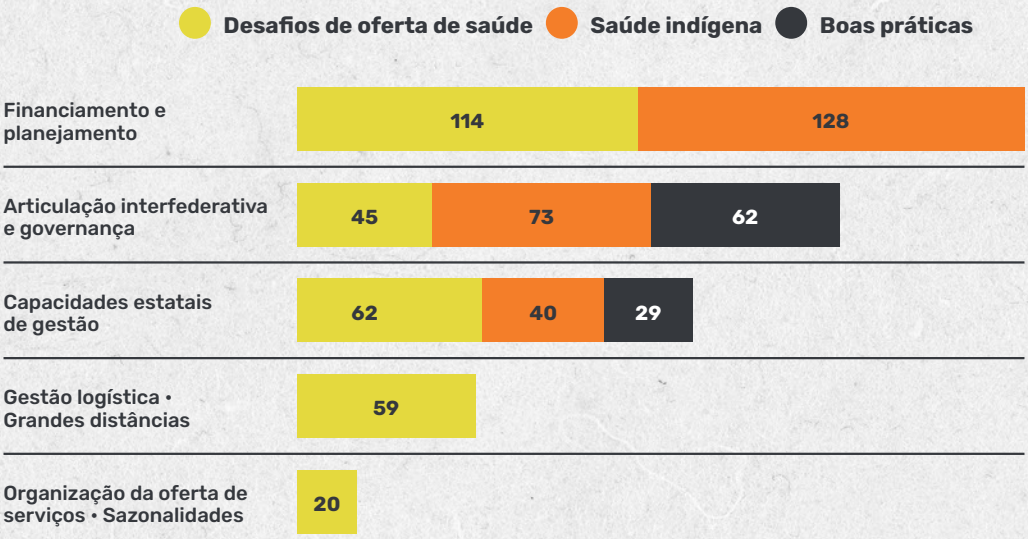
Fonte: adaptado de Rocha et al. (2021) com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, IBGE

Figura 60. Percentual de menções nos três eixos de análise qualitativa sobre saúde na Amazônia Legal



Fonte: adaptado de Rocha et al. (2022a)

Figura 61. Número de menções sobre aspectos específicos de gestão, planejamento e financiamento em saúde na Amazônia Legal



Fonte: adaptado de Rocha et al. (2022a)

A saúde na Amazônia Legal: uma agenda para ação

Estudo do AMZ2030[52] diagnosticou a partir de dados quantitativos e qualitativos que em síntese: i) a saúde da população na Amazônia Legal está ficando para trás; ii) a oferta de serviços e de recursos de saúde primários na região é relativamente escassa; e iii) os governos locais possuem baixa capacidade de ação devido à baixa capacidade institucional-administrativa e escassez/rotatividade de profissionais de saúde. Com base nesse diagnóstico, uma proposta de agenda para a melhoria da saúde na Amazônia Legal foi criada (Figura 62) (Rocha *et al.* 2022b).

Figura 62. Proposta de agenda para ação na saúde na Amazônia Legal

AGENDA PARA AÇÃO	RECOMENDAÇÕES
1 **Fortalecer a atenção da saúde primária na região**	A Amazônia Legal não pode abrir mão de serviços de atenção primária acessíveis, contínuos e resolutivos na ponta
2 **Induzir e implementar efetivamente uma governança colaborativa**	Recomenda-se que Governo Federal e estados assumam maior protagonismo nesta articulação regional devido à sobreposição de jurisprudências e à baixa capacidade administrativa de governos locais
3 **Financiar a saúde na região de modo mais robusto e com eficiência nos gastos**	O aporte de financiamento e recursos (físicos e humanos) deve ser vinculado à coordenação entre municípios na alocação e compartilhamento de insumos, e ao monitoramento conjunto no uso dos recursos
4 **Investir no fortalecimento das capacidades administrativas em nível local**	Suporte de gestores federais e estaduais à formação e treinamento contínuo de gestores locais para a execução dos serviços de saúde no contexto específico da Amazônia
5 **Melhorar a qualidade dos dados disponíveis sobre saúde na Amazônia**	Necessário maior capacidade analítica/epidemiológica para a identificação das demandas da população e para o uso de indicadores no planejamento das políticas de saúde com qualidade
6 **Disponibilizar financiamento que garanta às unidades de saúde condições para pleno funcionamento**	Considerar as características da Amazônia como grandes distâncias; avançar em estratégias de provimento e fixação de profissionais de saúde na região; investir em melhores condições urbano-ambientais e sanitárias

Fonte: adaptado de Rocha et al. (2022b)

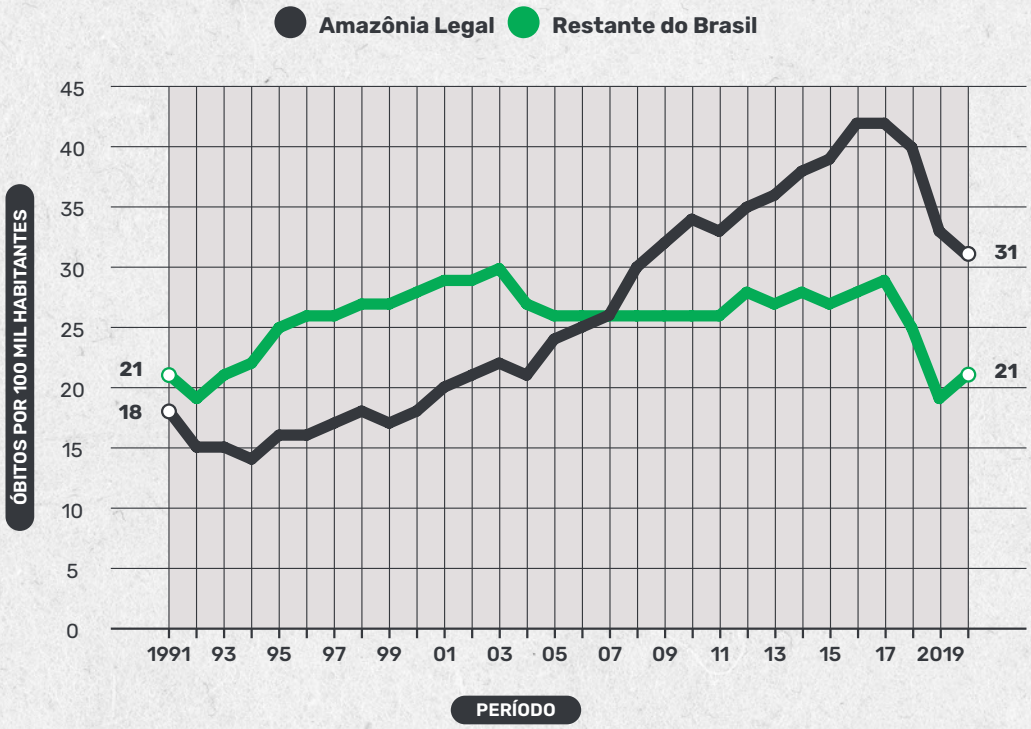
[52] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/a-saude-na--amazonia-legal-uma-agenda-para-acao/

Segurança pública

Homicídios

A Amazônia Legal é uma das regiões mais violentas do país. Em 2019, quatro entre os dez e 23 entre os 100 municípios mais violentos do Brasil estavam na região (Soares *et al.* 2021)[53]. A taxa de homicídio nos estados aumentou em mais de 100% desde o início dos anos 2000, saltando de níveis inferiores a 20 para mais de 40 homicídios por 100 mil habitantes em 2017. Em 2007, essa taxa igualou-se à do restante do país e continuou a subir até 43 homicídios por 100 mil habitantes em 2017 (Figura 63). Somente após 2017, a taxa de homicídio na região sofreu queda, mas ainda com resultado alarmante; havia vários municípios da Amazônia Legal com mais de 70 homicídios por 100 mil habitantes em 2020 (Figura 64).

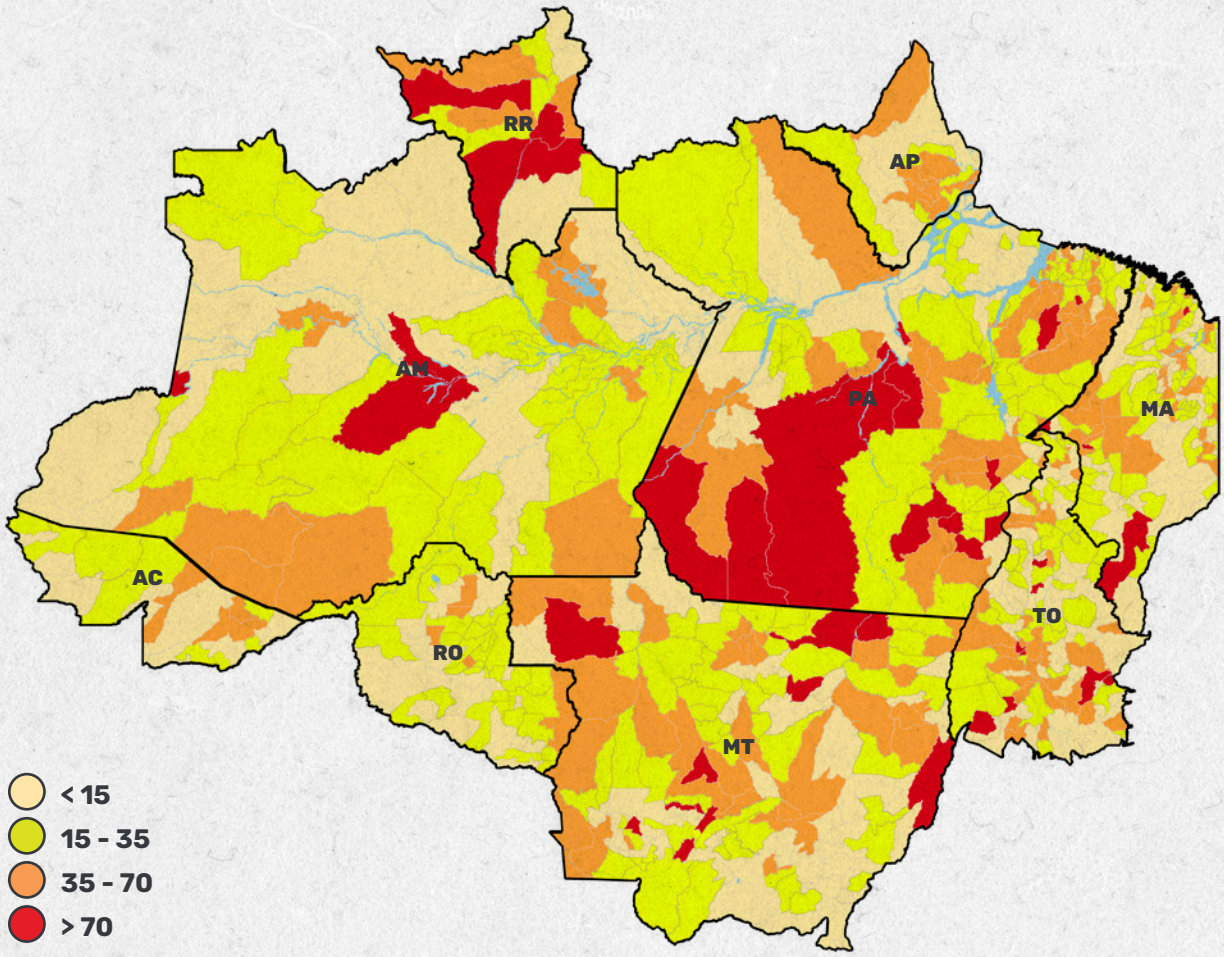
Figura 63. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (óbitos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 1991-2020



Fonte: adaptado de Soares et al. (2021) com base nos dados do SIM e projeções populacionais, Datasus e IBGE

[53] Mais informações sobre estudo do AMZ2030 em: https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e--violencia-na-amazonia/

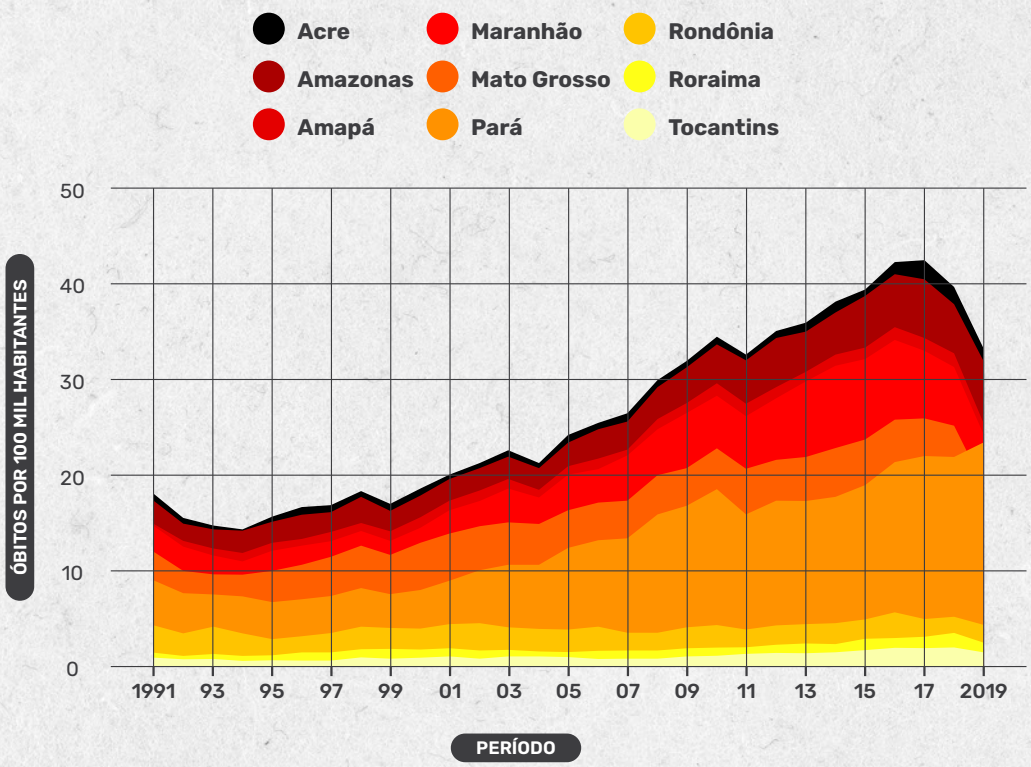
Figura 64. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2020



Fonte: com base nos dados do Censo da Educação Superior 2020, Inep

O Pará possui a maior taxa bruta de mortalidade por homicídios na Amazônia Legal desde 2003 (Figura 65). Esse estado foi responsável por 37% das mortes por violência na região em 2019 seguido do Amazonas (17%). Os estados com as menores taxas são Roraima (3%), Acre (4%) e Amapá. Em grande medida, a história de aumento ininterrupto da violência na Amazônia Legal é uma história do aumento da violência no Pará (Soares *et al.* 2021).

Figura 65. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos estados da Amazônia Legal, 1991-2019



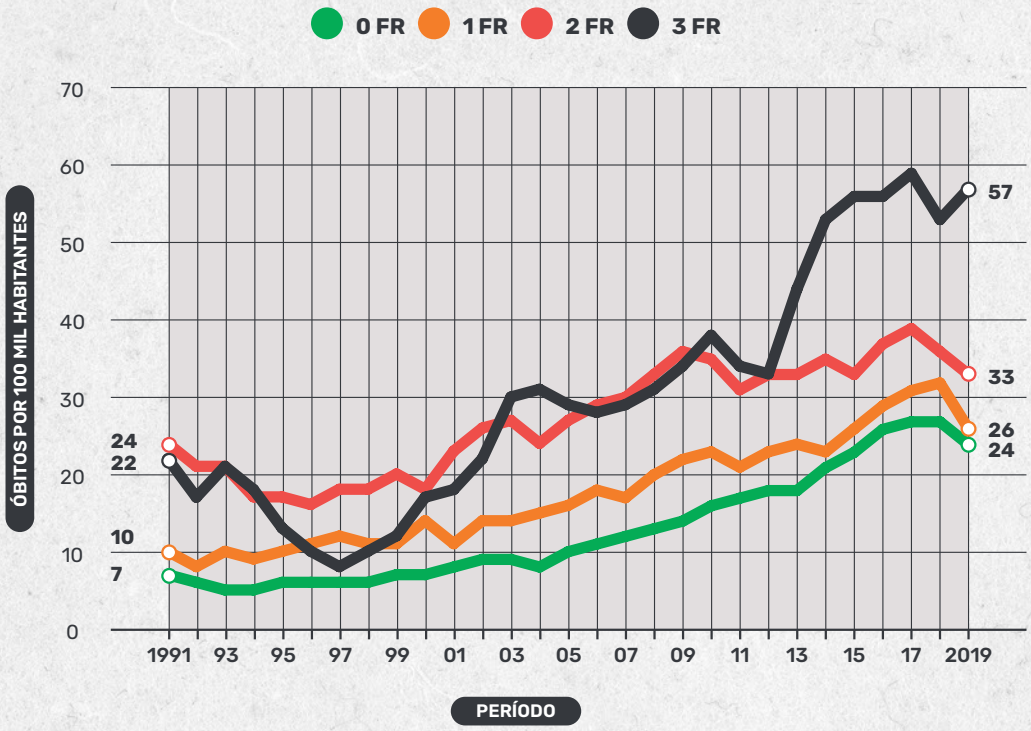
Fonte: adaptado de Soares et al. (2021) com base nos dados do SIM e projeções populacionais, Datasus e IBGE

Fatores de risco e violência

Para entender como as regulações e mudanças políticas exerceram um papel na ilegalidade no contexto da Amazônia Legal, Soares *et al.* (2021) verificaram a mortalidade por fatores de risco (FR)[54]. Esses fatores medem o risco de cada município amazônico ser envolvido em atividades ilegais. Desse modo, houve uma evolução das taxas de homicídios por fatores de risco até 2019, pois os municípios com dois ou três desses fatores tendem contribuir para maiores taxas de homicídios (Figura 66).

[54] Considera-se fatores de risco as seguintes atividades ilegais: garimpagem de ouro ilegal, extração de madeira ilegal e grilagem de terras.

Figura 66. Taxas brutas de mortalidade por homicídios na Amazônia Legal por município com fatores de risco, 1991-2019



Fonte: adaptado de Soares et al. (2021) com base nos dados do SIM e projeções populacionais, Datasus e IBGE

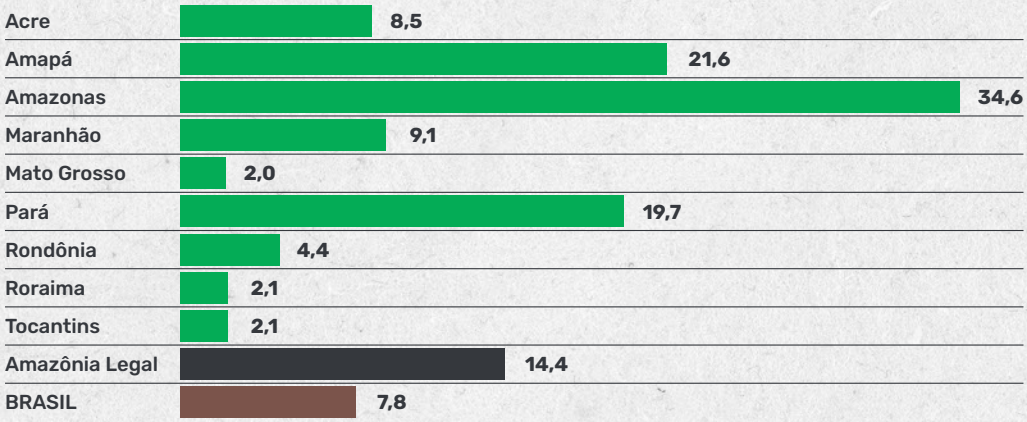
As cidades na Amazônia Legal

Aglomerados subnormais

Segundo o IBGE (2019)[55], aglomerado subnormal é uma ocupação humana localizada em áreas com restrição à ocupação como terrenos públicos ou privados e caracterizada por um padrão urbanístico irregular e carência de serviços públicos essenciais. Usualmente, elas estão mais presentes nas grandes cidades da Amazônia Legal como Belém e Manaus.

Em 2019, mais de 1 milhão de domicílios da região estavam localizados em aglomerados subnormais (Tabela 10). Os estados do Pará (432.518 domicílios), Amazonas (393.995) e Maranhão (142.831) continham 89% dos domicílios em aglomerados subnormais da Amazônia Legal. Em termos percentuais (Figura 67), o Amazonas possuía a maior proporção de domicílios nessa situação (35%) seguido do Amapá (22%). Na Amazônia Legal, 14% dos domicílios estavam localizados em aglomerados subnormais (adaptado de Embrapa 2015; IBGE 2019).

Figura 67. Proporção (%) de domicílios em aglomerados subnormais nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2019



Fonte: com base nos dados da Embrapa e IBGE, 2019

[55] Mais informações em: https://ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html

Tabela 10. Estimativa da população total, número de domicílios total e em aglomerados subnormais nos estados, Amazônia Legal e Brasil, 2019

ESTADO	POPULAÇÃO EM 2019	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	
		TOTAL	EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS
Acre	881.935	224.578	19.148
Amapá	845.731	170.712	36.835
Amazonas	4.144.597	1.138.985	393.995
Maranhão	5.882.621	1.563.236	142.831
Mato Grosso	3.484.466	1.128.083	22.429
Pará	8.602.865	2.197.240	432.518
Rondônia	1.777.225	531.231	23.236
Roraima	605.761	142.911	3.033
Tocantins	1.572.866	454.897	9.733
Amazônia Legal	**27.798.067**	**7.551.873**	**1.083.758**
BRASIL	**210.147.125**	**65.557.130**	**5.127.747**

Fonte: com base nos dados da Embrapa e IBGE, 2019

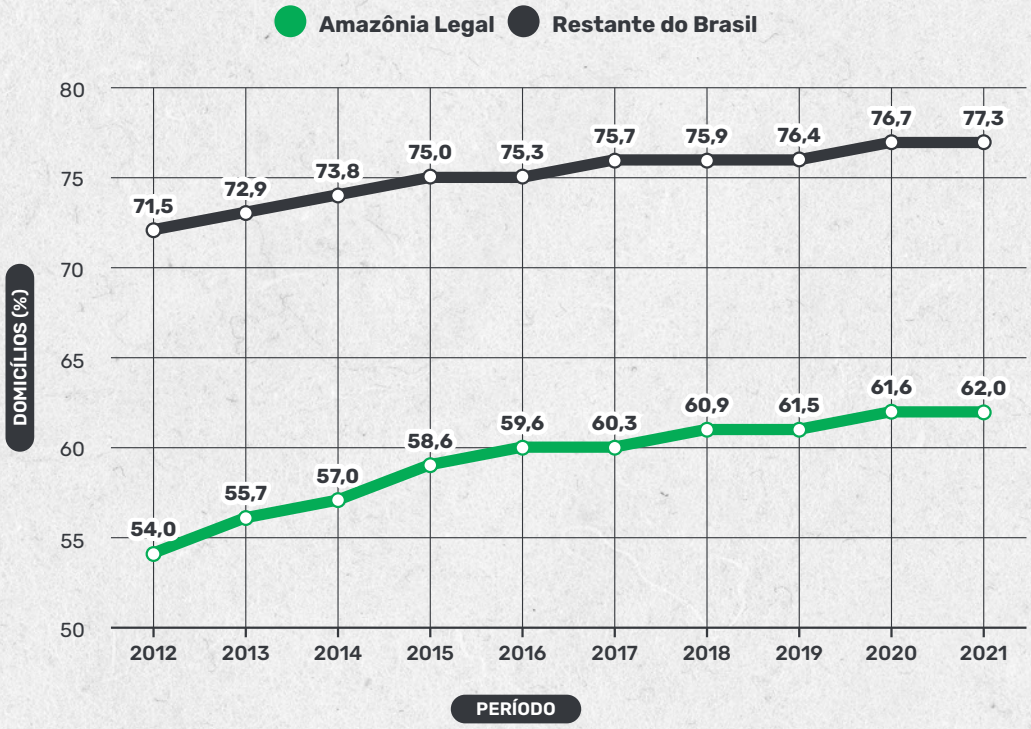
O saneamento na Amazônia Legal

Abastecimento de água

O abastecimento de água via rede pública avançou entre 2012 e 2021 na Amazônia Legal: de 54% para 62% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico, respectivamente (Figura 68). Mesmo com esse avanço, a região continua atrás do Brasil onde o fornecimento de água estava presente em 77% dos domicílios em 2021 (Governo Federal 2022b).

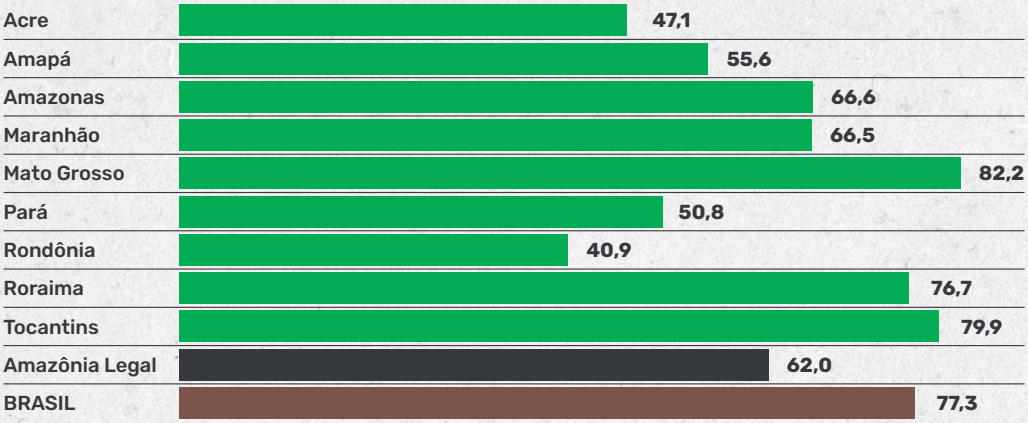
Somente Mato Grosso (82%) e Tocantins (77%) continham maior proporção de abastecimento de água via rede pública no Brasil em 2021 (Figura 69). Já os estados com menor proporção eram Pará (51%) e Acre (47%). Essa situação é confirmada entre os municípios da Amazônia, com as cidades situadas nos estados de Mato Grosso e Tocantins em melhor situação (Figura 70) (Governo Federal, 2022b).

Figura 68. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021



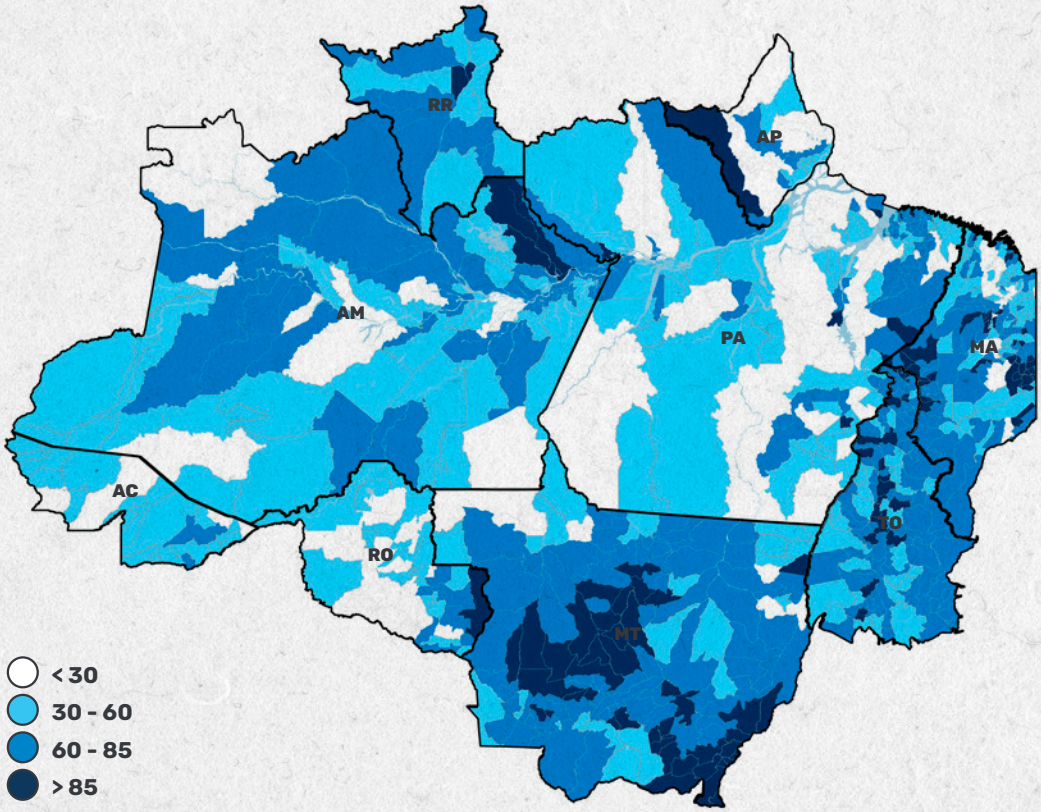
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 69. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 70. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com abastecimento de água via rede de distribuição nos municípios da Amazônia Legal, 2021

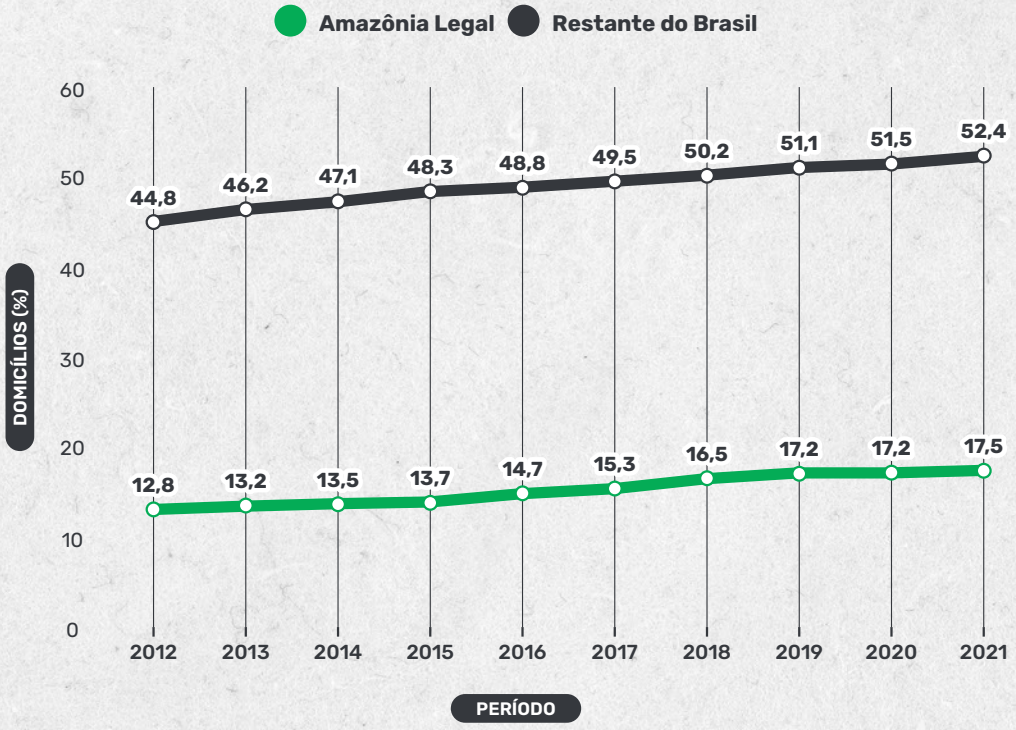


Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de 2021

Esgotamento sanitário via rede coletora

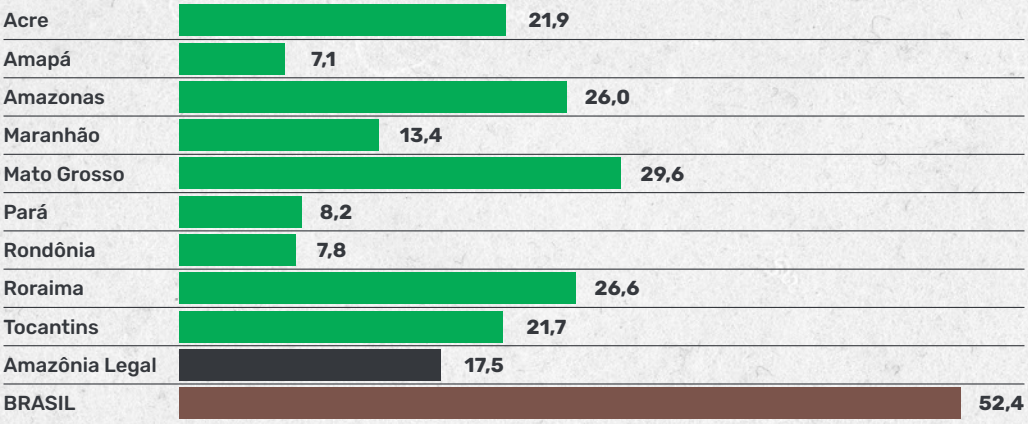
O esgotamento sanitário via rede coletora – serviço importante para um saneamento de qualidade – aumentou de 13% em 2012 para 17% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico em 2021 na Amazônia Legal (Figura 71). Contudo, essa proporção está muito abaixo da brasileira (52% dos domicílios) (Governo Federal, 2022c). Entre os estados, a situação é mais crítica no Pará, Rondônia e Amazonas (Figuras 72 e 73) (Governo Federal, 2022c).

Figura 71. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021



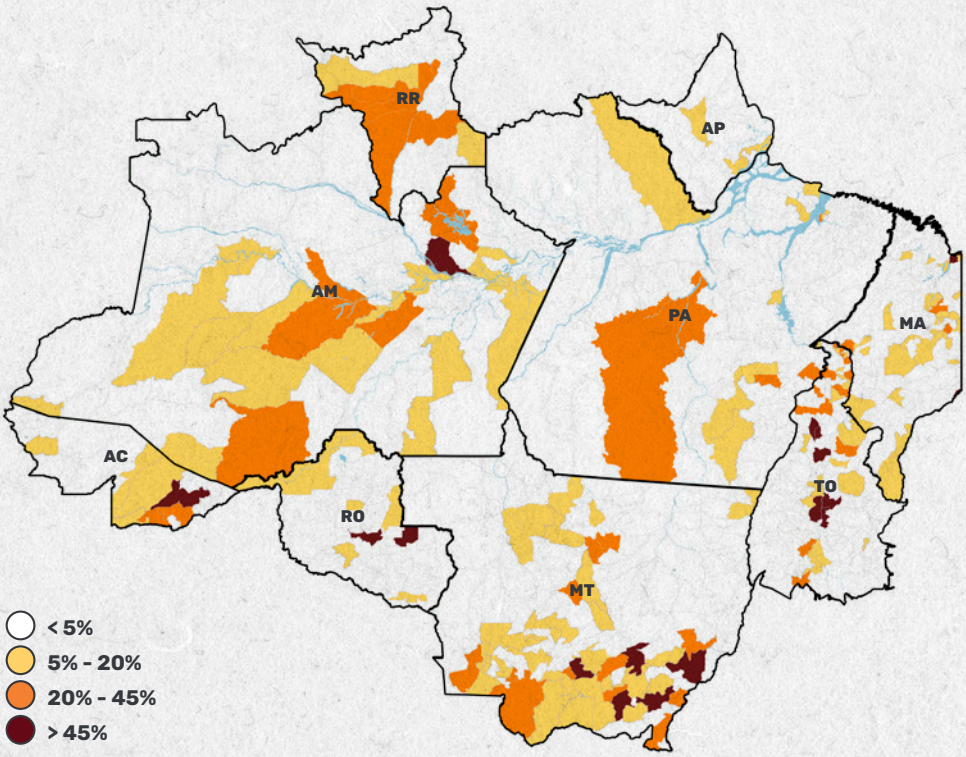
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 72. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 73. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via rede coletora nos municípios da Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

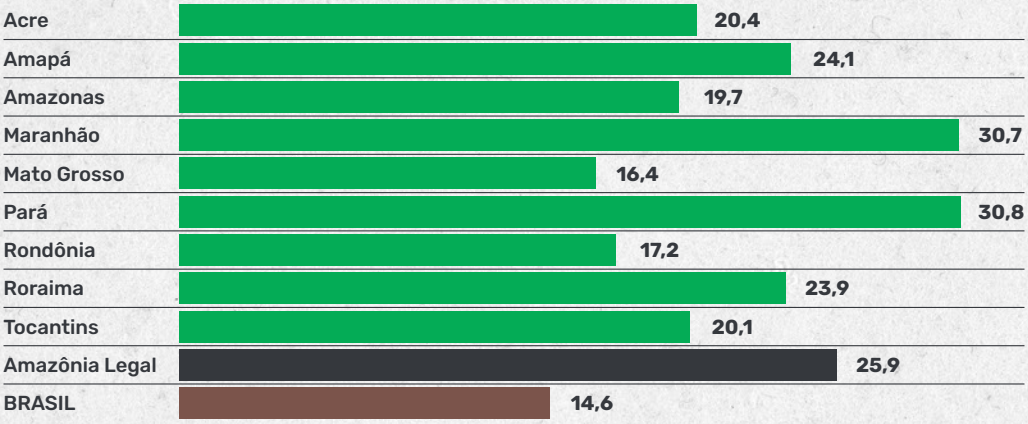
Esgotamento sanitário com fossa séptica

A fossa séptica, uma alternativa para a ausência de rede de coleta de esgoto, é amplamente utilizada na Amazônia Legal (Figura 74). Em 2021, cerca de 29% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico utilizavam esse tipo de esgotamento, proporção maior que a do Brasil (15%). Entre os estados, Pará (31%) e Maranhão (31%) continham a maior proporção da Amazônia Legal (Figura 75). Nos municípios da região, o uso de fossa séptica é maior do que o uso de esgotamento via rede coletora (Figura 76) (Governo Federal, 2022c).

Figura 74. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021

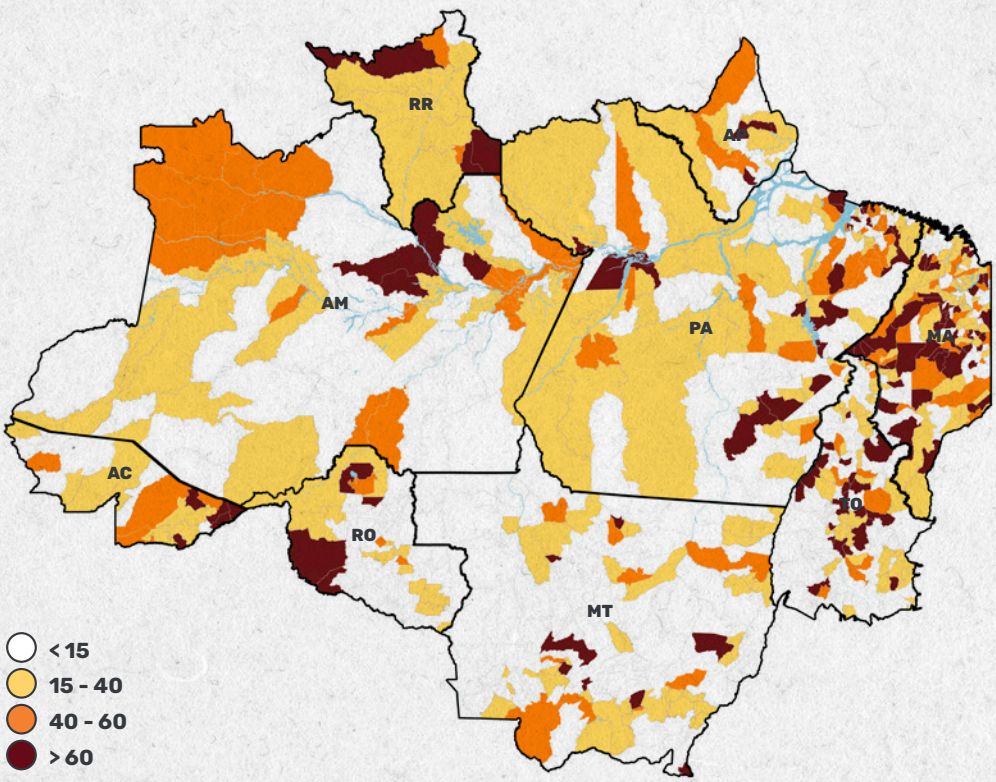
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 75. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica nos estados da Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 76. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com esgotamento sanitário via fossa séptica nos municípios da Amazônia Legal, 2021



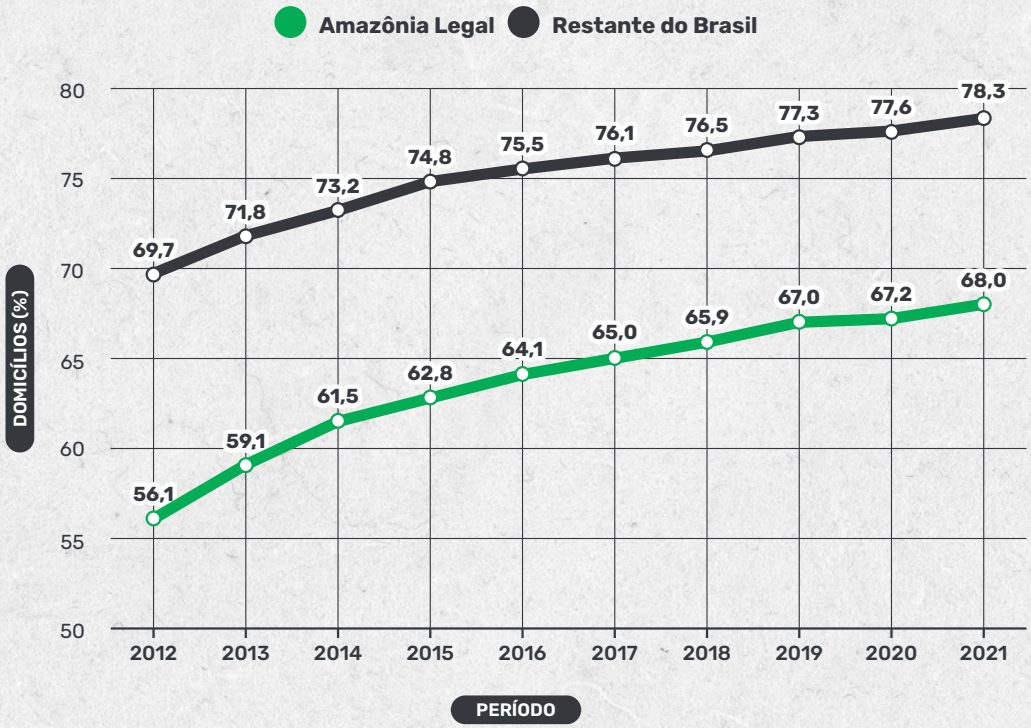
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Coleta de resíduos sólidos

A coleta de resíduos sólidos direta via serviço público (caminhões de coleta ou contêineres) avançou na Amazônia Legal, passando de 55% em 2012 para 68% dos domicílios de pessoas inscritas no CadÚnico em 2021. Contudo, essa melhora ainda é inferior à proporção brasileira (78% dos domicílios) (Figura 77) (Governo Federal, 2022d).

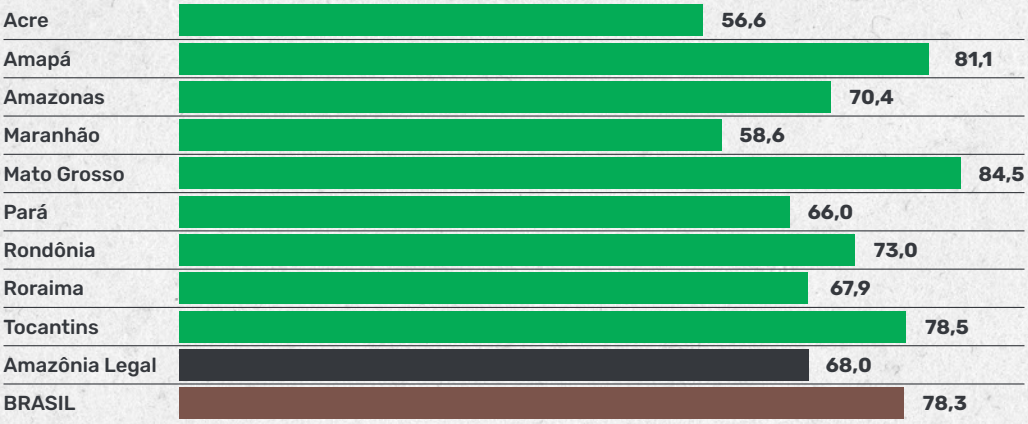
Mato Grosso (84%) e Amazonas (81%) continham maior proporção de coleta de resíduos sólidos direta em 2021 (Figura 78). Os estados com menor proporção eram Pará (66%), Maranhão (57%) e Acre (57%) (Figura 79) (Governo Federal, 2022d).

Figura 77. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021



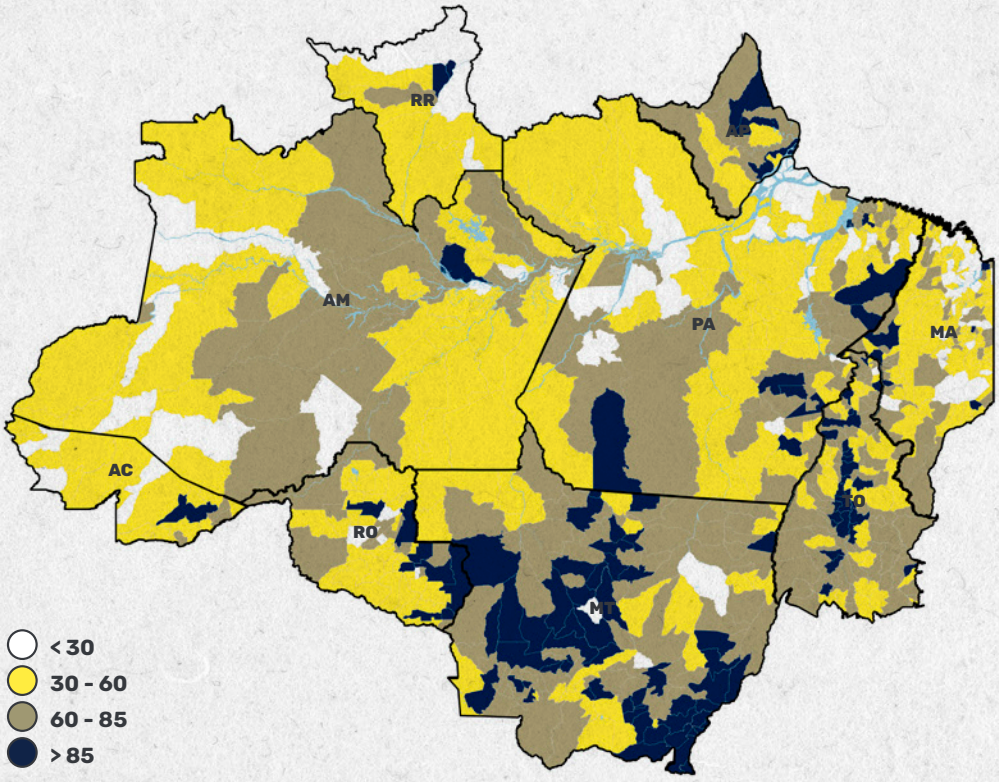
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 78. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 79. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com coleta de lixo de forma direta nos municípios da Amazônia Legal, 2021



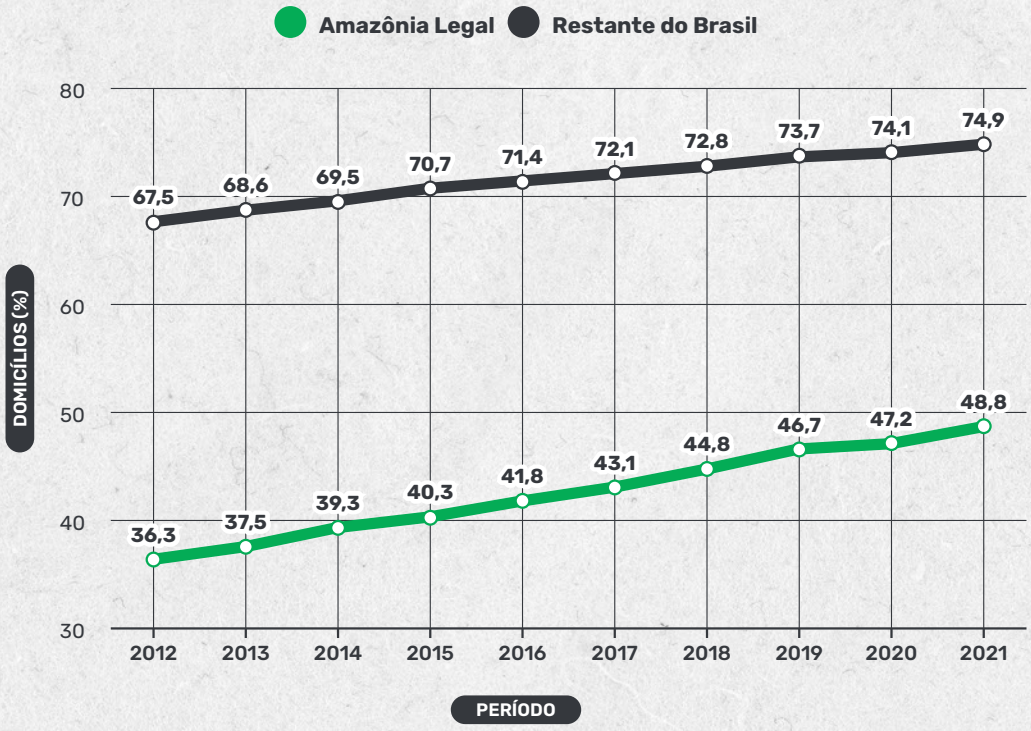
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Situação das moradias

De acordo com dados do CadÚnico, a qualidade das moradias (paredes de tijolos com revestimento) da Amazônia Legal (49% de domicílios) em 2021 estava abaixo da proporção brasileira (75%). Isso ocorre apesar da melhora desse indicador na região entre 2012 e 2021 (Figura 80) (Governo Federal, 2022d).

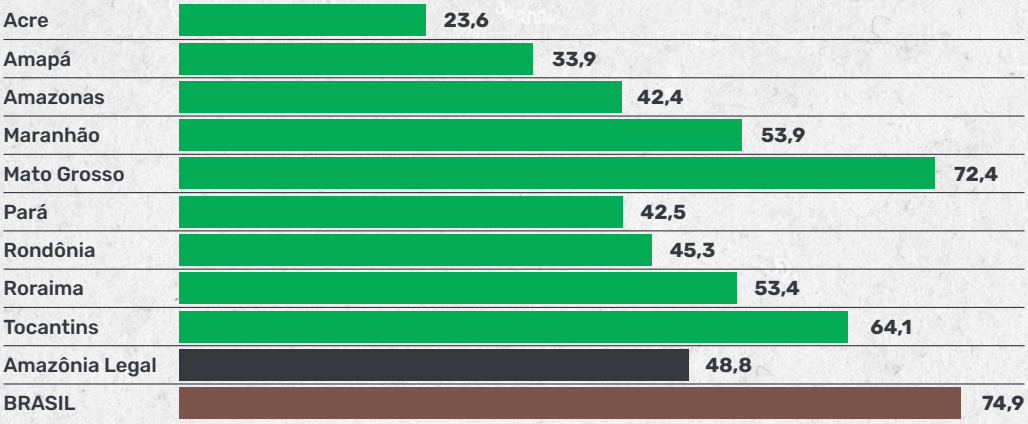
Mato Grosso (72%) e Tocantins (64%) possuíam maior proporção de domicílios com paredes revestidas em 2021 (Figura 81). Já os estados com menor proporção eram Amapá (34%) e Acre (24%). Esse padrão também ocorre entre os municípios da Amazônia Legal (Figura 82) (Governo Federal, 2022d).

Figura 80. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas na Amazônia Legal e Brasil, 2012-2021



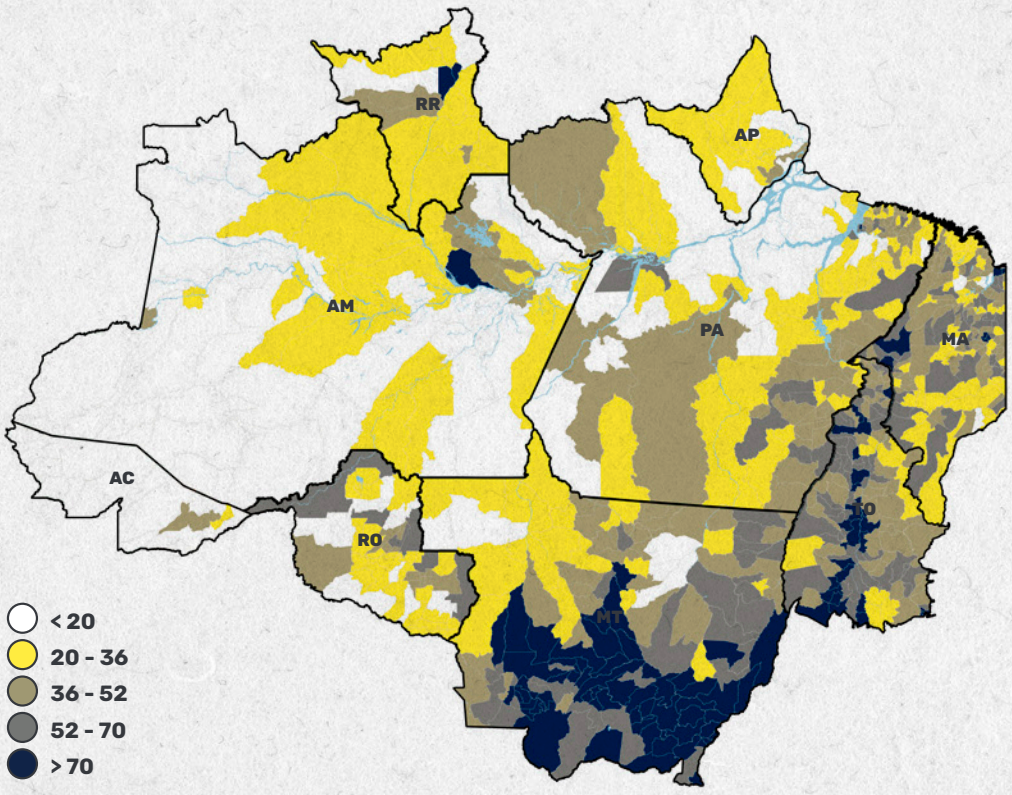
Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 81. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Figura 82. Proporção (%) de domicílios do CadÚnico com paredes de tijolos revestidas nos municípios da Amazônia Legal, 2021



Fonte: com base nos dados do CadÚnico, Governo Federal. Resultados de dezembro de cada ano

Referências bibliográficas

Alfenas, F.; Cavalcanti, F.; Gonzaga, G. Mercado de trabalho na Amazônia Legal – Uma análise comparativa com o resto do Brasil. Amazônia 2030, 2020. https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/

Alfenas, F.; Cavalcanti, F.; Gonzaga, G. Dinamismo de emprego e renda na Amazônia Legal: Agropecuária. Projeto Amazônia 2030, 2022a https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/

Araújo, R.; Bragança, A.; Assunção, J. Acessibilidade na Amazônia Legal: Mensurando o acesso a mercado. Projeto Amazônia 2030, 2022a. https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-mensurando-o-acesso-a-mercado/

Araújo, R.; Bragança, A.; Assunção, J. Acessibilidade na Amazônia Legal: Delimitação da área de influência e riscos ambientais. Projeto Amazônia 2030, 2022b. https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-delimitacao-da-area-de-influencia-e-riscos-ambientais/

Araújo, R.; Bragança, A.; Assunção, J. Acessibilidade na Amazônia Legal: Soluções digitais. Projeto Amazônia 2030, 2022c. https://amazonia2030.org.br/acessibilidade-na-amazonia-legal-solucoes-digitais/

BCB. Calculadora do cidadão - Índice de preços IPCA. Unpublished, 2022. https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice#

Costa, C. E.; Neto, V.; Duarte, M. P. Finanças públicas na Amazônia: Sacrifícios e bem-estar. Projeto Amazônia 2030, 2022a. https://amazonia2030.org.br/financas-publicas-na-amazonia-sacrificios-e-bem-estar/

Costa, C. E.; Neto, V.; Duarte, M. P. Finanças públicas na Amazônia: Serviços e resultados educacionais. Projeto Amazônia 2030, 2022b. https://amazonia2030.org.br/financas-publicas-na-amazonia-servicos-e-resultados-educacionais/

Cruz, T. & Portella, J. A Educação na Amazônia Legal – Diagnóstico e pontos críticos. Projeto Amazônia 2030, 2021a. https://amazonia2030.org.br/educacao-na-amazonia-legal/

Cruz, T. & Portella, J. A educação profissional na Amazônia Legal. Projeto Amazônia 2030, 2021b. https://amazonia2030.org.br/educacao-profissional-na-amazonia-legal/

Cruz, T. & Portella, J. A educação na Amazônia Legal: Políticas de educação profissional. Projeto Amazônia 2030, 2022. https://amazonia2030.org.br/a-educacao-na-amazonia-legal-politicas-de-educacao-profissional/

Embrapa. 2015. Áreas Urbanas no Brasil em 2015. Geoinfo Embrapa, 2015. http://geoinfo.cnpm.embrapa.br/layers/geonode%3Aareas_urbanas_br_15

Gonzaga, G.; Cavalcanti, F.; Alfenas, F. Dinamismo de emprego e renda na Amazônia Legal: Serviços. Projeto Amazônia 2030, 2021a https://amazonia2030.org.br/dinamismo-de-emprego-e-renda-na-amazonia-legal-servicos/

Gonzaga, G.; Cavalcanti, F.; Alfenas, F. Dinamismo de emprego e renda na Amazônia Legal: Ocupações qualificadas e de liderança. Projeto Amazônia 2030, 2021b https://amazonia2030.org.br/dinamismo-de-emprego-e-renda-na-amazonia-legal-ocupacoes-qualificadas-e-de-lideranca/

Gonzaga, G. & Cavalcanti, F. Desigualdades no mercado de trabalho por raça – Evidências para a Amazônia Legal. Projeto Amazônia 2030, 2022 https://amazonia2030.org.br/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-por-raca-evidencias-para-a-amazonia-legal/

Governo Federal. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de pobreza e extrema pobreza. Unpublished, 2022a. https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php

Governo Federal. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de abastecimento de água. Unpublished, 2022b. https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php

Governo Federal. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de esgotamento sanitário. Unpublished, 2022c. https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php

Governo Federal. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de coleta de resíduos sólidos. Unpublished, 2022d. https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php

Governo Federal. Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Dados de moradia. Unpublished, 2022e. https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php

Holz, R.; Schutze, A.; Assunção, J. A atuação do BNDES na Amazônia Legal. Projeto Amazônia 2030, 2022 https://amazonia2030.org.br/a-atuacao-do-bndes-na-amazonia-legal/

IBGE. População Residente do Censo Demográfico IBGE 2010. Unpublished, 2010. https://censo2010.ibge.gov.br/

IBGE. Divisão Regional do Brasil. Unpublished, 2017. https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto

IBGE. Aglomerados Subnormais. Unpublished, 2020. https://ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto

IBGE. Áreas Territoriais do Brasil IBGE. Unpublished, 2022a https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto

IBGE. População Residente Estimada: Estimativas de população – EstimaPop. Unpublished, 2022b. https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop

IBGE. Estrutura Territorial da Amazônia Legal. Unpublished, 2022c. https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas--dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). Unpublished, 2022d. https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB-munic) Total e por Setores Econômicos. Unpublished, 2022e. https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic

Inep. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Unpublished, 2022a. https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb

Inep. Censo da Educação Superior. Unpublished, 2022b. https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior

Inpe. Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – Projeto Prodes. Unpublished, 2022. http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/

Neri, M. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2022. https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza

Pietracci, B.; Paltseva, J.; Schwartzman, S.; Lubowski, R. Oportunidades financeiras para o Brasil com a redução do desmatamento na Amazônia. Projeto Amazônia 2030, 2022. https://amazonia2030.org.br/oportunidades-financeiras-para-obrasil-com-a--reducao-dodesmatamento-na-amazonia/

Rigotti, J. I.; Turra, C.; Hadad, R.; Fernandes, F. A dinâmica demográfica da Amazônia Legal: Migrações na Amazônia Legal. Projeto Amazônia 2030, 2022a. https://amazonia2030.org.br/a-dinamica-demografica-da-amazonia-legal-migracoes-na-amazonia-legal/

Rocha, R.; Camargo, M.; Falcão, L.; Silveira, M.; Thomazinho, G. A saúde na Amazônia Legal – Evolução recente e desafios em perspectiva comparada. Projeto Amazônia 2030, 2021. https://amazonia2030.org.br/a-saude-na-amazonia-legal-evolucao-recente-e-desafios-em-perspectiva-comparada/

Rocha, R.; Camargo, M.; Falcão, L.; Silveira, M.; Thomazinho, G. 2022a. A saúde na Amazônia Legal: Análise qualitativa sobre desafios e boas práticas. Projeto Amazônia 2030, 2022. https://amazonia2030.org.br/a-saude-na-amazonia-legal-analise--qualitativa-sobre-desafios-e-boas-praticas/

Rocha, R.; Camargo, M.; Falcão, L.; Silveira, M.; Thomazinho, G. A saúde na Amazônia Legal: Uma agenda para ação. Projeto Amazônia 2030, 2022b. https://amazonia2030.org.br/a-saude-na-amazonia-legal-uma-agenda-para-acao/

Santos, D.; Santos, M.; Veríssimo, B. Fatos da Amazônia 2022 - Meio ambiente e uso do solo. Projeto Amazônia 2030, 2022 https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-meio-ambiente-e-uso-do-solo/

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Unpublished, 2022. http://seeg.eco.br/

Schutze, A.; Holz, R.; Assunção, J. Aprimorando a Zona Franca de Manaus: Lições da experiência internacional. Projeto Amazônia 2030, 2021. https://amazonia2030.org.br/aprimorando-zona-franca-manaus/

Soares, R.; Pereira, L.; Pucci, R. Ilegalidade e violência na Amazônia. Projeto Amazônia 2030, 2021. https://amazonia2030.org.br/ilegalidade-e-violencia-na-amazonia/

Turra, C.; Rigotti, J.; Fernandes, F.; Hadad, R. A dinâmica demográfica da Amazônia Legal: População e transição demográfica na Região Norte do Brasil. Projeto Amazônia 2030, 2022a. https://amazonia2030.org.br/a-dinamica-demografica-da-amazonia-legal-populacao-e-transicao-demografica-na-regiao-norte-do-brasil/

Turra, C.; Rigotti, J.; Fernandes, F.; Hadad, R. Os dividendos demográficos na Amazônia Legal. Projeto Amazônia 2030, 2022b. https://amazonia2030.org.br/os-dividendos-demograficos-na-amazonia-legal/

www.amazônia2030.org.br

CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA

CLIMATE POLICY INITIATIVE

Imazon

PUC RIO

O MUNDO que queremos